



# BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 384\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo carimbo a óleo ou selo branco.

O preço dos anúncios é de 1500\$ a lauda. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

O mínimo de cobrança pela inserção no Boletim Oficial de qualquer anúncio ou outro assunto sujeito a pagamento é de 780\$.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

Os demais actos referente à publicação no Boletim Oficial estão regulamentados pelo Decreto n.º 74/92, publicado no Suplemento ao Boletim Oficial n.º 26/92, de 30 de Junho

## ASSINATURAS

Para o país:			Para países de expressão portuguesa:		
	Ano	Semestre	Ano	Semestre	
I Série .....	2 990\$00	2 210\$00	I Série .....	3 900\$00	3 120\$00
II Série .....	1 950\$00	1 170\$00	II Série .....	2 600\$00	2 210\$00
I e II Séries .....	4 030\$00	2 600\$00	I e II Séries .....	4 940\$00	3 250\$00
AVULSO por cada página ..	8\$00		<b>Para outros países:</b>		
Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.			I Série .....	4 420\$00	3 640\$00
			II Série .....	3 250\$00	2 600\$00
			I e II Séries .....	5 070\$00	4 125\$00

## SUMÁRIO

### Ministério da Justiça e Administração Interna:

Direcção-Central da Polícia Judiciária.

### Ministério das Infraestruturas e Transportes:

Direcção de Serviço de Administração.

### Ministério da Agricultura e Pescas:

recção de Administração.

### Ministério da Educação, Cultura e Desportos:

Direcção de Administração.

### Ministério da Saúde, Emprego e Solidariedade:

Direcção dos Recursos Humanos e Administração.

### Procuradoria-Geral da República:

Conselho Superior do Ministério Público.

### Supremo Tribunal de Justiça:

Secretaria.

### Município de Santa Catarina:

Câmara Municipal.

### Município da Ribeira Grande:

Câmara Municipal.

Avisos e anúncios oficiais

Anúncios judiciais e outros.

Contas e balancetes.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### Direcção Central da Polícia Judiciária

Despachos de S. Ex.<sup>a</sup> a Ministra da Justiça e da Administração Interna:

De 7 de Abril de 2001:

Jacinto Fernandes do Canto, agente Nível I referência 8, escalão A, concedido licença sem vencimento por período de 90 (noventa) dias, nos termos do artigo 45.º do Decreto Legislativo n.º 3/93 de 5 de Abril, conjugado com artigo 1.º alínea a) todos do mesmo diploma, co efeito a partir do dia 1 de Junho de 2001.

Arlinda José Tavares da Rosa, ajudante de serviços gerais referência 1 escalão C, concedido licença sem vencimento por um período de 60 (sessenta) dias, nos termos do artigo 45.º do Decreto Legislativo n.º 3/93 de 5 de Abril, conjugado com artigo 1.º alínea a) todos do mesmo diploma, com efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2001.

Direcção da Administração Geral da Polícia Judiciária, 18 de Abril de 2001. — O Director Administrativo, *Joaquim Furtado*.

—o—

## MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS E TRANSPORTES

### Direcção dos Serviços de Administração

Despachos de S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Infraestruturas e Transportes:

De 18 de Abril de 2001:

Nilza Maria da Luz Moreira, ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão A, da Direcção-Geral da Marinha e Portos, concedida licença sem vencimento de longa duração, por um período de um ano, nos termos do artigo 47.º do Decreto-Legislativo n.º 3/93, com efeitos a partir de um de Julho do ano em curso.

De 21:

Alcindo Bernardino Delgado Dias e Neusa Maria Almeida Soares, licenciados em engenharia de telecomunicações, técnicos superiores, referência 13, escalão A, do quadro da Direcção-Geral das Comunicações do Ministério das Infraestruturas e Transportes, exonerados a seu pedido, dos respectivos cargos, nos termos do nº 2 do artigo 28º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 16 deste mês.

[Isentos do visto do Tribunal de Contas].

Direcção dos Serviços de Administração do Ministério das Infraestruturas e Transportes, na Praia, 23 de Abril de 2001. — A Directora, *Maria da Luz de O. Santos.*

—oço—

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS

### Direcção de Administração

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro da Agricultura e Pescas:

De 3 de Abril de 2001:

Aniceto Frederico Gonçalves Tavares, técnico profissional de 1º nível, referência 8, escalão C, do quadro definitivo da Direcção-Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária do Ministério da Agricultura e Pescas, exercendo as funções de deputado profissionalizado da Assembleia Nacional, concedido nos termos do artigo 47º do Decreto-Legislativo nº 3/93 de 5 de Abril, licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir de 13 de Fevereiro de 2001.

Direcção da Administração do Ministério das Agricultura e Pescas, na Praia, 18 de Abril de 2001. — O Director da Administração, *Luciano António Lopes Canuto.*

—oço—

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS

### Direcção de Administração

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro da Educação, Cultura e Desportos:

De 17 de Abril de 2001:

Lezita Lopes Carvalho Silva, escriturária-dactilógrafo, de nomeação definitiva, referência 2, escalão C, da Direcção de Administração do Ministério da Educação, Cultura e Desportos, concedida licença de longa duração, nos termos dos artigos 47º a 50º do Decreto-Legislativo nº 93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 21 de Setembro de 2000.

### COMUNICAÇÃO

Declara-se sem efeito o extracto de despacho de S. Ex<sup>a</sup> a ex-Ministra da Educação e do Desporto, de 10 de Fevereiro de 1995, publicado no *Boletim Oficial* nº 10/2001, de 5 de Março, nos termos do qual o funcionário Fernando Ortet Fernandes, técnico profissional do 1º nível, referência 8, escalão E, é desligado de serviço para efeitos de aposentação com a fixação da respectiva pensão provisória.

### RECTIFICAÇÕES

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 38/2000, II Série, de 18 de Setembro, o despacho referente à promoção do professor do ensino secundário, referência 8, escalão B, Arlindo Mendes, do Liceu «Domingos Ramos», pelo que, de novo, se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

... professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão B...

Deve ler-se:

... professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão C...

Por ter sido publicado de forma no *Boletim Oficial* nº 43 II Série, de 23 de Outubro de 2000, o despacho da ex-Ministro da Educação, Ciência, Juventude e Desporto, de 31 de Julho de 2000, referente a subsídio de 20% de redução de carga horária da professora do ensino básico, referência 4, escalão D, na Delegação de S. Catarina, Maria Rosa Barbosa Vicente Oliveira se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

... Contemplada com o subsídio de 20%

Deve ler-se:

... Contemplada com o subsídio de 30%

Direcção de Administração, na Praia, 17 de Abril de 200. — Pela Direcção de Administração, *Eufémia Mascarenhas.*

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 47/99, II Série, de 22 de Novembro, o despacho referente à concessão de licença de longa duração à inspectora escolar, referência 13, escalão A, Amália Faustino Mendes, pelo que, de novo, se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

... inspectora escolar, referência 13, escalão C;

Deve ler-se:

... inspectora escolar, referência 13, escalão A,

Gabinete do Secretário-Geral do Ministério da Educação, Cultura e Desporto, 19 de Abril de 2001. — Pelo Secretário-Geral, *Bartolomeu Lopes Varela.*

—oço—

## MINISTÉRIO DA SAÚDE, EMPREGO E SOLIDARIEDADE

### Direcção dos Recursos Humanos e Administração

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro da Saúde, Emprego e Solidariedade:

De 25 de Abril de 2001:

Maria de Fátima Tavares Pais Varela, funcionária do Instituto Superior da Educação — homologado o parecer da Junta de Saúde Sotavento, emitido em sessão de 19 de Abril de 2001, que é do seguinte teor:

«Que a examinada se encontra incapaz para o exercício da sua profissão».

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> do Director do Hospital «Dr Agostinho Neto»:

De 23 de Janeiro de 2001:

Filipe Rodrigues Gomes, agente principal da Polícia de Ordem Pública — homologado o parecer da Junta de Saúde Sotavento, emitido em sessão de 18 de Janeiro de 2001, que é do seguinte teor:

«Que ao examinado deve ser concedida uma redução de 50% na carga horário diurna, não ultrapassando 4 (quatro) horas seguidas».

Direcção dos Recursos Humanos e Administração, 25 de Abril de 2001. — O Director, *Mateus Monteiro Silva.*



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Conselho Superior do Ministério Público

Extracto de deliberação:

De 9 de Outubro de 2000:

Em conformidade com os artigos 29º, nº 3 e 63º, nº 3, da Lei nº 136/IV/95, de 3 de Julho, e 10ª alínea b) Decreto Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho, progride o seguinte Magistrado do Ministério Público:

Manuel Filipe Soares, procurador da República de 1ª classe, escalão A, índice 170, exercendo em comissão ordinária de serviço as funções de Inspector Superior do Ministério Público, para escalão B, índice 176.

A despesa tem cabimento na verba inscrita no capítulo 1º, divisão 8ª cl.01.01.99, do orçamento do Ministério da Justiça e da Administração Interna.

Felismino Garcia Cardoso, procurador da República de 3ª classe, escalão A, índice 140, exercendo em comissão ordinária de serviço as funções de Director-Central da Polícia Judiciária, para escalão B, índice 146.

A despesa tem cabimento na verba inscrita no capítulo 1º, divisão cl.01.01.99, do orçamento do Ministério da Justiça e da Administração Interna.

Em conformidade com os artigos 29º, nº 3 e 63º, nº 3, da Lei nº 136/IV/95, de 3 de Julho, progride o seguinte Magistrado do Ministério Público:

Franklim Afonso Furtado, procurador da República de 3ª classe, escalão A, índice 140, para escalão B, índice 146.

A despesa tem cabimento na verba inscrita no capítulo 1º, divisão 7ª cl.ec.01.01.99, do orçamento do Ministério da Justiça e da Administração Interna.

De 20 de Dezembro de 2000:

Em conformidade com os artigos 29º, nº 3 e 63, nº 3, da Lei nº 136/IV/95, de 3 de Julho, progride o seguinte Magistrado do Ministério Público:

Boaventura José dos Santos, procurador da República de 1ª classe, escalão A, índice 170, para escalão B, índice 176.

A despesa tem cabimento na verba inscrita no capítulo 1º, divisão 7ª cl.ec.01.01.99, do orçamento do Ministério da Justiça e da Administração Interna.

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, 19 de Abril de 2001. — O Secretário Judicial, José Luis Varela Marques.

—o—

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Secretaria

CÓPIA:

do Acordão proferido nos autos de Recursos do Contencioso Administrativo nº 04/98, em que é Recorrente Aguiinaldo Carvalhos Costa e Recorrido S. Exª o Ministro da Justiça e da Administração Interna.

ACÓRDÃO Nº 5/01

Acordam, em conferência, no Supremo Tribunal de Justiça:

Aguiinaldo Carvalho Costa, melhor identificado nos autos, veio interpor recurso contencioso do despacho do Sr. Ministro da Justiça e da Administração Interna, datado de 22 de Dezembro de 1997, que o puniu com a pena de suspensão do exercício das suas funções por um período de 90 (noventa) dias.

Fundou o recurso em vício de violação dos artigos 14º/1(c), 16º/4(a) 26º/h), do EDAAP e 15(a) e b), do Decreto Legislativo nº 5/93, de 12 de Maio.

Conclui a petição, em síntese, como segue:

- a) Não houve qualquer intervenção do recorrente entre um inspector e dois agentes da Polícia Judiciária, no sentido de se obstaculizar a condução da arguida Maria R. M. Cabral às instalações da Polícia Judiciária;
- b) Como elemento da Polícia Judiciária e subinspector ligado à área do crime cometido por aquela arguida, ao tomar conhecimento de que dois agentes da corporação a que pertence se deslocavam ao povoado de Achada Eugénio Lima, local que o arguido conhece e bem por ali residir, resolveu, numa atitude louvável, prestar-lhes a colaboração necessária fazendo-lhes companhia ao local, auxiliando-os a localizar e conduzir aquela arguida às instalações da Polícia Judiciária;
- c) Os referidos agentes foram unânimes em afirmar que conduziram a arguida Maria R. M. Cabral, no mesmo dia em que foram procurá-la, às instalações da Polícia Judiciária, no veículo que utilizaram para o efeito e na companhia do recorrente;
- d) Ambos afirmaram que foi o recorrente quem localizou a referida arguida e a conduziu para o veículo da Polícia Judiciária que aguardava nas imediações da sua residência;
- e) Como familiar daquela arguida, o recorrente estava impedido de intervir na sua audição e na de outros intervenientes no mesmo processo, mas está em crer que legalmente não estava impedido de ajudar os seus colegas de profissão a localizá-la e conduzi-la às instalações da Polícia Judiciária;
- f) Muito tardiamente e só depois dos factos terem chegado ao conhecimento da Polícia Judiciária é que o recorrente soube que aquela arguida cometera os factos delituosos que lhe eram imputados, razão por que não os comunicou àquela Corporação Polícia;
- g) O recorrente, à semelhança do que aconteceu com a Polícia Judiciária, só veio a saber posteriormente que a aludida arguida se ausentara do território nacional.

O Exmº Magistrado do Ministério Público nesta Instância após o seu visto.

A autoridade recorrida não respondeu ao recurso, nem remeteu ao Tribunal o processo disciplinar, alegadamente extraviado.

Colhidos os vistos, cumpre apreciar e decidir.

Dos autos apura-se a seguinte matéria de facto com interesse para a solução do recurso:

Por despacho de 28 de Novembro de 1996, do Director Central da Polícia Judiciária, foi instaurado processo disciplinar a Aguiinaldo Carvalho Costa, Subinspector da Polícia Judiciária.

Tal processo surgiu em consequência de uma informação de serviço que dava conta do recorrente ter participado na detenção e condução às instalações da Polícia Judiciária da Maria R. M. Cabral, contrariando ordens do inspector André Semedo.

Foi então atuado e instruído o processo disciplinar e contra o arguido foram deduzidos os seguintes artigos de acusação:

1º

No dia 9 de Agosto de 1996, por volta das 16 horas, após ter conhecimento de que os agentes José Joaquim Correia, Rui Barbosa Vicente e João Emílio se deslocavam na viatura ST-24-CD à Achada Eugénio Lima, por ordem do inspector André Semedo, a fim de conduzirem à Polícia Judiciária a Maria Rosa Moreno Cabral, que dias antes cometera um crime classificado como sendo homicídio frustrado, o arguido entrou na referida viatura, sem dar qualquer satisfação aos agentes acima referidos, por um lado, e contrapondo-se as ordens do inspector André Semedo, por outro, assumindo abusivamente a operação;

2º

Acto contínuo e após terem chegado à Achada Eugénio Lima, localidade onde reside o arguido e a Maria R. M. Cabral, que é sua prima obstaculizou a intervenção dos agentes Rui Barbosa e João Emílio que se encontravam n cumprimento das ordens do Dr André Semedo, outrossim desrespeitando frontalmente os referidos agentes;

3º

O arguido teve conhecimento do crime cometido pela sua prima Rosa, não comunicou o facto, encobrindo-o, e ademais, usando dos poderes que lhe foram conferidos, pos é subinspector da Polícia Judiciária e na altura desempenhava as funções de chefe da brigada dos crimes contra as pessoas, que incluí os homicídios, premeditadamente tentou a todo o custo obstaculizar à acção da polícia na realização da justiça. De facto, tempos depois, a prima do arguido, Maria R. M. Cabral, pôs-se em fuga, ausentando-se do país, conforme as declarações do próprio arguido.

4º

O comportamento do arguido é enquadrável no artigos 15º nº 1, als. a) e b) do Decreto-Legislativo nº 5/93 de 12 de Maio e 3º als. b), c), d), f) eh), do EDAAP.

Em 29 de Dezembro de 1997 foi, pelo Sr. Ministro da Justiça e da Administração Interna, proferido o despacho impugnado do seguinte teor:

«O arguido, com a sua conduta, violou não só deveres gerais dos agentes da Administração Pública contemplados no artigo 3º als. b), c), d), f) eh), do EDAAP, como também, deveres especiais dos agentes da Polícia Judiciária, estabelecidos no artigo 15º als. a) e b), do Decreto-Legislativo nº 5/93, de 12 de Maio.

Termos em que determino:

Aplicar ao arguido Aginaldo Carvalho Consta, subinspector da Polícia Judiciária, a pena de suspensão por noventa dias, por força das disposições dos artigos 14º, nº 1, alínea c), 16º nº 4, alínea a) e 26º, proémio, e alínea h), todos do EDAAP, conjugados com o artigo 15º alíneas a) e b), do Decreto-Legislativo nº 5/93, de 12 de Maio».

Resulta, do acima exposto, que a entidade recorrida não respondeu ao recurso e nem remeteu ao Tribunal o processo disciplinar solicitado.

Em face disto, qual a solução do caso à luz do direito?

É defendido pela doutrina que este comportamento da entidade recorrida não importa a confissão dos factos articulados pelo recorrente.

Mas o Tribunal aprecia livremente essa conduta, para efeitos probatórios (neste sentido, prof. Freitas do Amaral, direito administrativo. vol. IV, pág. 206).

E apreciando:

Tendo em consideração o conteúdo da informação de serviço de fls. 9 a 10 e o depoimento da testemunha José Joaquim Correia de fls. e 11 e verso dos autos, que participou na detenção e condução da Maria Rosa Moreno Cabral às instalações da Polícia Judiciária, entendemos que é de se dar como provado os factos articulados pelo recorrente.

É, pois, de se concluir que a participação do recorrente na detenção e condução às instalações da Polícia Judiciária da referida Maria Rosa Moreno Cabral não constitui infracção disciplinar.

Assim, o despacho recorrido, por erro de facto (erro resultante de factos inexistentes ou apreciados erradamente), enferma, como é jurisprudência assente, do vício de violação da lei — citados do EDAAP e do Decreto-Legislativo nº 5/93, de 12 de Maio.

Termos em que, concedem provimento ao recurso e anulam o despacho recorrido.

Sem custas, por não serem devidas.

Registe e Notifique.

Praia 19 de Abril de 2001

Assinados — *Jaime Ferreira Tavares Miranda* — Relator, *Raúl Querido Varela* e *Eduardo Alberto Gomes Rodrigues* — adjuntos.

Está conforme.

Secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, vinte dias do mês de Abril do ano mil e um. — A Ajudante de Escrivão de Dtº, *Magada Maria F. Tavares*.

CÓPIA:

do acordão proferido nos autos de Contencioso Administrativo nº 09/00, em que é Recorrente Mº Teresa de Jesus Semedo Duarte e Recorrido S. Exª a Presidente do Tribunal de Contas.

ACÓRDÃO Nº18/2001

Acordam, em conferência, no Supremo Tribunal:

Maria Teresa de Jesus Semedo Duarte, verificador de primeira do quadro do Tribunal de Contas, na situação de desligada do serviço para efeitos de aposentação, interpôs recurso contencioso de anulação do despacho da presidente do Tribunal de Contas que indeferiu um pedido de compensação de férias, alegando no essencial que:

Prestou serviço efectivo durante todo o ano de 1999, tendo, por essa razão, ganho o direito a 22 dias úteis de férias, direito esse que venceu no dia 1 de Janeiro de 2000.

Em requerimento datado de 5 de Janeiro solicitou a concessão das férias a que tinha direito, para serem gozadas a partir de 10 de Janeiro, o que foi deferido pela entidade recorrida;

A solicitação do próprio Tribunal de Contas a recorrente foi submetida a Junta de Saúde que, em sessão de 9 de Dezembro de 1999, considerou-a «definitivamente incapacitada para o exercício da actividade profissional»;

Não obstante a incapacidade definitiva opinada pela Junta de Saúde continuou trabalhando até ao dia 9 de Janeiro por imposição dos próprios serviços, tendo iniciado no dia 10 o gozo das suas férias

A opinião da Junta de Saúde foi homologada pelo Ministro da Saúde em 17 de Dezembro de 1999 e veio a ser publicada no *Boletim Oficial* nº 2 II Série de 10 de Janeiro de 2000;

Nessa data, 10 de Janeiro, deveria a ora recorrente iniciar, como iniciou de facto o gozo das suas férias, devidamente autorizada;

Com a publicação a 10 de Janeiro de 2000 do despacho da Junta de Saúde considerando-a incapaz para o exercício da actividade profissional, gerou-se de imediato a interrupção do gozo das férias já iniciado pela mesma;

Face a essa interrupção, e no entendimento de que as mesmas férias constituem direito adquirido, requereu a sua Exª a Presidente do Tribunal de Contas que fosse compensada pelo não gozo das mesmas, pedido esse que deu origem ao despacho recorrido;

De todo o exposto resulta que a recorrente tem direito a ser efectivamente compensada materialmente pelas férias, (22 dias úteis), que não gozou por razões imperiosas e imprevistas decorrentes do funcionamento dos serviços;

O despacho recorrido carece em absoluto de suporte legal e viola de forma flagrante normas do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, publicado no *Boletim Oficial* I Série nº 11/93;

A recorrente não pôde gozar as suas férias até ao seu término pela ocorrência, a 10 de Janeiro de 2000, da suspensão da relação jurídica que a ligava à Administração Pública, consequentemente ao Tribunal de Contas, e esse facto configura inequivocamente a situação de excepção prevista no corpo do artigo 2º nº 3 do citado Decreto-Legislativo nº 3/93, para cuja solução bem podia socorrer-se o despacho recorrido do disposto no nº 2 ou até mesmo no nº 5 do artigo 7º diploma supra citado.

Conclui pedindo a anulação deste por violação de lei.

Juntou documentos.

A entidade recorrida foi notificada para responder, tendo junto, no prazo, cópia de documentos pertinentes à instrução do recurso.

Corridos os vistos legais há que apreciar e decidir:

A decisão é recorrível;

A requerente tem legitimidade para tal;

O recurso é tempestivo.

Encontra-se provado nos autos a seguinte matéria de facto pertinente à decisão do recurso:

A ora recorrente, funcionária do Tribunal de Contas, requereu o gozo de férias a partir de 10 de Janeiro do ano 2000 tendo o seu pedido sido deferido por despacho da Presidente desse Tribunal do dia 7 desse mês e ano, (doc. fls. 5);

No mesmo dia 10 Janeiro foi publicado no *Boletim Oficial* II Série um despacho do Ministro da Saúde homologando o parecer da Junta de Saúde de Sotavento de 9 de Dezembro de 1999, nos termos do qual a recorrente se encontrava definitivamente incapacitada para o exercício da sua actividade profissional, (doc. fls. 9);



A recorrente iniciou o gozo das suas férias nesse dia 10 de Janeiro;

Entende que o facto da referida publicação gerou a interrupção do gozo das férias entretanto iniciado, pelo solicitou que fosse compensada materialmente ao abrigo do disposto no artigo 7º nº 8 do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril;

O requerimento foi indeferido, argumentando a entidade recorrida, entre outros, não se verificar qualquer das situações previstas no artigo 7º supra citado e que determinam a interrupção das férias, doc. fls. 4).

**Apreciando:**

Dispõe o artigo 7º do Decreto-Legislativo nº 3/93 de 5 de Abril que as férias são interrompidas por motivo de maternidade, (nº 1), doença (nº 2), e por razões imperiosas e imprevistas decorrentes do funcionamento do serviço, (nº 5);

E preceitua o nº 3 do artigo 2º do referido diploma legal que «o direito a férias é irrenunciável e o seu gozo não pode ser substituído por qualquer compensação económica, ainda que com o acordo do interessado, salvo nos casos previstos no nº 8 do artigo 7º»;

Este artigo, por sua vez, refere-se aos casos em que o funcionário teve que interromper as suas férias por razões imperiosas do serviço e não chegou a acordo com o dirigente sobre o período em que os restantes dias de férias deverão ser gozados;

Só nesses casos prevê a lei a possibilidade de compensação monetária;

E não se trata da situação recorrente;

Improcede, por não provada, a alegação de que as suas férias não foram gozadas por razões imperiosas e imprevistas decorrentes do funcionamento dos serviços;

Também não colhe o argumento de que tem direito à referida compensação porque não pode gozá-las em virtude de doença: o seu caso não se enquadra do disposto no nº 2 do artigo 7º do Decreto-Legislativo supra mencionado;

À datas autorizada para o início de férias não se verificou qualquer facto interruptivo ou que impossibilitasse à recorrente o gozo desse direito;

Mesmo que se admita que, com a publicação do despacho homologatório do Ministro da Saúde já referido a relação jurídica com Administração Pública ficou suspensa, tal facto não autoriza o entendimento que a recorrente tem direito à compensação monetária pelo direito a férias já vencidas e não gozadas;

O princípio da irrenunciabilidade desse direito só sofre excepção no caso supra descrito em que o funcionário, no interesse da Administração Pública, trabalhou quando devia descansar;

Ademais, como bem refere o despacho recorrido, a cessação da relação jurídica de emprego só se verifica com a publicação do acto de desligação de serviço para efeitos de aposentação, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 28º da Lei nº 102/IV/93, de 31 Dezembro.

Nestes termos, e pelos fundamentos supra expostos, acordam os do Supremo Tribunal de Justiça, em julgar improcedente o recurso. Custas pela recorrente, Taxa de justiça: 2 000\$.

Praia, 28 de Março de 2001.

Rúbrica — *Maria Teresa Alves Évora* — Relatora, *Oscar Alexandre Silva Gomes* e *Eduardo Alberto Gomes Rodrigues*, adjuntos.

Está conforme.

Secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, 20 de Abril de 2001.  
— O ajudante escrivão de direito, *José Delgado Vaz*.

— o s o —

## MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA

### Câmara Municipal

Despachos de S. Exª o Presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina:

De 30 de Março de 2001

Emanuel Santos Alves Pereira, habilitado com o nomeado curso de gestão e planeamento do desenvolvimento local, nos termos do artigo 27º, alínea b) Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com artigo 40º, nº 1 do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, para exercer em comissão ordinária de serviço, o cargo de chefe da Divisão nível II, com colocação na Divisão do Orçamento, Contabilidade e Património, com efeito a partir de 1 de Abril de 2001.

Os encargos correspondentes serão suportados pela dotação inscrita no capítulo 3º, grupo 12º, artigo 1º do orçamento municipal vigente.

Apolino João Varela Furtado Rodrigues, nomeado para exercer, em comissão ordinária de serviço, as funções de agente administrativo, referência 3, escalão B, conforme anexo IV, do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, ficando em Ribeira da Barca, com efeitos retroactivo a partir de 20 de Março de 2000.

Os encargos correspondentes serão suportados pela dotação inscrita no capítulo 3º, grupo 12º, artigo 3º do orçamento municipal vigente. — (Isento do visto do Tribunal de Contas).

Daniel Alcântara Brito Ribeiro, técnico profissional 1º nível, referência 8, escalão B, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Santa Catarina, progride nos termos dos artigos nºs 21º e 22º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugado com os artigos 3º e 4º do Decreto-Regulamentar nº 13/93, de 30 de Agosto, para escalão C.

De 4 de Abril:

José Luís Martins da Moura, tesoureiro, referência 7, escalão A, da Câmara Municipal de Santa Catarina, reclassificado no cargo de técnico profissional de 1º nível, referência 8, escalão B, nos termos do disposto nos artigos 21º e 22º do Decreto-Lei nº 87/92, de 12 de Julho, conjugado com artigo 33º, do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho.

Os encargos correspondentes serão suportados pela dotação inscrita no capítulo 3º, grupo 12º, artigo 2º do orçamento municipal vigente. — (Isento do visto do Tribunal de Contas nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 14º da Lei nº 84/IV/93, de 12 de Julho).

João Vaz Mendes, condutor auto-ligeiro, referência 2, escalão D, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Santa Catarina, reclassificado no cargo de condutor auto-pesado, referência 4, escalão D, nos termos do disposto nos artigos 21º e 22º do Decreto-Lei nº 87/92, de 16 de Julho, conjugado com artigo 36º, nº 3, alínea c) do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho.

Os encargos correspondentes serão suportados pela dotação inscrita no capítulo 3º, grupo 12º, artigo 1º do orçamento municipal vigente. — (Isento do visto do Tribunal de Contas nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 14º da Lei nº 84/IV/93, de 12 de Julho).

João Baptista da Veiga Tavares, ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão B, da Câmara Municipal de Santa Catarina, reclassificado no cargo de condutor auto-pesado, referência 4, escalão A, nos termos do disposto nos artigos 21º e 22º do Decreto-Lei nº 87/92, de 16 de Julho, conjugado com artigo 36º, nº 3, alínea c) do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho.

Horácio Cabral Sanches, ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão A, da Câmara Municipal de Santa Catarina, reclassificado no cargo de condutor auto-pesado, referência 4, escalão A, nos termos do disposto nos artigos 21º e 22º do Decreto-Lei nº 87/92, de 16 de Julho, conjugado com artigo 36º, nº 3, alínea c) do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho.

Os encargos correspondentes serão suportados pela dotação inscrita no capítulo 3º, grupo 12º, artigo 2º do orçamento municipal vigente. — (Isento do visto do Tribunal de Contas nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 14º da Lei nº 84/IV/93, de 12 de Julho).

Maria Gorete Varela de Carvalho, técnico profissional de 1º nível, referência 8, escalão B, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Santa Catarina, concedida 1 (um) ano de licença sem vencimento de longa duração, nos termos do nº 1 do artigo 47º, do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2001.

Câmara Municipal de Santa Catarina, 6 de Abril de 2001. — O Presidente da Câmara Municipal, *João Baptista Freire de Andrade*.

## MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE

## Câmara Municipal

## COMUNICAÇÕES

Para os devidos efeitos se faz público que nos termos da alínea c) nº 1 artigo 29º da Lei nº 102/IV/93, fica cessada a relação jurídica de emprego entre a Câmara Municipal da Ribeira Grande e António Miranda Delgado, operário qualificado e Fulgêncio do Rosário Leite Monteiro, condutor auto ligeiro contratados em regime de contrato administrativo de provimento.

Para os devidos efeitos se comunica que Estefânia Maria Brito Freitas Andrade assistente administrativo do quadro privativo da Câmara Municipal da Ribeira Grande, que se encontrava em comissão eventual de serviço a frequentar o curso de administração local no Centro de Estudos e Formação Profissional Autárquica de Coimbra — Portugal, retomou o exercício das funções desde o dia 16 de Abril corrente.

Câmara Municipal da Ribeira Grande, 24 de Abril de 2001. — O Presidente da Câmara Municipal, *Jorge Santos*.

## DESPACHO

De 6:

Nos termos do disposto no artigo 21º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugados com os artigos 2º e 3º do Decreto-Regulamentar nº 13/93, de 30 de Agosto, progridem, conforme adiante se indica, os seguintes funcionários:

1. Luís Fernando Rosa Jesus, condutor auto-pesado, referência 4, escalão D, para escalão E;
2. Domingos Nascimento Monteiro, operário não-qualificado, referência 1, escalão C, para escalão D;
3. Jorge Miguel da Graça, condutor auto-pesado, referência 4, escalão D, para escalão E;
4. Manuel José Louro, auxiliar administrativo, referência 2, escalão C, para escalão D;
5. Pedro José Fortes, condutor auto-pesado, referência 4, escalão D, para escalão E;
6. Alcindo Miguel Brandão, condutor auto-pesado, referência 4, escalão C, para escalão D;
7. Rui Herculano Delgado, técnico auxiliar, referência 5, escalão D, para escalão E;
8. Militina Maria Lima, ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão A, para escalão B;
9. Manuel do Livramento Lima, condutor auto-pesado, referência 4, escalão A, para escalão B;
10. Francisco Delgado Martins, condutor, auto-pesado, referência 4, escalão A, para escalão B;
11. Manuel Isidoro Santos, condutor auto-pesado, referência 4, escalão C, para escalão D.

As despesas resultantes tem cabimento na dotação inscrita no 4º, artigo 38º, nº 1 do orçamento vigente.

12. João Lopes Rodrigues, técnico auxiliar, referência 5, escalão E, para escalão F;
13. António Nascimento Monteiro, auxiliar administrativo, referência 2, escalão G, para escalão H;
14. Maria Filomena Fonseca, escriturária-dactilógrafa, referência 2, escalão C, para escalão D.

As despesas resultantes tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2º, artigo 5º, nº 1 do orçamento vigente. — (Isentos de visto do Tribunal de Contas, nos termos da alínea o) nº 1 do artigo 14º da Lei nº 84/IV/93, de 12 de julho).

Câmara Municipal da Ribeira Grande, 24 de Abril de 2001. — O Presidente da Câmara Municipal, *Jorge Santos*.

## AVISOS E ANÚNCIOS E ANÚNCIOS

## MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA

## Assembleia Municipal

## Deliberação nº 1

Ao abrigo do artigo 81º, ponto 1, alínea a), conjugado com o artigo 117º e ponto 2, alínea b), c) e g), da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, a Assembleia Municipal de Santa Catarina, na sua primeira Sessão Ordinária realizada nos dias 25 e 26 de Abril do ano de 2000, sob a proposta da Câmara Municipal, deliberou:

1. Criar a Delegação Municipal de São Salvador do Mundo, com sede em Achada Igreja.
2. Aprovar o quadro do pessoal, o número e a remuneração de Vereadores a tempo inteiro do Município de Santa Catarina.

Assembleia Municipal aos vinte e seis dias do mês de Abril do ano 2000. — O Presidente da Assembleia Municipal, *Olívio Vaz Correia Monteiro*

## Deliberação nº 2

A Assembleia Municipal de Santa Catarina, na sua segunda reunião ordinária, realizada nos dias um e dois de Agosto do ano 2000, no Centro Paroquial de Assomada, nos termos do artigo 231º da Constituição, conjugado com o artigo 65º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho e ao abrigo da mesma lei, artigo 81º, n.º 2, alíneas h) e m), sob a proposta da Câmara Municipal, deliberou o seguinte:

- a) Criar a Fundação de Desenvolvimento Humano de Santa Catarina, aprovar o respectivo Estatuto e afectar-lhe um fundo não inferior a um milhão de escudos;
- b) Autorizar a Câmara Municipal a fazer alienação de terrenos municipais, por um período de seis meses, obedecendo o seguinte sistema: 1) venda por atribuição nas zonas de Cumbém/Achada Galego e na Zona de Bolanha por 500\$00 e 1000\$00 o metro quadrado, respectivamente; 2) Leilão no novo bairro, situado entre a Escola Técnica de Assomada e a Ponta dos Engenhos;
- c) Aprovar a nova tabela de tarifas e de taxas de água.

Assembleia Municipal de Santa Catarina, aos dois dias do mês de Agosto de 2000. — O Presidente da Assembleia, *Olívio Vaz C. Monteiro*.

## EDITAL Nº 2/2001

Olívio Vaz Correia Monteiro, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Catarina, faz público, ao abrigo do art.º 81º, ponto 1, alínea o), conjugado com o art.º 117º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, do Estatuto dos Municípios, a criação da Delegação Municipal de São Salvador do Mundo, com sede em Achada Igreja — Picos, aprovado pela Assembleia Municipal na sua primeira sessão ordinária realizada nos dias 25 e 26 de Abril de 2000.

Assembleia Municipal aos vinte e seis dias de Abril do ano de 2000. — O Presidente da Assembleia, *Olívio Vaz Correia Monteiro*.

## EDITAL Nº 3/2001

Olívio Vaz Correia Monteiro, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Catarina, faz público, ao abrigo do art.º 81º, ponto 2, alíneas e) e g), da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, do estatuto dos Municípios, a aprovação do quadro do pessoal, o número e a remuneração de Vereadores a tempo inteiro do Município de Santa Catarina, em anexo, aprovados na sua primeira sessão ordinária realizada nos dias 25 e 26 de Abril do ano 2000, com efeitos a partir de 15 de Março de 2000.

Assembleia Municipal, aos vinte seis dias de Abril do ano 2000 — O Presidente da Assembleia, *Olívio Vaz Correia Monteiro*.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CATARINA

## \* PROPOSTA DE QUADRO DE PESSOAL \*

CARGO/FUNÇÃO	DESIGNAÇÃO	NÍVEL/REF	NUMERO DE LUGARES
	<b>PESSOAL DO GABINETE DO PRESIDENTE</b>		
DIRECTOR DE GABINETE		IV	1
ASSESSOR		IV	2
SECRETÁRIA		I	1
CONDUTOR AUTO-LIGEIRO		I	1
	<b>PESSOAL DIRIGENTE E DE CHEFIA</b>		
SECRETÁRIO MUNICIPAL		IV	1
DIRECTOR		IV	3
CHEFE DE DIVISÃO		II	11
TESOUREIRO		II	1
	<b>PESSOAL TÉCNICO</b>		
TÉCNICO SUPERIOR PRINCIPAL		15	2
TÉCNICO SUPERIOR DE PRIMEIRA		14	3
TÉCNICO SUPERIOR		13	4
TÉCNICO AJUNTO PRINCIPAL		12	2
TÉCNICO ADJUNTO		11	3
TÉCNICO PROFISSIONAL 1º NÍVEL		8	5
TÉCNICO PROFISSIONAL 2º NÍVEL		7	3
TÉCNICO AUXILIAR		5	3
	<b>PESSOAL ADMINISTRATIVO</b>		
OFICIAL PRINCIPAL		9	3
OFICIAL ADMINISTRATIVO		8	3
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		6	3
	<b>PESSOAL AUXILIAR</b>		
CONDUTOR AUTO - LIGEIRO		2	2
CONDUTOR AUTO - PESADO		4	2
AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS		1	8
	<b>PESSOAL DE FISCALIZAÇÃO</b>		
FISCAL		5	2
	<b>PESSOAL OPERÁRIO</b>		
OPERÁRIO QUALIFICADO		7	3
OPERÁRIO NÃO QUALIFICADO		1	1
<b>TOTAL</b>			<b>73</b>

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CATARINA**

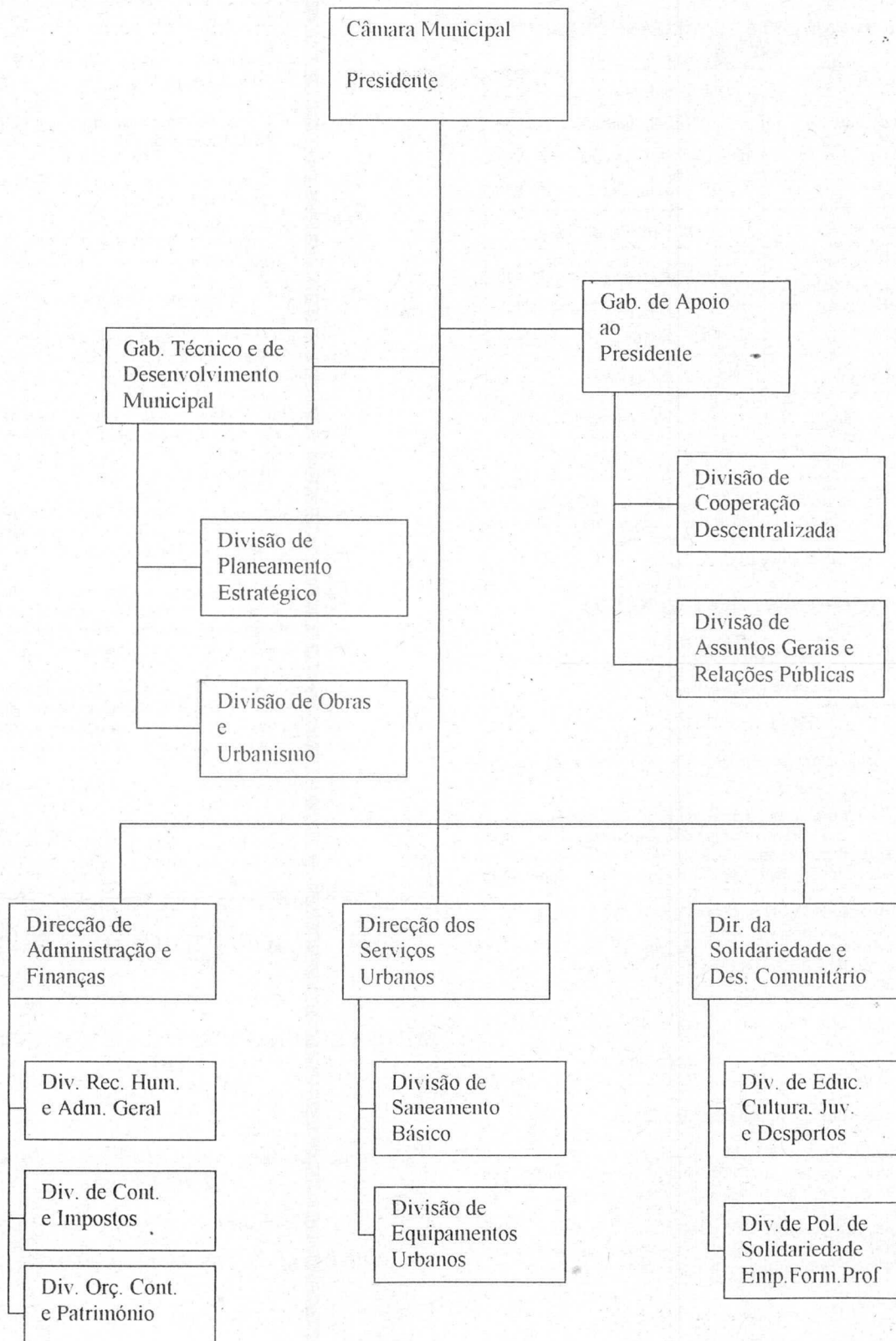
<b>Nº de Pessoal</b>	<b>Situação do Pessoal</b>	<b>Total de Prov. Mensal</b>
26	Pessoal de quadro	490.680 Esc.
9	Diregente Chefias Operacionais	556.173 Esc.
15	Aposentado	158.974 Esc.
10	Pensionista	43.248 Esc.
109	P. em regime de C.Adm. de Provimento	1.334.690 Esc.
18	P. em regime de Contra a T. Certo	257.646 Esc.
52	Pessoal em qualquer outra situação	742.105 Esc.
16	Pessoal em qualquer outra situação (recebe no mod. 31 por orçamento da C.M.	160.644 Esc.
42	Pessoal que recebe no mod. 42 por fundo extra-Municipal	475.742 Esc.
2	Estagiário	11.099 Esc.
31	Monitoras de Infância	226.858 Esc.
<b>Total.....</b>		<b>4.457.859 Esc.</b>

<b>Nº de Pessoal</b>	<b>Situação do Pessoal</b>	<b>Total de Prov. Mensal</b>
1	Presidente da Câmara	170.000 Esc.
2	Vereador	269.280 Esc.
2	Assessor	190.460 Esc.
1	Presidente da Assembleia	34.000 Esc.
<b>Total.....</b>		<b>663.740 Esc.</b>

<b>Total Geral.....</b>	<b>5.121.599 Esc.</b>
-------------------------	-----------------------



Câmara de Santa Catarina  
Estrutura Organizacional Básica



## EDITAL Nº 4/2001

Olívio Vaz Correia Monteiro, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Catarina, faz público, nos termos do artigo 231º da Constituição, conjugado com o artigo 65º da Lei N.º 134/IV/95, de 3 de Julho, e ainda ao abrigo da mesma Lei, artigo 81º, n.º 2, alíneas *h)* e *m)*, do Estatuto dos Municípios, a criação da Fundação de Desenvolvimento Humano de Santa Catarina, a aprovação do respectivo Estatuto, a autorização da Câmara Municipal de fazer alienação dos terrenos municipais e a aprovação da nova tabela de tarifas e de taxas de água, em anexo, aprovados pela Assembleia Municipal, na sua 2ª sessão ordinária realizada nos dias um e dois de Agosto de 2000.

## QUADRO DA NOVA TABELA DE TARIFAS E DE TAXAS DE ÁGUA

Água Canalizada	0 - 5 Toneladas/mês = 80\$00
	5 - 10 Toneladas/mês = 120\$00
	10 - 15 Toneladas/mês = 150\$00
	> - 15 Toneladas/mês = 200\$00
Fontenários	100\$00/Toneladas
Empresa de Combustível e Lubrificante e Lavagem Auto	0 - 15 Toneladas/mês = 200\$00
	15 - 30 Toneladas/mês = 250\$00
	> - 30 Toneladas/mês = 300\$00
Taxa de Ligação	3 420\$00
Taxa de Religação	1 710\$00
Aluguer de Contador	50\$00

Assembleia Municipal de Santa Catarina, aos dois dias do mês de Agosto de 2000. — O Presidente da Assembleia, *Olívio Vaz C. Monteiro*.

## MUNICÍPIO DO PORTO NOVO

## Câmara Municipal

## EDITAL nº 3/2001

*Joel Amarante Silva Barros*, Presidente da Câmara Municipal do Porto Novo.

Faz público que a Câmara Municipal reunida ordinariamente no passado dia 23 de Março, deliberou aprovar as seguintes taxas e tarifas para os serviços de fornecimento de água em todo o Concelho do Porto Novo, que passarão a vigorar a partir do próximo dia 1 de Abril.

## 1. Taxa de ligação à rede pública de abastecimento de água:

- |  |           |
|--|-----------|
| 1.1. Para efeito de novo contrato, ou por ter havido um pedido de corte temporário — taxa de ligação ..... | 1 000\$00 |
| 1.2. Transferência de domicílio — taxa de ligação .....  | 1 000\$00 |
| 1.3. Corte de serviço por falta de pagamento — taxa reeligação .....                                       | 1 000\$00 |

## 2. Execução de trabalhos de ligação à rede pública:

2.1. Trabalhos de ligação à rede pública, em zonas sem calçamento, incluindo o fornecimento de tubagens e acessórios em PVC de 1/2", 3/4" ou 1" e a mão-de-obra, por cada metro

2.2. Trabalhos de ligação à rede pública, em zonas com calçamento, incluindo o fornecimento de tubagens e acessórios em PVC de 1/2", 3/4" ou 1" e a mão-de-obra, por cada metro

## 3. Vistorias, fiscalização:

- |   |           |
|---|-----------|
| 3.1. Vistorias para efeito de contrato .....  | 750\$00   |
| 3.2. Vistoria para efeito de aferição de contador, quando não haja fundamento para a reclamação do utente ..... | 1 000\$00 |

## 4. Aluguer de contadores:

- |  |         |
|--|---------|
| 4.1. Contadores de 1/2" e 3/4" de secção .....       | 75\$00  |
| 4.2. Contadores de 1" e 1 1/2" de secção .....       | 150\$00 |
| 4.3. Contadores de secção igual ou superior a 2" ... | 250\$00 |

## 5. Tarifas de fornecimento de água aplicáveis a Casas Particulares e habitação:

- |   |         |
|---|---------|
| 1º Escalão — Consumos mensais entre os 0 e os 5 m3, por cada m3 .....   | 50\$00  |
| 2º Escalão — Consumos mensais entre os 6 e os 10 m3, por cada m3 .....  | 75\$00  |
| 3º Escalão — Consumos mensais entre os 11 e os 15 m3, por cada m3 ..... | 100\$00 |
| 4º Escalão — Consumos mensais entre os 16 e os 20 m3, por cada m3 ..... | 150\$00 |
| 5º Escalão — Consumos mensais superiores a 20 m3, por cada m3 .....     | 200\$00 |

## 6. Escalões únicos — prestações, empresas e serviços:

- |  |         |
|--|---------|
| 6.1. Fornecimento de água a camiões cisternas nas estações de Chã de Matinho e Pozolana, por cada m3 .....   | 25\$00  |
| 6.2. Fornecimento de água aos serviços de Saúde, Escolas Públicas e Privadas, Serviços Prisionais, e Associações de carácter social e sem fins lucrativos, por cada m3 .....         | 35\$00  |
| 6.3. Fornecimento de água a navegação, empresas industriais públicas e privadas, fábricas e oficinas ou instalações congéneres, por cada m3 .....                                    | 75\$00  |
| 6.4. Fornecimento de água aos Serviços Públicas, Estabelecimentos comerciais, armazéns, hotéis, pensões, residenciais, cafés e outros estabelecimentos congéneres, por cada m3 ..... | 100\$00 |

Mais se avisa que a água fornecida através das redes públicas de abastecimento de água na vila e no interior do concelho não pode ser utilizada na prática da agricultura, ou qualquer outra actividade que não esteja enquadrada no conteúdo do acima exposto.

Para constar se fez este e outros de igual teor que serão fixados nos lugares públicos de costume.

Câmara Municipal do Concelho do Porto Novo, 26 de Março de 2001. — O Presidente da Câmara, *Joel Amarante Silva Barros*.

## ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E ADMINISTRAÇÃO INTERNA

## Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação

## Conservatória dos Registos da Praia

A CONSERVADORA: DRª MARIA ALBERTINA TAVARES DUARTE

## EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação que as presentes fotocópias compostas de três folhas estão conformes os originais, na qual foi constituída uma sociedade por quotas com a denominação «CALÚ & ÂNGELA, LDª».



ESTATUTO DA SOCIEDADE COMERCIAL POR QUOTAS DENOMINADA «CALÚ & ÂNGELA, LD<sup>a</sup>», SEDIADA NA ACHADINHA

Outorgastes:

1º. Carlos Alberto Freire Tavares Borges, solteiro, maior, empresário, natural da freguesia de S. Salvador do Mundo, concelho de Santa Catarina, residente na Achadinha;

2ª. Ângela Maria Varela Fernandes, solteira, maior, comerciante, natural da freguesia de Santo Amaro, concelho do Tarrafal, residente na Achadinha; e

3ª. Stphanie Sofia Fernandes Freire, menor de 6 anos de idade, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, representado pelo seu pai, Carlos Alberto Freire Tavares Borges, acima identificado, no uso do pátrio poder.

O primeiro, segunda e terceira outorgantes constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada «CALÚ & ÂNGELA, LD<sup>a</sup>», que se regerá nos termos dos artigos seguintes:

Artigo 1º

É constituída nos termos destes estatutos uma sociedade por quotas.

Artigo 2º

A sociedade adopta a denominação «CALÚ & ÂNGELA, LD<sup>a</sup>».

Artigo 3º

A sua duração é por tempo indeterminado.

Artigo 4º

A «CALÚ & ÂNGELA, LD<sup>a</sup>» tem a sua sede na Achadinha, Cidade da Praia, podendo abrir delegações, sucursais, filiais ou outras forma de representação em qualquer parte do território nacional ou do estrangeiro.

Artigo 5º

A sociedade tem por objecto o exercício do comércio geral, importação, exportação, reexportação, trading e comercialização por grosso e a retalho.

Artigo 6º

A sociedade poderá ainda associar-se pela forma que julgar conveniente, a agrupamentos complementares de empresas ou sociedades com qualquer objecto, mediante simples deliberação da Assembleia Geral.

Artigo 7º

O capital social integralmente realizado em mercadorias, é de 5 000 000\$00 (cinco milhões de escudos), correspondente à soma de três quotas, sendo:

- Carlos Alberto Freire Tavares Borges, uma quota de dois milhões de escudos, correspondente a quarenta por cento;
- Ângela Maria Varela Fernandes, uma quota de dois milhões de escudos, correspondente a quarenta por cento;
- Stphanie Sofia Fernandes Freire, ainda uma outra de um milhão de escudos, correspondente a vinte por cento.

Artigo 8º

1. A cessão de quotas a não sócios, gratuita ou onerosa, depende do consentimento da sociedade, a qual goza do direito de preferência na aquisição.

2. Para efeito do direito de preferência atribuído à sociedade, o preço não poderá ser superior ao que resultar do último balanço aprovado.

Artigo 9º

1. A gerência da sociedade, dispensada de caução, compete aos sócios Carlos Alberto Freire Tavares Borges e Ângela Maria Varela Fernandes, que desde já são nomeados gerentes.

2. No caso de ausência ou impedimento dos gerentes, estes poderão delegar os seus poderes mediante procurações.

Artigo 10º

Quando a lei não impuser outras formalidades, as reuniões da Assembleia Geral serão convocadas por carta registada dirigida aos sócios com pelo menos quinze dias de antecedência.

Artigo 11º

A data de encerramento do exercício anual da actividade termina a 31 de Março do ano seguinte.

Artigo 12º

Em caso de dissolução, os sócios procederão à liquidação e à partilha conforme acordarem e for de direito.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos vinte e nove do mês de Março do ano dois mil e um. — A Conservadora, *Maria Albertina Tavares Duarte*.

A CONSERVADORA: DRª MARIA ALBERTINA TAVARES DUARTE

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação que as presentes fotocópias compostas de cinco folhas estão conformes os originais, na qual foi constituída uma sociedade por quotas com a denominação «CACHITO, Sociedade de Promoção Turística e Hotelaria, Ld<sup>a</sup>», abreviadamente por «CACHITO, Ld<sup>a</sup>».

CONTRATO DE SOCIEDADE POR QUOTAS

OUTORGANTES:

Primeiro: Tito Lívio Santos de Oliveira Ramos, casado com a Srª Maria Odete Ribeiro de Carvalho, engenheiro de construção civil, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, residente no Plateau - Praia, por si e em representação de Érico Veríssimo Santos de Oliveira Lima, casado com a Srª Fátima Maria Fialho, arquitecto, natural da Ilha de Santiago, residente em 48 Park Street, Tauton EUA, conforme procuração emitida pelo Cartório Notarial da Praia, aos trinta e um dias do mês de Março de dois mil, em anexo;

Segunda: Aldonsa dos Reis Borges, viúva, natural da Freguesia de Santa Catarina, residente nesta Cidade da Praia;

Terceira: Júlia Adalzira de Oliveira Ramos, maior, separada de facto de José do Rosário Freitas Gomes, natural da Ilha de Santiago, residente nesta Cidade da Praia;

Quarto: João Tolentino de Oliveira Ramos, casado com a Srª Maria de Fátima Neves de Oliveira Ramos, engenheiro civil, natural da Ilha de Santiago, residente na Cidade da Praia;

Quinto: Maria Manuela de Fátima Castelo Branco de Oliveira Ramos, solteira, maior, engenheira civil, natural da Ilha de Santiago, residente nesta Cidade da Praia.

E disseram os outorgantes:

Pela presente escritura é constituída uma sociedade comercial por quotas, que se regerá nos termos e nas condições seguintes:

CAPÍTULO I

(Denominação, sede, objecto, duração)

Artigo 1º

A sociedade adopta a denominação de «CACHITO, Sociedade de Promoção Turística e Hotelaria, Ld<sup>a</sup>», abreviadamente por «CACHITO, Ld<sup>a</sup>».

## Artigo 2º

A sociedade tem a sua sede na Cidade da Praia, Ilha de S. Tiago, podendo abrir delegações, agências, sucursais ou outras formas de representação em qualquer parte do território nacional.

## Artigo 3º

A sociedade tem por objecto a promoção turística e hotelaria.

§ Único A sociedade pode dedicar-se a quaisquer outras actividades afins, conexas ou complementares do seu objecto social e que sejam permitidas por lei.

## Artigo 4º

A sociedade é por tempo indeterminado.

## CAPÍTULO II

## (Do capital social e as quotas)

## Artigo 5º

1. O capital social é de 1 200 000\$00, correspondente à soma das quotas dos sócios que são as seguintes:

Tiro Lívio Santos de Oliveira Ramos .....	200 000\$00;
Aldonsa dos Reis Borges .....	200 000\$00;
Érico Veríssimo Santos de Oliveira Ramos .....	200 000\$00;
Júlia Adalzira de Oliveira Ramos .....	200 000\$00;
João Tolentino de Oliveira Ramos .....	200 000\$00;
Maria Manuela de F. Castelo Branco de Oliveira Ramos .....	200 000\$00.

2. Cada uma das entradas fica realizada em 50%, com a obrigação de o restante ser liberado no prazo máximo de um ano.

§ Primeiro: A sociedade poderá aumentar o capital social uma ou mais vezes, desde que assim o delibere a assembleia geral, mediante proposta devidamente fundamentada do gerente.

§ Segundo: Em qualquer aumento de capital os sócios gozam de direito de preferência na subscrição de novas quotas por forma a manterem a sua participação percentual na sociedade, salvo se a assembleia deliberar o contrário, com fundamento no interesse social.

## Artigo 6º

1. As quotas são livremente transferíveis. Para que qualquer sócio ceda a estranhos a sua quota, no todo ou em parte, é necessária a autorização da sociedade que terá, em primeiro lugar, direito de opção na sua aquisição. O pretenso cedente para este fim prevenirá a sociedade, com a antecedência mínima de 30 dias, identificando o respectivo cessionário bem como o preço ajustado e todas as demais condições estabelecidas.

§ Único. Será permitida admissão de novos sócios se a sociedade deles necessitar para aumento de capital social em ordem a promover-se o desenvolvimento da sua actividade.

## Artigo 7º

As quotas são indivisíveis perante a sociedade, que não reconhece senão um único proprietário para cada quota, devendo os proprietários colectivos de quotas fazerem-se representar junto da sociedade por um único mandatário.

## Artigo 8º

Nos termos da lei a sociedade poderá:

- Emitir obrigações;
- Adquirir participações noutras sociedades ou empresas.

## CAPÍTULO III

## (Administração e gerência)

## Artigo 9º

A administração e representação da sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe a qualquer um dos sócios que for designado gerente pela assembleia geral.

§ Único. O mandato do regente é ilimitado, até sua revogação pela assembleia geral em reunião convocada para o efeito.

## Artigo 10º

Ao gerente compete gerir com maior amplitude a sociedade e obrigá-la em actos e contratos e, de modo geral, exercer todas as obrigações e competências legais e adequadas aos fins da sociedade.

§ Primeiro – Fica expressamente vedado ao gerente assinar em nome da sociedade quaisquer actos, documentos e contratos que digam respeito a negócios estranhos à sociedade, tais como letras de favor, livranças, vales de abonações ou actos semelhantes, ficando pessoalmente responsável por tais actos, sem prejuízo de responder pelos prejuízos que, com tais actos, causar à sociedade.

§ Segundo – Na ausência do sócio-gerente fará suas vezes a pessoa que for designada por meio de procuração.

## Artigo 11º

A assembleia geral reunirá nos termos previstos na lei. As reuniões são convocadas nos termos da lei e com, pelo menos, quinze dias de antecedência em relação à data da reunião.

§ Primeiro: A convocatória conterá a data, hora e local da reunião, bem como o projecto de ordem de trabalho, indicando com precisão e clareza, os assuntos a serem tratados na assembleia geral.

§ Segundo: As reuniões da assembleia geral poderão ser presididas e secretariadas por pessoas idóneas estranhas à sociedade e designadas pelos sócios.

§ Terceiro: Em caso de impedimento de qualquer sócio, este poderá fazer-se representar por uma procuração manuscrita.

## Artigo 12º

1. A assembleia geral só pode validamente reunir e deliberar se o capital social estiver representado em 51% para a assembleia geral ordinária e 75% para a extraordinária.

2. Cada quota dá direito ao número de votos correspondente ao seu valor percentual no capital social.

## CAPÍTULO IV

## (Disposições finais)

## Artigo 13º

Os lucros líquidos apurados no balanço terão a seguinte aplicação:

- 5% para fundo de reserva legal, até que este represente, pelo menos, a quinta parte do capital social;
- As percentagens que for em deliberadas pela assembleia geral para a constituição de fundos especiais;
- O remanescente para distribuição pelos sócios como dividendos.

## Artigo 14º

O ano social é o civil.

## Artigo 15º

A sociedade obriga-se pela assinatura do gerente ou pela assinatura de mandatário especial constituído.



Artigo 16º

A sociedade dissolve-se nos casos e termos previstos na lei e, em qualquer caso, serão liquidatários os sócios, procedendo-se à liquidação conforme entre si acordarem.

Artigo 17º

Em caso de morte ou interdição de qualquer sócio, a sociedade continuará com os restantes e com os herdeiros ou representante do sócio falecido ou interdito, salvo se estes preferirem afastar-se da sociedade, caso em que se procederá ao balanço e receberão o que se apurar pertencer-lhes na forma combinada entre os sócios.

Artigo 18º

Em tudo o que não estiver expressamente regulado nos presentes estatutos é aplicável a lei em vigor para as sociedade por quotas.

Outorgam:

Tiro Lívio Santos de Oliveira Ramos – Aldonsa dos Reis Borges – Érico Veríssimo Santos de Oliveira Ramos – Júlia Adalzira de Oliveira Ramos – João Tolentino de Oliveira Ramos – Maria Manuela de F. Castelo Branco de Oliveira Ramos.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos nove do mês e Abril do ano dois mil e um. – A Conservadora, *Maria Albertina Tavares Duarte*.

**Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe de São Vicente**

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matrícula e inscrição em vigor;
- c) Que foi requerida pelo nº um do diário do dia dezasseis de Abril do corrente, pelo Daniel Lima do Rosário.
- d) Que ocupa 2 folhas numeradas e rubricadas, pelo Ajudante e leva aposto o selo branco desta Conservatória.

Art. 11º, nº 1 .....	150\$00
Art. 11º, nº 2 .....	90\$00
IMP – Soma .....	240\$00
10% C. J. ....	24\$00
Soma Total .....	264\$00
São: duzentos e sessenta e quatro escudos.	

CONTA Nº 166/01

Elaborado nos termos da nova redacção dada ao número dois do artigo setenta e oito do Código do Notariado, através do Decreto-Legislativo número dois barra noventa e sete, de dez de Fevereiro que faz parte integrante da escritura de constituição da sociedade comercial denominada «CABOLUX – VIAGENS E TRANSPORTES - Sociedade Unipessoal, Limitada», celebrada em dez de Abril de dois mil e um, exarada a folhas trinta e um do livro, de notas número C-dezasseis.

ESTATUTOS

«CABOLUX – VIAGENS E TRANSPORTES»

Artigo 1º

A Sociedade adopta a Empresa «CABOLUX Viagens e Transportes, Sociedade Unipessoal Lda».

Artigo 2º

A Sociedade tem a sua sede na Cidade do Mindelo, podendo, por simples deliberação da gerência, criar delegações ou outras formas de representação em outros pontos do Território Nacional ou no Estrangeiro.

Artigo 3º

A Sociedade tem por objectivo as seguintes actividades:

1. Prestação de Serviços de Contabilidade;
2. Assessoria;
3. Serviços de Protocolo (Public Relations);
4. Seminários / Formação Profissional;
5. Gestão de Empresas Associadas;
6. Representações (de Marcas, Produtos, Empresas e Individuais);
7. Traduções;
8. Mediação de Seguros;
9. Agenciamento - Viagens e Turismo;
10. Transportes de todo o tipo de cargas;
11. Importações, Exportações;
12. e outros serviços conexos.

Artigo 4º

A duração da Sociedade é por tempo indeterminado.

Artigo 5º

A Sociedade poderá adquirir participações sociais noutras empresas, mediante decisão da gerência.

Artigo 6º

Capital Social é de 5 000 000\$00 (cinco milhões de escudos) realizado em 2 500 000\$00 (dois milhões e quinhentos mil escudos) em dinheiro e 2 500 000\$00 (dois milhões e quinhentos escudos) em bens.

Artigo 7º

1. A Gerência da Sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, é confiada a Daniel Lima do Rosário, que fica desde já nomeado Gerente, com dispensa de caução, podendo nomear gerentes por procuração.

2. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e ou, contratos e demais actos/documentos estranhos aos seus fins sociais.

3. Em caso de ausência ou impedimento do gerente este poderá passar procuração a terceiros para gerir a sociedade.

Artigo 8º

O ano social é o civil.

Artigo 9º

Os Balanços e Actividades da Empresas serão dados anualmente e encerrados a trinta e um de Dezembro, devendo a aprovação dos mesmos até trinta e um de Março do ano subsequente.

Artigo 10º

Os lucros líquidos apurados em cada exercício, depois de deduzida a reserva legal, terão a aplicação que a assembleia geral determinar.

Artigo 11º

Os casos omissos serão regulados por deliberação dos sócios e pelas disposições legais em vigor.

Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe de São Vicente, 16 de Abril de 2001. – O Ajudante, *ilegível*.

**Conservatória dos Registos do Sal****CERTIFICA**

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matrícula e inscrição em vigor;
- c) Que for requerida pelo nº um do Diário de 24/01/01, por Pierandrea Suglicin, Separado Judicialmente natural e residente em Itália, de passagem nesta Ilha do Sal;
- d) Que ocupa 3 folhas numeradas e rubricadas, pelo ajudante e leva aposto o selo branco desta Conservatória.

Art. 11º, 1 .....	150\$00
Art. 9º .....	30\$00
Soma .....	180\$00
Diário:	
IMP – Soma .....	180\$00
10% C.J. ....	18\$00
Soma total .....	198\$00
São: (cento e noventa e oito escudo)	

CONTA Nº 130/2001

Elaborado nos termos de nova redacção dada ao número dois do artigo 78º do Código do Notariado, através do Decreto-Legislativo nº 2/97, de 10 de Fevereiro do ano de mil novecentos e noventa e sete, que faz parte integrante de escritura de constituição de sociedade denominada «CLUB-MISTRAL CABO VERDE, LIMITADA», celebrada aos vinte e quatro dias do mês de Janeiro do ano dois mil e um, matriculada sob o nº 417.

**ESTATUTO****Artigo 1º**

É constituída uma sociedade de responsabilidade limitada por quotas, denominada «CLUB-MISTRAL CABO VERDE Ldª», de duração indeterminada e com sede C.P. nº 8, na vila de S. Maria, ilha do Sal, Cabo Verde.

**Artigo 2º****(Objecto)**

Constitui objecto da sociedade a criação, organização e exploração de um club de Wind-Surf e todas as demais actividades com relação à esta área de lazer e desporto, nomeadamente várias actividades desportivas náuticas, comércio de produtos e serviços relacionados com este sector, promoção, animação e organização de eventos quaisquer competições nacionais e internacionais, serviços fotográficos e filmagem dos mesmos eventos, edição e publicação de material didáctico e de promoção, como por exemplo livros, vídeos, filmes; venda ao retalho deste material como também souvenirs, roupas, gadgets, materiais técnicos legado a esta área; abertura de um video-pub ligado ao club; futuras expansões da actividade como fundação de um tour operador, e tudo que seja directamente ou indirectamente ligado às actividades, aos serviços e ao comércio com relação a esta área do mercado.

**Artigo 3º****(Capital Social)**

1. A sociedade adopta o capital social inicial de 400 000\$00 de escv (quatrocentos mil escudos escv).

Com a seguinte distribuição:

- Yolande Louise Frederica Maria Bichler ..... 95%
- Ronan Kersaudy ..... 5%

2. O capital social está integralmente subscrito e realizado em apenas cinquenta por cento em dinheiro, segundo consta de documentos anexos e complementares da presente escritura.

**Artigo 4º****(Aumento de capital social)**

O capital social poderá ser incrementado por subscrições de novas quotas pelos sócios, incluindo o anexo de patrimónios, bens móveis e imóveis dos sócios ao capital, ou por admissão de novos sócios.

**Artigo 5º****(Cessão de quotas)**

1. A cessão de quotas entre os sócios é livre.

2. Tratando-se de cessão de quotas a terceiros, gozam de preferência a sociedade e os sócios respectivamente, e só é feita mediante autorização expressa da sociedade, desde que o direito de preferência não tinha sido exercido.

3. O sócio que desejar fazer a cessão de quotas deverá comunicá-lo à sociedade, por escrito, com uma antecedência de sessenta dias.

**Artigo 6º****(Suprimentos)**

Os sócios poderão fazer os suprimentos que se mostrem necessários nas condições previamente decididas em Assembleia Geral.

**Artigo 7º****(Gerência)**

1. A gerência da sociedade caberá ao sócio Ronan Kersaudy, com poderes decisórios gerais de gestão, nomeadamente os de assinatura de documentos da sociedade, operações bancárias ou a terceiros, devidamente mandatados por aquela.

2. O mandato de gerência é exercido com dispensa de caução.

**Artigo 8º****(Impedimentos)**

O sócio gerente não pode fazer, por conta da sociedade, operações alheias ao seu objectivo e fim, nomeadamente assinaturas de letras favor, livrança e actos semelhantes sendo os factos contrário a est preceito considerados violação expressa do mandato.

**Artigo 9º****(Assembleia geral)**

1. Haverá uma assembleia geral ordinária por ano, nos primeiros três meses findo o exercício anterior, para discutir, nomeadamente, sobre balanço e relatórios.

2. É dispensada a reunião quando todos os sócios concordarem por escrito, em que dessa forma se delibera.

**Artigo 10º****(Repartição de lucros)**

Os lucros anuais apurados pelos balanços deduzidos de todas as despesas e encargos, terão aplicações conforme decisão da Assembleia Geral.

**Artigo 11º****(Dissolução)**

A sociedade se dissolve nos casos determinados pela Lei e por resolução tomada em Assembleia Geral.



Artigo 12º

**(Morte e interdição)**

A sociedade não se dissolve por morte ou interdição de qualquer dos sócios e continuará com os restantes e com o representante ou herdeiros do sócio falecido o interdito, salvo se estes preferirem apartar-se da sociedade.

Artigo 13º

**(Casos omissos)**

Em todos os casos omissos regem as disposições legais vigentes nas leis cabo-verdianas aplicáveis às sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

Conservatória do Registo do Sal, 4 de Abril de 2001. — O Ajudante, *ilegível*.



**IMPRESA NACIONAL DE CABO VERDE - E.P.**

**RECTIFICAÇÃO**

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 17, II Série, de 23 de Abril de 2001, o extracto da constituição da Sociedade por quotas de responsabilidade limitada CENTAL Comércio, Importação e Exportação, Lda pelo que se publica novamente na parte que interessa.

Onde se lê:

CENTRO COMÉRCIO, Importação e Exportação, Lda;

Deve ler-se:

CENTAL COMÉRCIO, Importação e Exportação, Lda;

Praia, 25 de Abril de 2001. — O Sócio Gerente, *António Felisberto Mendes Tavares*.

Imprensa Nacional de Cabo Verde - E.P., 25 de Abril de 2001. — A Administradora, *Clotilde Fortes Tiene*.



**IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros SARL**

**CONVOCATÓRIA**

O Presidente da Mesa de Assembleia-Geral da IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros - SARL tem a honra de informar os Exmos Srs Accionistas que a reunião de Assembleia Geral Ordinária, anteriormente convocada para o dia 27 do corrente mês de Abril, foi adiada para o dia 17 de Maio de 2001, Quinta-Feira, pelas 18H30, a ser realizada no mesmo local, Cidade da Praia, na Sede Administrativo da Empresa, sita na Avenida Amílcar Cabral, com a mesma ordem de trabalhos:

1º – Discutir, modificar e aprovar o Relatório de Gestão e as Contas do exercício económico de 2000.

2º – Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados.

3º – Deliberar sobre o parecer do Conselho Fiscal referente à Contas do ano económico de 2000 e proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, nos termos do artigo 407º – número 1), alínea c) do Código das Empresas Comerciais.

Os accionistas podem fazer-se representar por outro accionistas através de carta mandadeira dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral a ser entregue antes do início da sessão, nos termos do artigo 11º/5 dos Estatutos.

Nos termos do artigo 11º/8 dos Estatutos, as pessoas colectivas deverão comunicar ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por carta recebida até às 18 horas do penúltimo dia anterior ao fixado para a reunião de Assembleia Geral, o nome de quem as representa.

IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros SARL, 17 de Abril de 2001. — O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *Alfredo Barbosa Fernandes*.

**CONTAS E BALANCETES**



**Banco Comercial do Atlântico**

**Relatório de Contas de 2000**

**1 ÓRGÃOS SOCIAIS**

O Banco Comercial do Atlântico, nos termos do Artigo 13º dos seus Estatutos, elegeu em Assembleia Geral de Accionistas, realizada a 11 de Fevereiro de 2000, os seguintes membros dos Órgãos Sociais:

**ASSEMBLEIA GERAL**

Dr. *Oswaldo Sequeira*, (Em representação do Estado de Cabo Verde) – Dr. *David Hopffer Almada* – Dr. *Simões Correia*.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente, Dr. *Alberto Sarmento Azevedo Soares* (Em representação da CGD) – Administrador, Dr. *António Miguel Ornelas Afonso* – Administrador, Dr. *João Manuel de Campos Correia Pinto* – Administrador, Dr. *Victor Adolfo Estrela Ascensão de Pinto Osório* – Administrador, Dr. *Herminaldo Oswaldo de Sousa Brito*.

**CONSELHO FISCAL**

*Artur Andersen*, (Na qualidade de fiscal único)

Por sua vez o Conselho de Administração eleito criou uma Comissão Executiva (C.E) composta pelos Administradores:

Dr. *António Miguel Ornelas Afonso* (Presidente da C.E) – Dr. *João Manuel de Campos Correia Pinto* – Dr. *Victor Adolfo Estrela Ascensão de Pinto Osório*.

A distribuição do Capital Social, a 31/12/2000 era a seguinte:

<u>ACCIONISTAS</u>	<u>VALOR</u>	<u>PERCENTAGEM</u>
CGD	525.000.000\$00	52,5
GARANTIA	125.000.000\$00	12,5
ESTADO	100.000.000\$00	10,0
OUTROS ACCIONISTAS	250.000.000\$00	25,0
TOTAL	1.000.000.000\$00	100,0

## BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

2

PRINCIPAIS VALORES E INDICADORES  
DE ACTIVIDADE E RESULTADOS

Variáveis	Unid.	1999	2000
<b>BALANÇO</b>			
Activo Total	contos	27.853.209	30.882.490
Crédito Total	contos	10.654.304	10.441.647
Passivo	contos	26.513.586	29.563.956
Depósito total	contos	23.411.693	25.350.001
Situação Líquida	contos	1.339.623	1.318.533
<b>CONTA DE EXPLORAÇÃO</b>			
Margem Financeira	contos	839.671	511.771
+Outros Proveitos Bancários	contos	556.956	840.213
=Produto Bancário	contos	1.396.627	1.351.984
-Custos Administrativo	contos	756.997	787.856
+Reposição e Anulação de Provisões	contos	848.499	419.808
=Cash-Flow do Exercício	contos	1.488.130	983.936
-Amortizações do Exercício	contos	167.823	132.737
-Provisões do Exercício	contos	1.259.226	748.739
+Saldo Ganhos e Perdas Extraordinários		77.278	67.179
-Provisões p/ Impostos s/Lucros	contos	48.425	15.554
=Resultados Líquidos do Exercício	contos	89.933	154.085
<b>RÁCIOS</b>			
Crédito Vencido/Crédito Clientes	%	10,4%	11,0%
Prov.Créd.Vencido/Crédito Vencido	%	114,3%	131,2%
Crédito Clientes/Depósitos	%	45,5%	41,2%
Resul.Líquido/Capitais Próprios	%	7,0%	13,2%
Resultado Líquido/Activo	%	0,3%	0,5%
Resultado Líquido/Proveitos	%	2,5%	4,6%
Proveito/Activo	%	13,1%	10,9%
Rácio Solvabilidade		6,6	6,9%
(Prov.juros-Custos juros)/Activo	%	3,0%	1,7%
(Outr.Prov - Outros Custos )/Activo	%	-2,8%	-1,3%
<b>FUNCIONAMENTO</b>			
Custos Operativos/Produto Bancário (Cost Income)	%	66,2%	68,1%
Activos por Empregado	contos	78.020	86.506
Número Empregados Efectivos	un.	357	347
Número de Agências	un.	16	16



## 3 CONJUNTURA ECONOMICO-FINANCEIRA

## 3.1 - INTERNACIONAL

O ano 2000 registou alguma melhoria da situação económica mundial, apesar do aumento de 57,9% do preço do petróleo Brent. O preço spot médio do petróleo Brent situou-se, em Dezembro 2000, nos 25,12 dólares por barril, colocando de novo as oscilações do preço desse produto no centro das preocupações da economia mundial.

A economia americana teve uma taxa de crescimento do PIB na ordem dos 5,2%. A sua taxa de desemprego continuou a baixar atingindo 4% em Dez00 contra 4,2% em Dez99. O PIB americano, tendo registado um crescimento acima dos 5%, mostrou uma evolução bem superior à verificada tanto no Japão como na Europa do Euro, no mesmo período. Contudo, já durante o último trimestre de 2000, surgiram alguns receios apoiados em alguns indicadores de produção industrial e de confiança dos empresários norte-americanos, ao fim de dez anos de crescimento ininterrupto.

A economia europeia apresentou um crescimento significativo em quase todos os países, induzido pelas exportações e por uma forte procura interna. Na zona Euro o PIB cresceu 3,4%, a taxa de desemprego situou-se nos 8,8% e o índice de preços do consumidor fixou-se nos 2,9% (dados do MF/DGEP de Portugal referentes a Novembro de 2000).

No que respeita a Portugal, país particularmente importante para Cabo-Verde devido ao Acordo de Cooperação Cambial com ele assinado, atingiu um crescimento de 3%. Neste país o nível de desemprego e a taxa de inflação média anual continuam a sofrer descidas históricas com o primeiro a rondar 4% e o segundo 2,9%.

A economia nipónica manteve um fraco desempenho, com o consumo privado em queda, apesar das medidas adoptadas pelo Governo de incentivo ao aumento da procura e do consumo privado. O PIB cresceu apenas 1,4% no ano 2000.

No continente Africano continuou a verificar-se uma situação de desequilíbrio económico e financeiro, em grande medida resultante da instabilidade política e guerras civis constantes. O peso da sua economia a nível mundial continua insignificante, pelo que Cabo Verde mantém poucas relações económicas com os países vizinhos do continente.

## 3.2 - NACIONAL

## 3.2.1 - DADOS GERAIS

As eleições autárquicas de Fevereiro e os preparativos para as eleições legislativas e presidenciais efectuadas em 14 de Janeiro e 25 de Fevereiro de 2001 marcaram o ano 2000. Tratou-se portanto de um ano de fim de ciclo político, o que teve reflexos a nível da gestão macro-económica do país.

Em 2000 terminou o processo de conversão da dívida interna em Títulos Consolidados de Imobilização Financeira, Trust Fund, o que contribuiu para a diminuição da Dívida Interna.

## ALGUNS DADOS SOBRE A ECONOMIA CABO-VERDIANA

Anos	Unidade	Real	Previsão	Real
Rúbricas		1999	Oge-2000	2000
PIB Real	Variação	8,0	8,0	8,4
PIB Nominal	Milhões USD	595,7		559,6
Câmbio Médio Anual	USD/CVE	102,7		115,9
Inflação	Media Anual	4,3	2,0	-2,4
Défice da BTC/PIB	%	-12,2		-14,4
Desemprego	%	25,4	23,0	21,3
Massa Monetária	Milhões Conto	36.629		41.489
Massa Monetária	V. anual %	15,27	8,27	13,3
Reservas Cambiais	Meses Importação	30	7,3	1,9

Fonte : BCV

A economia cabo-verdiana registou em 2000 uma taxa de crescimento real do PIB na ordem dos 8,4%, segundo dados até Novembro do BCV. Esse dinamismo deveu-se ao forte crescimento da procura interna causado fundamentalmente pelo aumento do consumo público (11%) e do investimento público (10%). Este aumento da procura fez com que as importações aumentassem 7,8%, contribuindo para o aumento do défice da BTC/PIB.

Considerando que 2000 foi um ano de fim de ciclo político, é natural que se verifique alguma diminuição do consumo e investimento público em 2001, o que poderá vir a influenciar negativamente o crescimento do PIB.

A inflação teve um comportamento que ultrapassou a previsão do Orçamento do Estado, pois acabou por se registar uma deflação na ordem dos -2,4%. A descida dos preços dos bens alimentares e bebidas foi determinante, reflectindo não só o facto da produção agrícola ter sido bastante satisfatória nos últimos dois anos, como também a estabilidade de preços dos produtos importados. Porém, é de se esperar uma inversão em 2001, face a potenciais aumentos do preço dos derivados do petróleo, pois que o Estado começa a ter dificuldades em continuar a subsidiar o diferencial de preços desses produtos.

A taxa de desemprego decresceu 1,7 pontos percentuais, o que está ligado à expansão do investimento público e ao aumento do investimento externo nos sectores do Turismo e Indústria.

A nível das contas externas constata-se a continuação do agravamento do défice da Balança de Transacções Correntes, o que se deve em grande medida ao aumento em valor das importações de combustíveis provocado pela forte subida do preço do petróleo.

No 3º trimestre de 2000, o saldo acumulado da balança de capitais e de operações financeiras é de apenas 1.079,6 milhões de CVE. A manter-se essa tendência este saldo ficará muito aquém do valor registado em 1999, que foi de 12.142 milhões de CVE. Essa evolução é no entanto explicada pelo facto de que grande parte dos fluxos do Investimento Directo estrangeiro em 1999 estiveram orientados para a participação no programa de privatizações do sector financeiro.

No tocante à Política Cambial e dado a paridade fixa entre o CVE/PTE, como consequência do Acordo de Convertibilidade assinado entre os governos de Cabo Verde e Portugal, a taxa de câmbio efectiva nominal registou algumas oscilações, reflectindo as variações do Euro em relação ao dólar, tendo o câmbio USD/CVE passado de 102,7 em finais de 1999 para 115,9 em Dezembro de 2000.

O crédito interno cresceu até Dezembro 24,8 %. Para este facto contribuíram tanto o crédito ao Sector Público Administrativo bem como a titularização de diversas dívidas do Estado consolidadas junto do sistema bancário, assim como o lançamento de Obrigações no montante de 1.862,7 mil contos emitidas ao abrigo do Orçamento rectificativo de 29 de Novembro. Este valor destinou-se fundamentalmente a cobrir as dívidas do Estado face às empresas de comercialização de petróleo.

A massa monetária M2 cresceu 13,3%, enquanto que as reservas cambiais passaram a cobrir apenas 1,9 meses de importação. Note-se que a meta do Banco Central era garantir um nível médio de disponibilidades correntes equivalente a pelo menos 7 meses de importação.

## 3.2.2 - SISTEMA FINANCEIRO

No ano 2000, o sector financeiro foi alterado na sua composição, através da aquisição pelo agrupamento constituído pelo Banco Interatlântico/Caixa Geral de Depósitos, da maioria do capital social, directa e indirectamente, do Banco Comercial do Atlântico, Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde e Promotora - Sociedade de Capital de Risco, no âmbito do processo de privatização das empresas deste sector. Criou-se assim o maior grupo financeiro do País, permitindo maiores sinergias na actuação de cada uma das instituições.

Foram vendidas as acções do BCA e da CECV aos trabalhadores e público em geral, operações coroadas de êxito, tendo sido registadas propostas de compra muito superiores ao lote de acções disponíveis, o que resultou num encaixe bastante significativo para o Estado. É assim que para o BCA a procura excedeu a oferta em 81%, enquanto que para a CECV essa percentagem atingiu os 137%.

Terá sem dúvida contribuído para o êxito dessas operações o facto do próprio sistema financeiro ter incentivado a compra das acções, sendo no entanto de se destacar que muitos dos novos accionistas aplicaram grande parte das suas poupanças, o que é demonstrativo da sua confiança nessas empresas.

Essas operações de privatização foram extremamente importantes pois levaram a um grande aumento da participação do sector privado, fazendo com que o BCA e a CECV passassem a reunir as condições mínimas de dispersão das suas acções e assim poderem ser cotadas em Bolsa. De se referir que foram efectuadas sessões especiais da Bolsa para apresentação dos resultados desses processos de privatização.

Em Janeiro de 2000 finalizou também o processo de colocação junto ao público das acções da Empresa de Construções Cabo-Verde, CVC, operação essa que também foi bem sucedida.

Com a dispersão para breve das acções da Cabo-Verde Telecom. estarão reunidas as condições para o arranque do funcionamento das sessões ordinárias da Bolsa de Valores de Cabo Verde a partir do mês de Março de 2001, o que será um passo fundamental para a modernização do sistema financeiro cabo-verdiano.

Estamos ainda confiantes que será solicitada a cotação em Bolsa das Obrigações do Tesouro emitidas em 2001, o que permitiria uma melhor gestão da liquidez das Instituições Financeiras. Com a abertura efectiva da Bolsa será também desejável que outras grandes empresas do país passem a financiar-se através do mercado de capitais, como complemento do mercado financeiro.

Iniciou-se a massificação da utilização do cartão de débito Vint4 e introduziu-se os primeiros POS em regime experimental. Até Dezembro de 2000 foram produzidos 15.127 cartões, sendo que 47% pertencem a clientes do BCA. Ao longo do ano foram levantados 538,7 mil contos através desses cartões, cabendo ao BCA 43% desse valor.

#### 4. ACTIVIDADE COMERCIAL

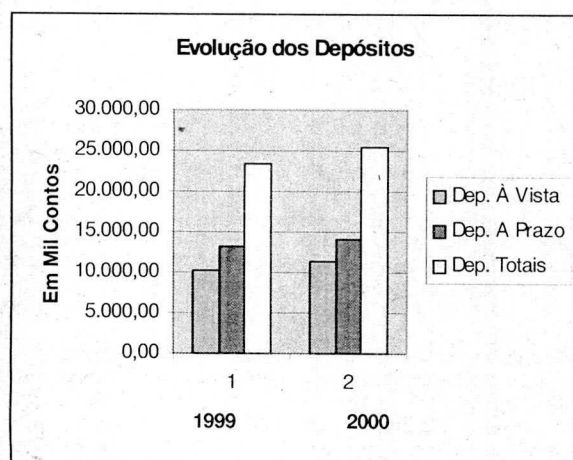
##### 4.1. - RECURSOS

Beneficiando de uma excelente rede de Balcões num total de 16 Agências e de 4 prolongamentos cobrindo quase todo os concelhos do País, o BCA em 2000 teve uma política mais agressiva de captação de recursos, como se pode constatar no quadro e gráfico seguintes:

#### RECURSOS

1000 contos

Anos	1999	2000	2000-1999	T. CRESC.
Rúbricas				
Dep. À Vista	10.327,40	11.261,37	933,97	9,0%
Dep. A Prazo	13.084,30	14.088,63	1.004,33	7,7%
Dep. Totais	23.411,70	25.350,00	1.938,3	8,3%
Outros Recursos	330,80	552,18	221,38	66,9%
RECURSOS TOTAIS	23.742,50	25.902,18	2.159,68	9,1%



Os Depósitos Totais cresceram 8,3%, resultado do efeito conjugado do acréscimo quer dos Depósitos à Vista, quer dos Depósitos a Prazo.

O quadro seguinte dá-nos uma visão mais detalhada da evolução da Carteira de Depósitos.

#### CARTEIRA GERAL DE DEPÓSITOS

1000 contos

ANOS	1999	2000	2000-1999	T. CRESC.
RÚBRICAS				
T.MOEDA NACIONAL	21.942,1	23.745,1	1.803,0	8,2%
DEP. À VISTA	9.790,6	10.599,7	809,1	8,3%
DEP. A PRAZO RESIDENTES	5.087,3	5.587,2	499,9	9,8%
DEP. A PRAZO EMIGRANTES	7.064,2	7.558,1	493,9	7,0%
TOTAL D P MN	12.151,5	13.145,3	993,8	8,2%
T.MOEDA ESTRANG.	1.469,6	1.604,9	135,2	9,2%
DEP. À VISTA	536,8	661,6	124,8	23,2%
DEP. A PRAZO RESIDENTES	20,9	2,2	-18,7	-89,5%
DEP. A PRAZO EMIGRANTES	911,9	941,5	29,6	3,2%
TOTAL D P ME	932,8	943,3	10,5	1,1%
TOTAL DEPÓSITOS	23.411,7	25.350,0	1.938,3	8,3%

Dos Depósitos à Vista, num total de 11.261,3 mil contos, 94,1% são em moeda nacional e 5,9% em moeda estrangeira. O Depósito à Vista em MN cresceu 8,3%, o que é tanto mais importante quando considerarmos que tinha aumentado apenas 4,3% no período anterior, para o qual seguramente terá contribuído o lançamento do cartão de débito Vint4. O Depósito à Vista em ME teve um acréscimo de 23,2%, contra um decréscimo de 11,3% no período anterior. Isto vem mais uma vez demonstrar a instabilidade desse depósito, constituído fundamentalmente por contas de embaixadas e organismos internacionais.

Quanto aos Depósitos a Prazo, para um total de 14.088,6 mil contos, 93,3% é em MN e 6,7% em ME, sendo este na sua maioria constituído por Depósito de Emigrantes.

O Depósito a Prazo dos Residentes em MN cresceu 9,8%, sendo a rubrica de Depósitos que apresentou uma evolução mais significativa. Este aspecto é tanto mais positivo quando em 1999 tinha decrescido 4,6%, o que significa que o BCA está a conseguir captar mais poupanças, apesar do sector bancário estar cada vez mais competitivo.

O Depósito a Prazo dos Emigrantes em MN também teve um comportamento positivo, com um acréscimo de 7,0%, enquanto os seus Depósitos a Prazo em ME cresceram 3,2%. Estes dados indiciam que é necessário estudar melhor a situação da emigração nos países de acolhimento, assim como a possibilidade de lançar novos produtos ou canais que facilitem a canalização da sua poupança para Cabo-Verde, pois que no ano transacto os seus depósitos cresceram a uma taxa mais significativa, 18,1 e 3,4%, respectivamente.

#### 4.2. - CRÉDITO

##### 4.2.1 - CONDICIONANTES DA ACTIVIDADE DO CRÉDITO

Durante o ano 2000 as autoridades monetárias continuaram a implementar mecanismos de controlo indirecto de concessão de crédito, através das Reservas Mínimas de Caixa.



A actividade de crédito do BCA teve uma evolução negativa o que, se por um lado continua a estar ligado a um elevado risco de crédito em diversos sectores, por outro lado deve-se a uma diminuição da procura de crédito no último semestre do ano. Pensamos que este fenómeno é conjuntural e que estará ligado ao período eleitoral em que se vivia, criando algumas incertezas nos investidores. Nessa circunstância espera-se que em 2001 haja uma inversão significativa dessa tendência.

Continuou-se a promover um maior rigor na concessão do crédito, aliado a um acompanhamento permanente da carteira vencida, tendo em vista a diminuição sistemática do peso dessa carteira. Nesse sentido é de se salientar o trabalho dos Gabinetes de Recuperação de Crédito, que também têm proposto a recuperação de alguns créditos pela via judicial, quando se ultrapassa a capacidade de resolução pela via negociada. Este aspecto é importante porque os clientes ficam com a noção que o Banco pode utilizar todos os meios que dispõe para recuperar os seus créditos.

#### 4.2.2- ANÁLISE DO CRÉDITO CONCEDIDO

O crédito concedido decresceu 23,9%, sendo de se destacar uma variação bem diferenciada do crédito de curto e de m/longo prazo, como se pode constatar no quadro e gráfico seguintes. Com efeito, o crédito concedido a curto prazo cresceu 3,9%, enquanto o concedido a m/longo prazo decresceu 53,5%.

Este facto resulta fundamentalmente, como já se referiu, da própria retração da procura, e não de uma política deliberada do BCA em desincentivar o crédito ao investimento.

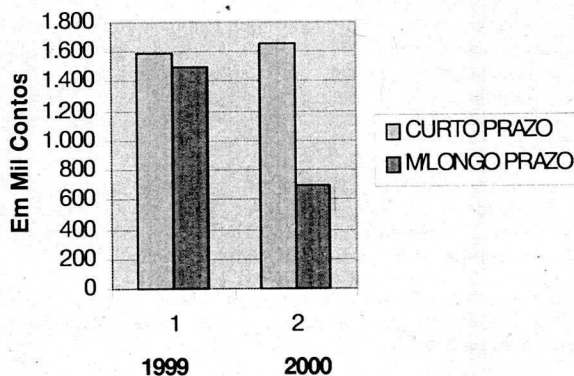
Ao longo do ano o BCA incrementou um acompanhamento mais estreito dos seus clientes empresas, nomeadamente através de uma análise sistemática dos seus balanços e contas. Esta análise levou à constatação que de um modo geral a conta de clientes dessas empresas teve um significativo aumento, o que porém não levou a um acréscimo de procura de crédito, mas sim a um acréscimo das suas contas de Fornecedores. Ou seja, a incerteza que se gerou quanto às datas de recebimento de algumas dívidas, nomeadamente as do Estado, fez com que as empresas receassem endividar-se junto do sector financeiro, o que poderia acarretar inoportunos custos financeiros. A solução encontrada pelas empresas para irem ultrapassando os seus problemas de tesouraria foi o aumento do prazo médio de pagamentos, gerando uma cadeia de problemas de liquidez. Este facto terá afectado a capacidade de investimento das mesmas e criado alguma insegurança em potenciais novos investidores.

#### Evolução do Crédito Concedido

1000 ECV

ANOS	1999	2000	2000-1999	T. CRESC.
CRÉDITOS				
CURTO PRAZO	1.595	1.658	63	3,9%
M/LONGO PRAZO	1.500	697	-803	-53,5%
TOTAL	3.095	2.355	-740	-23,9%
PESO DO C/PRAZO	52%	70%		
PESO DO M/L PRAZO	48%	30%		

#### Evolução do Crédito Concedido



Uma análise mais detalhada do crédito de m/longo prazo mostra que em 2000 foram concedidos 697 mil contos, contra 1500 mil contos em 1999. A análise sectorial leva-nos a constatar um aumento do peso do sector Predial, que passou de 52% em 1999, para 54% em 2000. No entanto, em termos absolutos, o sector predial foi o que apresentou uma diminuição mais significativa (- 406,7 mil contos) o que poderá estar directamente ligado à diminuição do fomento da habitação económica por parte do Estado.

Em 1999 os sectores mais financiados para além do Predial tinham sido a Indústria, Transportes e Turismo. Em 2000 esses sectores e as Autarquias Locais obtiveram de novo a maior fatia de financiamento. E de se destacar ainda o valor praticamente nulo dos créditos aos sectores Agro-pecuário e Pescas, devido às dificuldades estruturais dos mesmos.

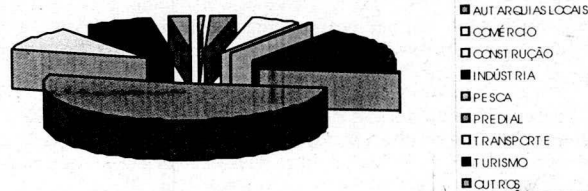
Como se pode constatar no quadro seguinte, o crédito decresceu significativamente em quase todos os sectores, salvo duas excepções. Um dos casos foi o das Autarquias Locais cujo crédito concedido aumentou 19%, o que em grande medida se explica pelo facto de em Fevereiro se ter efectuado eleições autárquicas, pelo que é natural que surgissem novos projectos. Outro sector que demonstrou bastante dinamismo foi o do Turismo, com um acréscimo de 16%, o que está directamente ligado ao aumento do IDE nessa área.

#### Créditos Concedidos a Médio/Longo Prazo

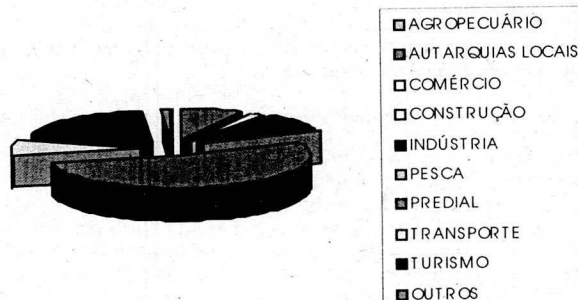
1999/2000

ANOS	1999	2000	2000-1999	T.C	PESOS	PESOS
SECTOR ACTIVIDADE				00-99	SECT.99	SECT.00
AGROPECUÁRIO	9.548	150	-9.398	-98%	1%	0%
AUTARQUIAS LOCAIS	45.089	53.441	8.000	19%	3%	8%
COMÉRCIO	83.031	11.660	-71.371	-86%	6%	2%
CONSTRUÇÃO	6.516	0	-6.516	-10%	0%	0%
INDÚSTRIA	251.610	61.720	-189.890	-75%	17%	9%
PESCA	11.449	306	-11.143	-97%	1%	0%
PREDIAL	786.884	380.189	-406.695	-52%	52%	54%
TRANSPORTE	158.323	53.875	-104.448	-66%	11%	8%
TURISMO	109.289	126.960	17.671	16%	7%	18%
OUTROS	38.718	8.600	-30.118	-78%	3%	1%
TOTAL	1.500.457	696.901	-803.556	-53%	100%	100%

#### Crédito Concedido M/Longo Prazo 1999



#### Crédito Concedido M/Longo Prazo 2000



## 4.2.3 - ANÁLISE DA CARTEIRA DE CRÉDITO

O Quadro seguinte evidencia a evolução dos Saldos da Carteira de Crédito nos últimos dois anos.

## Evolução da Carteira de Crédito

Mil Contos

ANOS RÚBRICAS	1999	2000	2000-1999	Taxa Crescimento
Crédito Normal	9.551,1	9.294,5	-256,6	-2,7%
. Curto Prazo	1.462,3	1.412,5	-49,8	-3,4%
. M/Longo Prazo	8.088,0	7.880,3	-207,7	-2,6%
. Rec. Consignados	0,761	1,729	0,968	127,2%
Crédito Vencido	1.103,2	1.147,1	43,9	4,0%
TOTAL	10.654,3	10.441,6	-212,7	-2,0%

Como consequência directa da diminuição do crédito concedido em 23,9% a carteira total de crédito decresceu 2,0%, o que não é muito significativo. Esse decréscimo da carteira, muito inferior à do crédito concedido, tem a ver com a estrutura de crédito do Banco em que o M/Longo Prazo representa 84,8% do crédito Normal, crédito esse de reembolso muito mais lento.

A carteira de crédito vencido cresceu 4,0% e 43,9 mil contos em valor absoluto, representando 11,0% da Carteira Total, contra 10,3% em 1999. De se salientar no entanto que esta ligeira degradação não se deve ao aparecimento de novos créditos vencidos, mas à passagem sucessiva de mais prestações de créditos já em situação de incumprimento à situação de vencido.

Em Anexo apresenta-se o quadro da distribuição do Crédito por Sector de Actividade, no qual se constata que o sector predial constitui 46,7% da Carteira, o que justifica o grande peso do M/Longo Prazo. O remanescente da Carteira está dividido em percentagens variando entre os 5,7% e os 10,3%, sendo de se referir o peso insignificante da Agricultura e Pescas com percentagens na ordem de 1%.

Os sectores com maior percentagem de crédito vencido na sua própria carteira continuam a ser as Pescas (46,5%) e a Agricultura (27,3%), sectores com graves problemas estruturais, pelo que o Banco praticamente deixou de financiá-los. O Comércio por Grosso (23,5%), Comércio a Retalho (21,9%) e a Indústria (21,4%) também apresentam uma taxa de incumprimento elevada, mas não devido a questões estruturais, mas a situações de incumprimento de clientes com algum peso.

As carteiras dos sectores Predial e Turismo (3,5%) são as que apresentam uma melhor performance, com percentagens de crédito vencido na sua própria carteira de apenas 1,9% e 3,5% respectivamente.

Passando a uma análise da percentagem do crédito vencido de cada sector no total do crédito vencido do Banco, confirma-se o maior peso da Indústria (21,4%) e do Comércio por Grosso (17,8%), o que poderá ser ultrapassado com a resolução de alguns casos significativos.

## 5 - OUTRAS ACTIVIDADES

## 5.1 - RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As acções dessa área continuaram a incidir no acompanhamento e desenvolvimento das relações com os correspondentes, análise de risco dos parceiros tendo em conta o risco país/banco, emigração, cooperação internacional, tratamento, processamento e controlo das operações com o estrangeiro.

Com a privatização do BCA e a formação de um novo Conselho de Administração, houve todo um trabalho de reconhecimento dessa nova fase do Banco no exterior.

As principais actividades desenvolvidas foram as seguintes:

**Relações com os Correspondentes** - Visitas de cortesia e de trabalho a alguns bancos e países onde existem uma forte comunidade cabo-verdiana, como forma de estreitar e melhorar as relações com os Correspondentes e mostrar aos emigrantes que na sequência das visitas efectuadas em 1999 foram tomadas algumas medidas no sentido de agilizar e minorar o custo das suas transferências.

Consolidação da entrada em funcionamento dos Acordos assinados com o CITIZENS, BBL, BCI e UNICREDITO, tendo havido um aumento de volume de movimentos associados a esses Acordos. Houve ainda todo um trabalho de acompanhamento das transferências dos emigrantes no âmbito desses Acordos, de modo a se fazer respeitar as condições negociadas.

Apresentou-se propostas de Acordos especiais para transferências de fundos de emigrantes ao ABN AMRO, ING BANK e BANCO FRANCO PORTUGAISE, tendo este último já respondido afirmativamente.

Foi ainda negociada a abertura de uma conta em Reais com o Banco do Brasil, o que virá diminuir os atrasos e despesas associados com as Ordens de Pagamento feitas até agora através do Citibank N.Y., beneficiando os nossos bolseiros e importadores.

Missões frequentes do Citibank ao BCA o que permitiu a renegociação da Linha de Confirmação de Créditos Documentários junto desse banco.

Visita pela primeira vez do representante do American Express em Paris, responsável das relações bancárias desse banco em África.

Visitas de alguns representantes de Agências de Cooperação Internacional como o Lux-Developpement e Agence Française de Developpement com o intuito de conceder informações sobre os financiamentos postos à disposição de empresas privadas e da possibilidade do BCA gerir esses financiamentos.

Assinatura de um Protocolo com o Tesouro Americano, para movimentação da conta da Embaixada Americana-Paris em contrapartida de créditos a terceiros, eliminando assim os cheques não standardizados que vinham sendo apresentados por aquela embaixada junto das nossas agências.

Abertura de uma conta em USD junto da Caixa Geral de Depósitos - Paris, tendo a nossa rede de correspondentes passado de 32 para 33.

A rede de correspondentes SWIFT passou de 81 em 1999 para 90 em 2000, o que permitiu facilitar a execução das Ordens de Pagamento de pensionistas, em que as instruções são recebidas de bancos terceiros, mas as coberturas são no entanto dadas pelos nossos correspondentes. É o caso por exemplo, do BRED, HOLLANDESK e o BANK OF AMERICA CANADA.

De se referir também que as Ordens de Pagamento do Citibank Londres referentes a pensionistas passaram a ser recebidas via SWIFT, o que veio a acelerar a execução das mesmas, eliminando assim as reclamações dos beneficiários, pois antes eram recebidas via Correios e através do CITIBANK N.Y.

É de se salientar ainda o papel da Caixa Geral de Depósitos em Portugal, na divulgação do processo de privatização do BCA junto dos nossos emigrantes.

## 5.2 - GESTÃO FINANCEIRA

A actividade financeira foi condicionada, em alguns aspectos, pelo atraso no fecho das contas de 1999 que se efectivou nos finais do 1º semestre de 2000. Tal facto advém da resolução de situações que ficaram em aberto após a conclusão do processo de privatização do Banco.

A gestão orçamental e o controlo de objectivos efectivaram-se decorridos alguns meses de exploração, tendo sido iniciado um novo figurino para a gestão orçamental do BCA. Fixou-se objectivos globais para o ano em referência, tendo por pressuposto principal a manutenção da tendência histórica do ano transacto, com realce para alguns objectivos específicos, nomeadamente depósitos, crédito e alguns custos.

Durante o mesmo ano, por força da integração no Grupo CGD, houve um grande envolvimento da Direcção Financeira (Divisão de Contabilidade e Divisão de Análise Financeira) em tarefas relacionadas com a consolidação de contas e de reportes vários.

No concernente à Gestão de Liquidez traçou-se como objectivo primordial a recuperação da liquidez quer em moeda nacional quer em moeda estrangeira.



Nos finais do ano de 1999 as Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC) atingiram um défice no valor de -949 mil contos, défice esse que se manteve durante os dois primeiros meses de 2000, com valores à volta dos CVE -1.000 mil contos.

A partir do mês de Março desenvolveu-se acções tendentes a colmatar essa situação de incumprimento por parte do BCA, das quais destacamos operações no âmbito do Mercado Monetário, Cambial e de Títulos, bem assim intervenções tendentes a otimizar os valores em caixa, nomeadamente reduzindo os limites dos saldos de caixa nas agências e tesouraria central e melhorando os circuitos de transferência de valores. O efeito dessas acções é evidenciado pelos dados de DMC a partir do mês de Abril (+197 mil contos), continuando a evoluir positivamente até ao fim do ano, com especial realce para os valores alcançados nos meses de Junho (+572 mil contos), Novembro (+453 mil contos) e Dezembro (+295 mil contos).

Ao longo do ano houve um grande esforço de diminuição progressiva das listas de espera dos pagamentos sobre o exterior, que rondavam em média os dois ou três meses no início do período, até se alcançar a completa normalidade da tesouraria em ME nos finais do ano. Em termos de valores essa lista atingia em finais de 1999 cerca de CVE 2.479 mil contos, valor esse que se foi reduzindo gradualmente durante o ano 2000, até atingir valores médios aceitáveis em termos comerciais. Em Junho alcançou-se o valor mais baixo do ano, cerca de CVE 77 mil contos e fechou-se o ano com cerca de CVE 470 mil contos.

Em 2000 o volume de pagamentos sobre o exterior foi na ordem dos USD 171.584.300,00 contra entradas no valor de USD 186.478.384,00. Desse montante somente USD 7.442.370,00 foram adquiridos ao Banco Central.

Outro objectivo não menos importante inerente à recuperação da liquidez do BCA é o da rentabilização dos possíveis excedentes de liquidez. Assim, foram feitas aplicações no mercado internacional (ME) e no mercado nacional (Bilhetes do Tesouro), que renderam ao banco cerca de CVE 72.148,2 contos sendo CVE 42.539,3 contos referentes a ME e CVE 29.608,9 contos a MN.

### 5.3 - ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA

A actividade nessa área foi marcada pelos seguintes eventos:  
Projecto de desenvolvimento do mercado financeiro;

Compensação;

Implementação da Central de Risco;

Reforço das exigências do controlo global e interno.

Ao nível da Organização tem-se vindo a dar prioridade à adequação das normas e procedimentos do Banco, melhoramento de circuitos e controlo de qualidade, sendo de se referir as seguintes acções:

Início da revisão do precário e dos produtos do BCA;

Alteração das notas de lançamento;

Utilizadores de risco;

Implementação das provas de emigrantes;

Organização e gestão do imobilizado;

Início à organização do sistema de normas e procedimentos do BCA;

Normalização da produção de impressos do Banco;

Melhoramentos à parametrização das contas;

Emissão de normas sobre contas de depósitos e novos produtos;

Estudos e projectos nas áreas do Sistema de Informação e Normas;

Formação de utilizadores do Bank Manager.

Ao nível da Informática o ano 2000 foi bastante rico, sendo de se destacar os seguintes trabalhos que muito vieram contribuir para a melhoria da prestação de serviço do BCA:

Apoio, parametrização e criação dos fluxos relativamente à centralização da base de dados dos titulares e assinaturas;

Instalação em produção da nova versão da aplicação bancária;

Programa do imobilizado;

Melhoramentos nos programas de auditoria;

Gestão de Títulos;

Bonificações de crédito e de Depósitos a Prazo de Emigrantes;

Conversões de moedas para o Euro;

Validações do crédito do dia e das requisições de cheques;

Validação do ficheiro DST (Ficheiros destino dos movimentos diários);

Alteração à rotina de gestão dos cartões;

Validação do ficheiro CCLN (Cartões capturados/lista negra);

Estatísticas de prazos residuais;

Lista MT110 (Mensagens Swift);

Comunicação de todos os saldos para a SISP;

Conversão de movimentos de impostos no BM para CVE;

Programa de controlo orçamental;

Melhoramento nos cálculos e consultas de provisões.

### 5.4 - MARKETING E IMAGEM

Foi dada uma especial atenção a essa área de marketing e imagem, nomeadamente como forma de transmitir aos clientes e ao público em geral os potenciais benefícios da privatização do BCA, que passou a integrar o Grupo Caixa Geral de Depósitos, o maior grupo financeiro de Portugal.

No âmbito da segunda fase do processo de privatização foram efectuados spots publicitários realçando a solidez financeira do BCA e o facto de fazer parte do Grupo Caixa em Cabo-Verde, conjuntamente com o Banco Inter-Atlântico, a Companhia de Seguros Garantia e a Sociedade de Capital de Riscos Promotora, o que certamente também terá contribuído para o grande sucesso desse processo.

Foram ainda desenvolvidas várias outras actividades, das quais destacamos as seguintes:

Lançamento de novos produtos como o Cartão Vinti4, Linha Verde e Poupança BCA Jovem, e melhoria dos existentes. O Cartão Vint4 teve bastante sucesso, sendo crescente a adesão dos clientes. A Linha verde teve muita procura ao longo do processo de venda ao público das acções do BCA, sendo um produto que oferece bastantes potencialidades, assim como a Poupança BCA Jovem.

Acções promocionais, como a exposição de peças antigas do BCA e a participação na FIC (Feira Internacional de Cabo-Verde). O BCA patrocinou ainda em vários eventos relacionados com a cultura, educação, saúde e desporto, com o objectivo de melhorar a imagem do Banco junto da Sociedade.

Encontros com a comunidade emigrada para fornecer informações sobre os produtos existentes, os canais utilizados para transferências, esclarecer dúvidas sobre extractos, concessão de empréstimos, taxas de juros praticadas, etc.

### 5.5 - RECURSOS HUMANOS

No ano 2000 o BCA atingiu um efectivo de 384 empregados do quadro permanente, sendo 347 no activo, 37 no inactivo com 26 aposentados, 2 em comissão de serviço e 9 na situação de licença sem retribuição.

Dos 347 empregados no activo, 125 encontram-se na Sede e 222 nas Agências.

Aos trabalhadores efectivos do quadro permanente acrescenta-se 56 trabalhadores contratados a prazo e avençados, perfazendo um total de 440 trabalhadores.

Procedeu-se à actualização salarial à taxa de 5% e lançamento do 3º número do Balanço Social.

No domínio da formação foram realizadas acções na área do Front-office, Back-office, nova versão sobre o sistema informático, sendo de se salientar uma formação sobre Venda de acções aos Gerentes e Subgerentes. De realçar a continuação da participação de trabalhadores do BCA no Curso Superior de Gestão Bancária, curso de grande nível técnico administrado pelo Instituto Superior de Gestão Bancária de Portugal, tendo quatro transitado para o 2º ano e dez para o 3º ano. Continuou-se ainda a dar atenção à aprendizagem do Inglês, que contou com a participação de 21 trabalhadores.

Foram tomadas algumas medidas no sentido da melhoria de funcionamento dos serviços, sendo de se realçar as seguintes:

Programa de controlo de férias;

Programa de controlo do agregado familiar;

Acompanhamento dos empregados que mudaram de escalões do imposto, evitando efeitos negativos nos seus salários;

Uniformização dos sinais convencionais de ocorrências.

## 5.6 - AUDITORIA E INSPECÇÃO

Foi dado um salto qualitativo nesta área com a criação do Gabinete de Auditoria e Inspeção (GAI) no 2º semestre de 2000, assim como a definição do seu Estatuto Orgânico e das Normas para a Prática Profissional de Auditoria Interna e os Padrões de Conduta dos Auditores Internos, substituindo o antigo Gabinete de Auditoria que funcionava na cidade do Mindelo.

Com o objectivo de melhorar o controle interno foram desenvolvidas varias auditorias às Agências e conferência de Valores na Secção de Tesouraria e Conservadoria de Valores.

De se referir ainda que elementos do GAI participaram numa acção de auditoria da Caixa Geral de Depósitos ao Banco Interatlântico, a qual redundou numa autêntica acção de formação prática.

## 5.7 - OUTRAS REALIZAÇÕES

É de se destacar todo o investimento que foi feito na melhoria da imagem das instalações, estando em fase final a execução dos projectos de recuperação dos edifícios históricos do BCA e a redefinição do projecto do Edifício Sede do Grupo Caixa em Cabo-Verde.

No decurso do ano foram feitos ainda os seguintes investimentos mais significativos:

Liquidação de facturas respeitantes a obras de Santa Maria no Sal;

Aquisição de dois pontos de venda no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral na ilha do Sal;

Projecto electrificação na parte do BCA do edificio da Farmácia Moderna;

Aquisição de mobiliários para Agências de S.Vicente, Rª Grande, Porto Novo, Maio e Brava;

Compra de veículos para o Concelho Administração;

Compra de material informático ( computadores e impressoras);

Aquisição de máquinas de contar moedas para as Agências de Sta Cruz e Avenida.

## 6. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

### 6.1 - BALANÇO

O Activo Líquido cresceu 10,9%, superior ao crescimento verificado no ano transato, o que se deve sobretudo ao acréscimo do Activo Disponível em 57,9%, traduzido em 2,7 milhões de contos em termos absolutos.

As rubricas que contribuíram para o acréscimo do Activo Disponível foram os Depósitos no Banco Central que aumentaram 45,1% (1,4 milhões de contos) e Depósitos s/Instituições de Créditos no Estrangeiro em 381,7% (1,3 milhões de contos), o que reflecte o grande esforço do Banco em dar cumprimento às Disponibilidades Mínimas de Caixa e o facto de ao longo do ano se ter regularizado as situações em atraso de pagamentos ao exterior.

Com uma variação negativa temos a rubrica Caixa 3,9%, reflectindo a continuidade de uma gestão rigorosa dos saldos de caixas nas Agências adoptada a partir do 2º semestre do exercício anterior e uma diminuição dos saldos máximos permitidos.

O Activo Realizável cresceu 2,3% (354,7 mil contos), o que se deve ao aumento das Obrigações e Outros Títulos de Rendimento Fixo em e Devedores e Outras Aplicações em 11,6%, o que mais que compensou a diminuição dos Créditos s/Clientes em -2,0% e o aumento das Provisões para Crédito Vencido em 19,3%.

O Imobilizado Líquido decresceu 4,1% em virtude da diminuição das Imobilizações Financeiras em 3,5%, o que se deve à venda ao BCV de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF's) no valor de 1.128 mil contos, o que mais que compensou a subscrição no início de março de TCMF's no montante de 893,7 mil contos.

O Passivo Exigível cresceu 11,5% devido, fundamentalmente, aos acréscimos dos Débitos p/Instituições de Crédito em 41,8% (287,3 mil contos), dos Depósitos de Clientes em 8,3% (1.938,3 mil contos) e das Provisões para Riscos e Encargos em 39,2%.

De se salientar que a evolução bastante significativa das Provisões e Encargos deve-se essencialmente ao aumento das Provisões para Pensões e Encargos Similares devido ao reforço do Fundo de Pensões em 47.035 contos e também a constituição do Fundo Reestruturação do BCA no montante de 390,7 mil contos. As Provisões para Riscos Gerais de Crédito decresceram em 4,5% (-6,5 mil contos), mas as para Pensões e Encargos aumentaram em 7,7% traduzido em 76,3 mil contos.

Os Fundos p/Riscos Bancários Gerais tiveram um acréscimo de 139,9%, reflectindo uma variação absoluta de 99,6 mil contos. Os reforços dessas provisões foram efectuados com o objectivo de se cobrir potenciais prejuízos provenientes de algumas situações antigas que se têm mostrado de difícil regularização.

Os Resultados Líquidos apresentaram um crescimento de 71,3% (64,1 mil contos). Não obstante isso, a Situação Líquida decresceu em 1,6% devido à redução em 100% dos Resultados transitados que foram transferidos para o Fundo Reestruturação do BCA.

### 6.2 - CONTA DE RESULTADOS

A Margem Financeira decresceu 39,1% (327,9 mil contos), o que se deve a um efeito conjugado da diminuição dos Juros e Proveitos Equiparados em 11,8% (-208,8 mil contos) com um acréscimo dos Juros e Custos Equiparados em 12,8% (119,1 mil contos).

O comportamento dos Juros e Proveitos Equiparados deve-se em parte à transformação em TCMF's do saldo carteira de Obrigações do Tesouro transitado de 1999, pelo que o rendimento dos Títulos do Tesouro diminuiu cerca de 141 mil contos. Outra rubrica que também diminuiu significativamente foi a dos Juros de Créditos Vencidos (44,6 mil contos).

Por sua vez, a variação dos Juros e Custos Equiparados deve-se em grande medida ao acréscimo de 11,1% (99,6 mil contos) dos juros de depósitos, como consequência directa do aumento dos Depósitos a Prazo.

Houve um decréscimo de 14,2% nas Comissões Activas (-39,5 mil contos), reflectindo o menor volume de crédito concedido.

O Lucro Líquido em Operações Financeiras, contrariamente à tendência que se vinha delineando nos anos anteriores, teve um acréscimo de 149,8% (149,8 mil contos), o que se explica pelo aumento das nossas reversas em divisas e pelo facto das oscilações do USD terem sido favoráveis ao BCA nos dez primeiros meses de 2000.

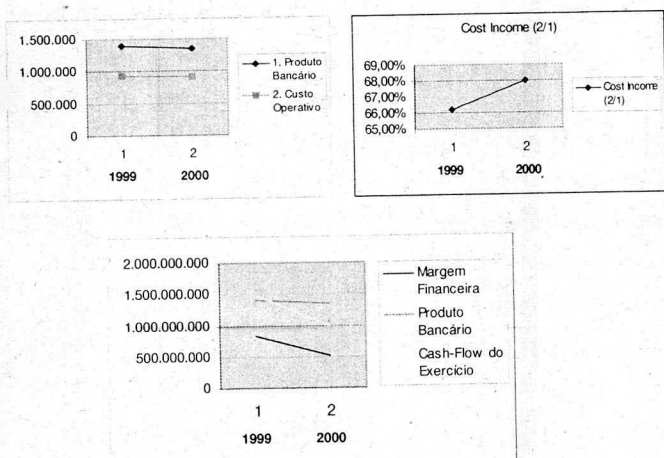
Apesar da taxa de remuneração dos TCMF's em 2000 ter sido de apenas 3,918% enquanto em 1999 tinha atingido os 4,25%, os rendimentos dos Títulos aumentaram 159,9% (161,1 mil contos) devido ao facto de ao longo do ano 2000 o Banco ter tido durante mais tempo uma maior carteira desses títulos. De se notar que em Março de 2000 se completou o processo da passagem da carteira de Obrigações do Banco para TCMF's, processo esse que se tinha iniciado em Junho de 1999.



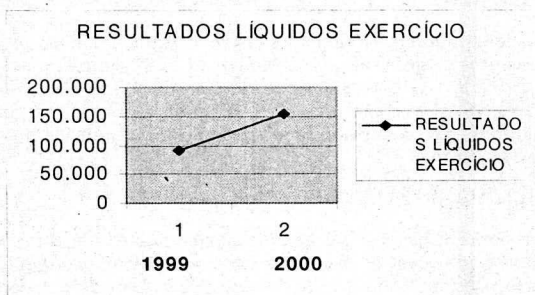
De se notar porém, que apesar dos Rendimentos dos Títulos e os Outros Proveitos de Exploração terem aumentado, constatou-se um decréscimo dos Outros Proveitos Bancários em 24,9% (-260,7 mil contos) provocado pela grande diminuição das Reposições e Anulações de Provisões em 428,7 mil contos.

Os aspectos atrás referidos contribuíram para que a Margem Bruta diminuisse 21,1%, o que conjugado com o aumento dos Custos Administrativos em 4,1% fez com que o Cash Flow de Exploração sofresse um decréscimo de 33,9%.

O Produto Bancário decresceu 3,2%, enquanto os Custos Operativos diminuíram apenas 0,5%, o que fez com que o Cost Income piorasse um pouco em relação a 1999 passando de 66,2% para 68,1%, como se pode constatar pelo comportamentos dos gráficos seguintes.



As reduções verificadas nas Provisões do Exercício e nas Amortizações, 40,5% e 20,9% respectivamente, traduzidos em termos absolutos em 510,4 e 35,1 mil contos, fizeram com que o Resultados de Exploração aumentassem 22,6%, e que os Resultados Líquidos tivessem um aumento de 64,1 mil contos, atingindo os 154,1 mil contos.



6.3 - ANÁLISE DOS RÁCIOS

As Provisões para Crédito Vencido/ Crédito Vencido atingiram os 131,2%, como reflexo da política da Administração em efectuar provisões económicas com o intuito de salvaguardar o Banco de potenciais perdas de créditos de risco, nomeadamente dos créditos anteriormente vencidos e recentemente renegociados.

O Crédito Normal/Depósitos a Prazo passou de 73% para 66% em virtude do aumento verificado nos Depósitos a Prazo.

O peso dos Depósitos à Ordem nos Depósitos Totais teve um ligeiro decréscimo e consequentemente os Depósitos a Prazo nos Depósitos Totais evoluíram de forma inversa.

Os Rácios de Avaliação de Desempenho, à excepção da Margem Financeira e da Rotação dos Activos, tiveram um comportamento positivo, reflectindo o aumento verificado nos Resultados Líquidos.

6.4. - RÁCIOS PRUDENCIAIS

Os Fundos Próprios atingiram 1.062,7 mil contos, representando um ligeiro decréscimo em relação a Dez/99, que era da ordem dos 1.108,3 mil contos. O decréscimo deve-se essencialmente à redução dos Resultados transitados que foram afectados ao Fundo Reestruturação do BCA.

O Rácio de Cobertura do Imobilizado manteve o mesmo valor de 1999, ou seja, 14,8% o que se deve à diminuição em 3,5% das Imobilizações Financeiras, devido à venda ao BCV de Títulos no valor de 1.128,85 mil contos como já foi referido. Se os TCMF'S não forem considerados como Imobilizado, o valor desse rácio passaria a ser de 141,9%.

O Rácio de Solvabilidade Ponderado passou de 6,6 em Dez/99 para 6,9%. Se não for considerado os TCMF's como Imobilizado, o mesmo rácio passa a ser de 10,9%.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para os Resultados apurados no exercício, no valor de 154.084.379\$94 (Cento e Cinquenta e Quatro Milhões, Oitenta e Quatro Mil, Trezentos e Setenta e Nove Escudos e Noventa e Quatro Centavos), o Conselho de Administração propõe aos Accionistas, as seguintes aplicações:

Reserva legal (10%).....	ECV 15.408.437\$99
Reserva Facultativa Investimento e Formação .	ECV 40.000.000\$00
Prémio Produtividade .....	ECV 17.176.610\$00
Dividendos .....	ECV 81.499.331\$95
Agrupamento CGD/BIA (52,5%) .....	ECV 42.787.149\$27
Garantia (12,5%) .....	ECV 10.187.416\$49
Estado Cabo Verde (10%) .....	ECV 8.149.933\$19
Outros Accionistas (25%) .....	ECV 20.374.832\$99

8. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTABILÍSTICOS E VALORIMÉTRICOS

Operações em moeda estrangeira (ME)

Valorizadas ao câmbio oficial em vigor na data da operação. Mensalmente os saldos são actualizados com base no câmbio oficial em vigor no final de cada mês. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas como resultados.

Crédito concedido

Engloba todo o crédito a terceiros, não existindo distinção entre o crédito com vencimento até um ano ( curto prazo ) e o crédito com vencimento superior a um ano.

O crédito vencido corresponde ao capital por regularizar. Nos termos do Aviso n.º 9/98, de 28 de Dezembro de 1999, do Banco de Cabo Verde, que veio substituir o Aviso n.º 6/93, de 11 de Outubro de 1993, as provisões para crédito vencido são enquadradas em classes de riscos, em função do período decorrido após o vencimento e de haver ou não garantia, como seja:

	CLASSES DE RISCO				
	I	II	III	IV	V
Com garantia	10%	20%	50%	75%	100%
Sem garantia	25%	50%	75%	85%	100%

As classes de riscos têm em consideração os seguintes períodos após o vencimento:

- Classe I - Até 3 meses
- Classe II - De 3 a 6 meses
- Classe III - De 6 meses a 1 ano
- Classe IV - De 1 ano a 3 anos
- Classe V - Mais de 3 anos

**Participações Financeiras**

As participações são valorizadas ao custo de aquisição.

**Imóveis e Equipamentos**

As amortizações para imóveis e equipamentos foram calculadas com base na Portaria n.º 3/84. Para o equipamento informático e mobiliário são aplicadas taxas específicas de, respectivamente, 33,33% e 12,5%. As viaturas são aplicadas a taxa de 20%.

**Juros e Comissões**

Os juros e as comissões sobre crédito concedido e os juros de depósitos de clientes são contabilizados no período a que respeitam, independentemente do seu recebimento e pagamento.

**CAIXA E DISPONIBILIDADES NO BANCO CENTRAL**

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição

	Em Contos	
	1999	2000
<b>Caixa</b>		
Notas	290.715	260.546
Moeda metálica	8.812	6.135
Notas e moedas estrangeiras	464.488	496.630
Notas e moedas em trânsito	360.247	316.967
	<u>1.124.262</u>	<u>1.080.278</u>
<b>Depósitos à ordem no banco central- BCV</b>		
Em moeda nacional	3.203.495	4.650.139
Em moeda estrangeira	12.343	17.335
	<u>3.215.838</u>	<u>4.667.474</u>
<b>SOMA</b>	<u>4.340.100</u>	<u>5.747.752</u>

Os Depósitos à ordem constituídos no Banco central não são remunerados. Os depósitos em moeda nacional visam satisfazer as disponibilidades mínimas de caixa exigidas pela legislação vigente.

**TÍTULOS DE INVESTIMENTO**

Composição dessa rubrica:

	Em Contos	
	1999	2000
<b>Obrigações do Tesouro</b>	893.700	550.000
<b>Bilhetes do Tesouro</b>	0	580.000
	<u>893.700</u>	<u>1.130.000</u>

O valor de 2000 corresponde à soma do saldo de duas Obrigações: uma no montante de 250.000 contos à taxa de 9,5% e outra no montante de 300.000 contos à taxa de 8,5%. Em relação aos BT'S temos um no montante de 380.000, outro no valor de 50.000 contos e outro de 150.000 contos, todos à taxa de 9%.

**IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Em contos		
Empresa	% Detida	Valor
<b>GARANTIA - Comp. Seguros de Cabo Verde,</b>		
SARL	35%	70.000
A PROMOTORA - Soc. Capital de Risco, SARL	11,10%	50.000
SISP - Soc. Interbancária Sistema Pagamentos	10%	10.000
<b>TCMF'S - Títulos Consolidados Imobilização</b>		
Financeira		6.433.170
<b>TOTAL</b>		<u>6.563.170</u>

As participações estão registadas pelo valor de aquisição, sendo equivalentes ao valor nominal das acções subscritas e realizadas.

Em Março de 2000 verificou-se a transformação de 893.700 contos que se encontravam titulados em Obrigações do Tesouro em Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF'S). Por outro lado, a 31 de Dezembro foram vendidos ao Banco de Cabo Verde o montante de 1.128.850 contos de TCMF'S. A remuneração destes Títulos é determinada em função dos rendimentos líquidos do International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund, equivalendo a 90% desses rendimentos líquidos. Relativamente a 2000 a taxa de rendimento dos TCMF'S fixou-se em 3,918%.

**IMOBILIZADO INCORPÓREO**

Esta rubrica regista, basicamente, custos com assessoria técnica para a integração do Banco na comunidade internacional, bem como custos com instalação da rede informática e com a beneficiação de edifícios arrendados. O valor desta rubrica tem vindo a ser amortizado com base na taxa legal de 33,33%, ascendendo as amortizações do exercício a 29.100 contos.

**IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS**

A composição e as variações registadas no exercício foram as seguintes:

Rubricas	Em Contos		
	31-dez-99	Adições/ Transfer.	31-dez-00
<b>Valor bruto:</b>			
<b>Imóveis</b>	504.833	4.099	508.932
<b>Equipamento:</b>			
Mobiliário e material	116.855	2.636	119.491
Máquinas e ferramentas	64.565	5.820	70.385
Equipamento informático	266.692	13.654	280.346
Instalações interiores	114.371	1.325	115.696
Material de transporte	63.688	9	63.697
Equipamento de segurança	12.926	88	13.014
Outros	2.549	7	2.556
	<u>641.646</u>	<u>23.539</u>	<u>665.185</u>
<b>Património artístico</b>	2.658	110	2.768
<b>SOMA VALOR BRUTO</b>	<u>1.149.138</u>	<u>27.747</u>	<u>1.176.885</u>
<b>Amortizações acumuladas:</b>			
De imóveis	(107.771)	(21.474)	(129.245)
De equipamento	(409.587)	(75.079)	(484.666)
	<u>(517.358)</u>	<u>(96.553)</u>	<u>(613.911)</u>
<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<u>631.780</u>	<u>(68.806)</u>	<u>562.974</u>

As principais aquisições do exercício respeitam a: 25 computadores (4.753 contos); aquisição de mobiliários (2.761 contos), assistência técnica (9.306 contos), máquinas de câmbio automáticas (5.530 contos) e três viaturas para o CA (10.890 contos). De se referir que foram vendidas três viaturas do membros do C.A. anterior no montante de 9.854 contos.

**IMOBILIZAÇÕES EM CURSO**

O valor dessa rubrica é em grande parte constituído com as despesas relacionadas com as obras em curso no edifício da Agência de Santa Maria, Ilha do Sal (28.017 contos), com o valor do prédio onde se encontra instalada a Farmácia Moderna, na cidade da Praia (19.579 contos) e sua electrificação (160 contos), pagamento de escritura do terreno na Avenida Marginal (142 contos), Edifício Sede do Grupo na Praia (5.000 contos).

**PROVEITOS A RECEBER**

Apresentam a seguinte composição:

	1999	2000
De Aplicações	74.468	409.662
De Imob. Financ. TCMF'S	79.754	
	<u>154.222</u>	



DEBITOS PARA COM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Composição:

	Em Contos	
	1999	2000
Banco de Cabo Verde	113.526	859.141
Débitos para com instituições no estrangeiro	573.47	115.230
	687.004	974.371

O saldo da rubrica Banco de Cabo verde, no montante de 859.141 contos, encontra-se dividido em : 101.541 contos, refere-se ao "repasse" das linhas de crédito IDA e FAD, respeitantes aos empréstimos integrantes da carteira de créditos transitados do BCA à data da cisão e que se encontram abrangidos naquelas linhas de crédito. O montante de 757.600 diz respeito a Títulos Consolidados de Imobilizações Financeiras cedidos ao BCV com acordo de recompra.

DEPÓSITOS DE CLIENTES

Composição:

	Em Contos	
	1999	2000
Depósitos à ordem		
De outros residentes	8.195.145	8.374.068
Sector público administrativo	598.489	949.187
De outros outros não residentes	613.829	699.842
De emigrantes	919.921	1.136.538
	10.327.384	11.159.635
Depósitos obrigatório	108.699	101.736
Outros	24.295	735
	10.460.378	11.262.106
Depósitos a prazo		
De outros residentes	4.934.151	4.979.951
De outros não residentes	40.011	43.416
De emigrantes	7.612.384	8.573.850
Sector Público Administrativo	1.034	1.096
	12.587.580	13.598.313
Contas especiais - emigrantes		
Poupança crédito - emigrantes	363.735	489.582
	12.951.315	14.087.895
	23.411.693	25.350.001

Os depósitos à ordem não são remunerados. Os depósitos a prazo em moeda nacional são remunerados, genericamente, às seguintes taxas: 4,5% (até 90 dias); 6% (de 91 a 180 dias); 7,5% (a mais de 181 dias). As contas especiais de emigrantes em moeda nacional são remuneradas a taxas superiores em 1,5% às dos residentes, sendo que 0,5% é suportado pelo BCA e 1% é suportado pelo Tesouro.

CUSTOS A PAGAR

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	1999	2000
	De depósitos	488.486
De custos administrativos	662	369
De recursos alheios representados por títulos		28223
De outros custos	7.512	11.757
	496.660	591.521

O saldo de Depósitos regista a especialização dos juros dos depósitos em moeda nacional e estrangeira, ou seja, juros decorridos e não vencidos em 31 de Dezembro de 2000.

PROVISÕES PARA RISCOS GERAIS

Composição:

	Em contos	
	1999	2000
P/ riscos gerais de crédito	145.202	138.717
P/ riscos bancários gerais	71.172	217.790
	216.374	356.507

A rubrica Provisão para riscos gerais de crédito corresponde a 1,5% do crédito concedido, incluindo o representado por aceites, garantias e avales e excluído o crédito vencido.

A rubrica Provisão para riscos bancários gerais foi reforçado em 146.618 contos, com o objectivo de se prevenir a cobertura de potenciais prejuízos provenientes de algumas situações antigas que se têm mostrado de difícil regularização.

FUNDOS DIVERSOS

Composição:

	Em Contos	
	1999	2000
Pensões de Reforma e Sobrevivência	995.616	1.024.896
Disp. Tratamento de Pessoal no Exterior	65.855	78.846
	1.061.471	1.103.742

Os fundos são reforçados numa base mensal com base nas dotações do BCA e nas contribuições dos seus funcionários. As percentagens de dotação e contribuição normais são as seguintes:

	Banco	Funcionários
Pensões de reforma	8%	6%
Despesas de tratamento no exterior	4%	2%
Pensões de sobrevivência	3%	

## 9. QUADROS E MAPAS

## BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

## BALANÇO ANALÍTICO

31-12-2000

	ACTIVO BRUTO	PROVISÕES AMORTIZAÇÃO	ACTIVO LÍQUIDO	PASSIVO	VALOR
CAIXA E DISPONIBIL. B.CENTRAIS	5.747.752.357,00		5.747.752.357,00	DÉBITOS P/ INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	974.371.015,00
DISPONIBIL.S/ INSTUIÇÕES CRÉDITO	1.699.230.071,00		1.699.230.071,00	DEBITOS Pª C/ CLIENTES	25.902.185.463,00
OUT. CRÉDITOS S/ INST. CRÉDITO	6.814.585,00		6.814.585,00	Depósitos de Poupança	489.581.996,00
CRÉDITOS S/ CLIENTES	10.441.647.135,00	1.443.179.656,00	8.998.467.479,00	Outros Depósitos	24.860.419.040,00
OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS	1.130.000.000,00		1.130.000.000,00	- À Vista	11.159.634.302,00
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	130.000.000,00		130.000.000,00	- A Prazo	13.700.784.738,00
IMOBILIZADO INCORPÓREO	376.678.205,00	290.467.297,00	86.210.908,00	Outros Débitos	552.184.426,00
IMOBILIZADO CORPÓREO	1.232.348.971,00	613.911.393,00	618.437.578,00	OUTROS PASSIVOS	74.868.189,00
IMÓVEIS SERVIÇO PRÓPRIO	563.235.971,00	129.245.032,00	433.990.939,00	CONTAS DE REGULARIZAÇÃO	777.097.378,00
OUTROS ACTIVOS	11.954.537.841,00	61.943.301,00	11.892.594.540,00	PROVISÕES Pª RISCOS E ENCARGOS	1.680.233.962,00
CONTAS DE REGULARIZAÇÃO	572.982.100,00		572.982.100,00	Pª PENSÕES E ENC SIMILARES	1.150.777.212,00
				OUTRAS PROVISÕES	529.456.750,00
				PROV Pª RISCOS BANCÁRIOS GERAIS	170.754.677,00
				CAPITAL SUBSCRITO	1.000.000.000,00
				RESERVAS	148.893.666,00
				RESULTADOS TRANSITADOS	0,00
				RESULTADO DO EXERCÍCIO	154.085.267,00
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>33.291.991.268,00</b>	<b>2.409.501.647,00</b>	<b>30.882.489.620,00</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E SIT. LÍQUIDA</b>	<b>30.882.489.620,00</b>

## CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS:

- PASSIVOS EVENTUAIS .....
- COMPROMISSOS PERANTE TERCEIROS .....

1.028.762.071,00  
0,00

O Presidente C. A .

A Responsável Contabilidade

O Director Financeiro

DR. ALBERTO S. AZEVEDO SOARES

MARIA FÁTIMA N. ÉVORA

DR. AMÉRICO M. ANDRADE



BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

MAPA DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS

31-12-2000

CUSTOS	VALOR	PROVEITOS	VALOR
JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS	1.047.978.689,09	JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS	1.559.749.660,69
COMISSÕES	6.600.457,37	- TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO	349.056.325,28
PREJ EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS	454.178.037,77	TÍTULOS DE RENDIMENTO	261.876.928,90
GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS:	786.994.783,60	COMISSÕES	238.171.406,67
CUSTOS COM PESSOAL	500.744.027,55	LUCROS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS	704.205.226,80
- Salários e Vencimentos	403.980.288,50	REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO PROVISÕES	419.808.128,00
- Encargos Sociais	87.957.547,65	OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO	104.541.946,40
- Pensões	33.219.359,00		
OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS	286.250.756,05		
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	132.736.616,42		
OUTROS CUSTOS DE EXPLORAÇÃO	7.804.264,45		
PROVISÕES P <sup>a</sup> CRÉDITO VENCIDO	748.739.118,50		
<b>TOTAL CUSTOS</b>	<b>3.185.031.967,20</b>	<b>TOTAL PROVEITOS</b>	<b>3.288.353.297,49</b>
<b>RESULTADOS ACTIVIDADE CORRENTE</b>	<b>103.321.330,29</b>		
PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	23.793.870,71	GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	90.973.216,90
OUTROS IMPOSTOS	860.919,00		
IMPOSTOS S/ LUCROS	15.554.490,00		
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>154.085.267,48</b>		
<b>TOTAL</b>	<b>3.379.326.514,39</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.379.326.514,39</b>

O PRESIDENTE C. A.

A RESPONSÁVEL CONTABILIDADE

O DIRECTOR FINANCEIRO

DR. ALBERTO S. AZEVEDO SOARES

MARIA FÁTIMA N. ÉVORA

DR. AMÉRICO M. ANDRADE

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**  
**1999/2000**

BCA - Conta de Resultados	Dez/99	Dez/2000	VARIÇÕES	
			%	V. Abs
Proveitos de operações activas	1.768.592.111,4	1.559.749.660,7	-11,8%	-208.842.450,7
Custos de operações passivas	928.921.367,5	1.047.978.689,1	12,8%	119.057.321,6
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>839.670.744,0</b>	<b>511.770.971,6</b>	<b>-39,1%</b>	<b>-327.899.772,4</b>
<b>OUTROS PROVEITOS BANCÁRIOS</b>	<b>1.405.455.413,1</b>	<b>1.260.020.877,2</b>	<b>-10,3%</b>	<b>-145.434.535,9</b>
Comissões	277.714.898,9	238.171.406,7	-14,2%	-39.543.492,2
Proveitos líquidos de operações financeiras	100.237.044,8	250.027.189,1	149,4%	149.790.144,3
Outros proveitos bancários	1.046.950.786,2	786.227.003,3	-24,9%	-260.723.782,9
Outros custos bancários	19.447.316,8	14.404.721,8	-25,9%	-5.042.594,9
<b>MARGEM BRUTA</b>	<b>2.245.126.157,1</b>	<b>1.771.791.848,8</b>	<b>-21,1%</b>	<b>-473.334.308,3</b>
<b>CUSTOS ADMINISTRATIVOS</b>	<b>756.996.575,9</b>	<b>787.855.702,6</b>	<b>4,1%</b>	<b>30.859.126,7</b>
De Pessoal	486.875.131,9	500.744.027,6	2,8%	13.868.895,7
Outros Gastos Administrativos	269.597.785,0	286.250.756,1	6,2%	16.652.971,0
Água e Electricidade	15.131.149,0	14.501.270,0	-4,2%	-629.879,0
Impressos Material de Expediente Arquivo	18.608.700,5	18.348.430,0	-1,4%	-260.270,5
Rendas e Alugueres	13.609.233,0	16.263.641,0	19,5%	2.654.408,0
Comunicações	58.369.890,9	64.208.949,1	10,0%	5.839.058,2
Serviços Especializados	56.675.674,7	61.790.983,4	9,0%	5.115.308,7
Outros serviços	107.203.136,9	111.137.482,5	3,7%	3.934.345,6
Impostos	523.659,0	860.919,0	64,4%	337.260,0
<b>CASH FLOW DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>1.488.129.581,2</b>	<b>983.936.146,2</b>	<b>-33,9%</b>	<b>-504.193.434,9</b>
Amortizações	167.823.433,2	132.736.616,4	-20,9%	-35.086.816,8
Provisões p/Crédito e p/ Outros Riscos	1.259.226.269,9	748.739.118,5	-40,5%	-510.487.151,4
Ganhos e Perdas Extraordinárias	77.278.242,3	67.179.346,2	-13,1%	-10.098.896,1
<b>RESULTADO DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>138.358.120,3</b>	<b>169.639.757,5</b>	<b>22,6%</b>	<b>31.281.637,2</b>
<b>IMPOSTO SOBRE LUCROS 20%</b>	<b>48.425.342,1</b>	<b>15.554.490,0</b>	<b>-67,9%</b>	<b>-32.870.852,1</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>89.932.778,2</b>	<b>154.085.267,4</b>	<b>71,3%</b>	<b>64.152.489,3</b>



CONTAS DE EXPLORAÇÃO  
1999/2000

RÚBRICAS	ANOS	Dez-99	DEZ-2000	VARIACÕES	
				%	V.ABS
<b>PROVEITOS</b>		<b>3.652.733.033,92</b>	<b>3.379.326.514</b>	<b>-7,5%</b>	<b>-273.406.520</b>
Juros e Proveitos Equiparados		1.768.592.111	1.559.749.661	-11,8%	-208.842.451
Rendimento de Títulos		100.754.294	261.876.929	159,9%	161.122.635
Comissões		277.714.899	238.171.407	-14,2%	-39.543.492
Lucros em Operações Financeiras		432.015.405	704.205.227	63,0%	272.189.822
Reposição e Anulação de Provisões		848.499.485	419.808.128	-50,5%	-428.691.357
Outros Proveitos de Exploração		97.697.007	104.541.946	7,0%	6.844.939
Ganhos Extraordinários		127.459.833	90.973.217	-28,6%	-36.486.616
<b>CUSTOS</b>		<b>3.514.374.914</b>	<b>3.209.686.757</b>	<b>-8,7%</b>	<b>-304.688.157</b>
Juros e Custos Equiparados		928.921.367	1.047.978.689	12,8%	119.057.322
Comissões		7.031.173	6.600.457	-6,1%	-430.716
Prejuizos em Operações Financeiras		331.778.360	454.178.038	36,9%	122.399.678
Custos com Pessoal		486.875.132	500.744.028	2,8%	13.868.896
Outros Gastos administrativos		269.597.785	286.250.756	6,2%	16.652.971
Amortização do Exercício		167.823.433	132.736.616	-20,9%	-35.086.817
Provisões para Créditos e outros Riscos		1.259.226.270	748.739.119	-40,5%	-510.487.151
Prov. P/Imob. Financeiras		0	0		
Outros Custos de Exploração		12.416.143	7.804.264	-37,1%	-4.611.879
Perdas Extraordinárias		50.181.590	23.793.871	-52,6%	-26.387.720
Impostos s/Lucros		0			
Outros impostos		523.659	860.919	64,4%	337.260
<b>Resultado Actividade Corrente</b>		<b>61.603.537</b>	<b>103.321.330</b>	<b>67,7%</b>	<b>41.717.793</b>
<b>RESULTADOS DO EXERCICIO</b>		<b>138.358.120</b>	<b>169.639.757</b>	<b>22,6%</b>	<b>31.281.637</b>

BALANÇO  
1999/2000

BCA - Balanço		
ACTIVO	DEZ/99	DEZ/00
<b>ACTIVO DISPONÍVEL</b>	<b>4.720.938.809,5</b>	<b>7.454.230.713,3</b>
1. - Caixa	1.124.261.506,6	1.080.278.011,7
2. - Disponibilidades à vista s/ Instituições de Crédito	3.596.677.302,8	6.373.952.701,5
2.1 - Depósitos no Banco Central	3.215.837.772,1	4.667.474.345,4
2.2 - Depósitos Noutros Inst. Crédito no País	6.814.585,0	6.814.585,0
2.3 - Depósitos s/ Instit de Crédito no Estrangeiro	352.655.542,7	1.698.678.341,2
2.4 - Cheques e Valores a Cobrar	21.369.403,0	985.430,0
<b>ACTIVO REALIZÁVEL</b>	<b>15.232.747.337,7</b>	<b>15.587.458.320,5</b>
3. - Aplicações em Instituições de Crédito no Estrang.		
4. - Crédito sobre Clientes	10.654.304.299,2	10.441.647.135,9
5. - Obrigações e Outros Títulos de Rendimento Fixo	893.700.000,0	1.130.000.000,0
6. - Devedoras e Outras Aplicações	4.945.871.233,5	5.520.934.141,6
7. - Provisões p/ Créditos Vencidos	1.261.128.195,0	1.505.122.957,0
<b>IMOBILIZADO LÍQUIDO</b>	<b>7.578.130.871,9</b>	<b>7.267.818.486,4</b>
8. - Imobilizações Financeiras	6.798.320.000,0	6.563.170.000,0
9. - Partes de Capital em Empresas Coligadas		
10. - Imobilizações Incorpóreas	363.084.306,9	376.678.205,9
11. - Imobilizações Corpóreas	1.195.207.734,5	1.232.348.971,4
12. - Amortizações acumuladas	778.481.169,5	904.378.690,9
13. - Proveitos a receber	154.222.383,5	409.661.764,1
14. - Contas de Regularização	167.169.720,9	163.320.336,7
<b>ACTIVO TOTAL</b>	<b>27.853.209.123,4</b>	<b>30.882.489.620,9</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>DEPÓSITOS TOTAIS</b>	<b>24.098.696.802,8</b>	<b>26.324.372.053,1</b>
1. - Depósitos para com Instituições de Crédito	687.003.872,3	974.371.015,8
1.1 - À vista		
1.2 - A Prazo ou com Pré-Aviso	687.003.872,3	974.371.015,8
2. - Depósitos para com Clientes	23.411.692.930,5	25.350.001.037,3
2.1 - Depósitos de Poupança	363.735.437,9	489.581.996,9
2.2 - Outros Débitos	23.047.957.492,6	24.860.419.040,4
2.2.1 - À vista	10.460.378.049,5	11.262.105.409,5
2.2.2 - A Prazo	12.587.579.443,1	13.598.313.630,9
3. - Cheques e Ordens a Pagar	105.378.260,5	119.096.389,3
4. - Credores	4.019.697,7	4.077.397,7
<b>OUTRAS EXIGIBILIDADES</b>	<b>256.153.196,1</b>	<b>488.324.339,1</b>
3. - Deditos Representados por Títulos	0,0	0,0
3.1 - Obrigações em Circulação		
3.2 - Outros		
4. - Outros Passivos	256.153.196,1	488.324.339,1
4.1 - Empréstimos		
4.2 - Outros	256.153.196,1	488.324.339,1
5. - Contas de Regularização	771.492.655,4	777.097.378,1
<b>6. - PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS</b>	<b>1.206.673.496,3</b>	<b>1.680.233.962,8</b>
6.1 - Provisões para Pensões e Encargos Similares	995.616.450,0	1.071.931.298,0
6.2 - Outras Provisões	211.057.046,4	608.302.664,9
7. - Fundo para Riscos Bancários Gerais	71.172.147,3	170.754.677,3
8. - Passivos Subordinados	0,0	0,0
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>26.513.586.256,1</b>	<b>29.563.956.197,4</b>
<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>1.339.622.867,3</b>	<b>1.318.533.423,5</b>
9. Capital	1.000.000.000,0	1.000.000.000,0
11. Reservas - Prémio de Emissão	139.900.388,0	148.893.666,0
12. Reservas de Reavaliação		
13. Resultados Transitados	61.364.359,0	0,0
14. Lucro do Exercício	138.358.120,3	169.639.757,5
15. Imposto Sobre Lucros 20%	48.425.342,1	15.554.490,0
16. Resultado Líquido	89.932.778,2	154.085.267,4
<b>PASSIVO + SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>27.853.209.123,4</b>	<b>30.882.489.620,9</b>



BCA - Balanço	V.P. HOMÓLOGO	
	DEZ 99/DEZ 2000	
ACTIVO	%	V.ABS
<b>ACTIVO DISPONÍVEL</b>	<b>57,9%</b>	<b>2.733.291.903,8</b>
1. - Caixa	-3,9%	-43.983.494,9
2. - Disponibilidades à vista s/ Instituições de Crédito	77,2%	2.777.275.398,7
2.1. - Depósitos no Banco Central	45,1%	1.451.636.573,2
2.2. - Depósitos Noutras Inst. Crédito no País	0,0%	0,0
2.3. - Depósitos s/ Instit de Crédito no Estrangeiro	381,7%	1.346.022.798,5
2.4. - Cheques e Valores a Cobrar	-95,4%	-20.383.973,0
<b>ACTIVO REALIZÁVEL</b>	<b>2,3%</b>	<b>354.710.982,8</b>
3. - Aplicações em Instituições de Crédito no Estrang.		0,0
4. - Crédito sobre Clientes	-2,0%	-212.657.163,3
5. - Obrigações e Outros Títulos de Rendimento Fixo	26,4%	236.300.000,0
6. - Devedoras e Outras Aplicações	11,6%	575.062.908,1
7. - <i>Provisões pl créditos de cobrança duvidosa</i>	19,3%	243.994.762,0
<b>IMOBILIZADO LÍQUIDO</b>	<b>-4,1%</b>	<b>-310.312.385,5</b>
8. - Imobilizações Financeiras	-3,5%	-235.150.000,0
9. - Partes de Capital em Empresas Coligadas		0,0
10. - Imobilizações Incorpóreas	3,7%	13.593.899,0
11. - Imobilizações Corpóreas	3,1%	37.141.236,9
12. - <i>Amortizações acumuladas</i>	16,2%	125.897.521,4
13. - Proveitos a receber	165,6%	255.439.380,6
14. - Contas de Regularização	-2,3%	-3.849.384,2
<b>ACTIVO TOTAL</b>	<b>10,9%</b>	<b>3.029.280.497,5</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>DEPÓSITOS TOTAIS</b>	<b>9,2%</b>	<b>2.225.675.250,4</b>
1. Depósitos para com Instituições de Crédito	41,8%	287.367.143,5
1.1. - À vista		0,0
1.2. - A Prazo ou com Pré-Aviso	41,8%	287.367.143,5
2. Depósitos para com Clientes	8,3%	1.938.308.106,9
2.1. - Depósitos de Poupança	34,6%	125.846.559,0
2.2. - Outros Débitos	7,9%	1.812.461.547,9
2.2.1. - À vista	7,7%	801.727.360,1
2.2.2. - A Prazo	8,0%	1.010.734.187,8
3. Cheques e Ordens a Pagar	13,0%	13.718.128,8
4. Credores	1,4%	57.700,0
<b>OUTRAS EXIGIBILIDADES</b>	<b>90,6%</b>	<b>232.171.143,0</b>
3. Débitos Representados por Títulos		0,0
3.1. - Obrigações em Circulação		0,0
3.2. - Outros		0,0
4. Outros Passivos	90,6%	232.171.143,0
4.1. - Empréstimos		0,0
4.2. - Outros	90,6%	232.171.143,0
5. Contas de Regularização	0,7%	5.604.722,7
<b>6. PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS</b>	<b>39,2%</b>	<b>473.560.466,5</b>
6.1. - Provisões para Pensões e Encargos Similares	7,7%	76.314.848,0
6.2. - Outras Provisões	188,2%	397.245.618,5
7. Fundo para Riscos Bancários Gerais	139,9%	99.582.530,0
8. Passivos Subordinados		0,0
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>11,5%</b>	<b>3.050.369.941,3</b>
<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>-1,6%</b>	<b>-21.089.443,8</b>
9. Capital	0,0%	0,0
11. Reservas - Prémio de Emissão	6,4%	8.993.278,0
12. Reservas de Reavaliação		0,0
13. Resultados Transitados	-100,0%	-61.364.359,0
14. Lucro do Exercício	22,6%	31.281.637,2
15. Imposto Sobre Lucros 20%	-67,9%	-32.870.852,1
16. Resultado Líquido	71,3%	64.152.489,3
<b>PASSIVO + SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>10,9%</b>	<b>3.029.280.497,5</b>

RÁCIOS DE ESTRUTURA  
1999/2000

1000ECV

RÚBRICAS	Dez/99		Dez/2000	
	VALORES	%	VALORES	%
1-Créd.Venc./Crédito Clientes	<u>1.103.201.000</u> 10.654.304.299	<u>10,4%</u>	<u>1.147.113.303</u> 10.441.647.136	<u>11,0%</u>
2-Prov. Créd.Venc./Créd.Venc.	<u>1.261.128.195</u> 1.103.201.000	<u>114,3%</u>	<u>1.505.122.957</u> 1.147.113.303	<u>131,2%</u>
3-Crédito Clientes/Depósitos	<u>10.654.304.299</u> 23.411.692.930	<u>45,5%</u>	<u>10.441.647.136</u> 25.350.001.037	<u>41,2%</u>
4-Crédito Clientes/Dep. Prazo	<u>10.654.304.299</u> 12.951.314.881	<u>82,3%</u>	<u>10.441.647.136</u> 14.087.895.628	<u>74,1%</u>
5-Crédito Normal/Dep.Prazo	<u>9.551.103.000</u> 12.951.314.881	<u>73,7%</u>	<u>9.294.533.833</u> 14.087.895.628	<u>66,0%</u>
6-Crédito C/Prazo/Dep.Prazo	<u>1.462.339.000</u> 12.951.314.881	<u>11,3%</u>	<u>1.412.500.090</u> 14.087.895.628	<u>10,0%</u>
7-Créd. M./L. Prazo/Dep.Prazo	<u>8.088.003.000</u> 12.951.314.881	<u>62,4%</u>	<u>7.880.304.754</u> 14.087.895.628	<u>55,9%</u>
8-Depós.Ordem/Depós.Totais	<u>10.460.378.049</u> 23.411.692.930	<u>44,7%</u>	<u>11.262.105.410</u> 25.350.001.037	<u>44,4%</u>
9-Depós.Prazo/Depós.Totais	<u>12.951.314.881</u> 23.411.692.930	<u>55,3%</u>	<u>14.087.895.628</u> 25.350.001.037	<u>55,6%</u>

RÁCIOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO  
1999/2000

1000ECV

RÚBRICAS	Dez/99		Dez/2000	
	VALORES	%	VALORES	%
1-RCP=Resul.Líquido/Capitais Próprios	<u>89.932.778</u> 1.249.690.089	<u>7,2%</u>	<u>154.085.267</u> 1.164.448.156	<u>13,2%</u>
2-RDA=Result.Líquido/Activo	<u>89.932.778</u> 27.853.209.123	<u>0,3%</u>	<u>154.085.267</u> 30.882.489.621	<u>0,5%</u>
3-ML = Resul.Líquido/Proveitos Explor.	<u>89.932.778</u> 3.174.047.525	<u>2,8%</u>	<u>154.085.267</u> 2.819.770.538	<u>5,5%</u>
4-RA = Proveitos/Activo	<u>3.652.733.033</u> 27.853.209.123	<u>13,1%</u>	<u>3.379.326.514</u> 30.882.489.621	<u>10,9%</u>
6-MF=(Prov.Juros-Custos Juros)/Activo	<u>839.670.744</u> 27.853.209.123	<u>3,0%</u>	<u>511.770.972</u> 30.882.489.621	<u>1,7%</u>

RCP = Rentabilidade dos Capitais Próprios  
RDA = Rentabilidade dos Activos  
ML = Margem de Lucro  
RA = Rotação dos Activos  
MF = Margem Financeira



RÁCIOS DE MEDIÇÃO DE LIQUIDEZ

RÚBRICAS	1000ECV			
	Dez/99		Dez/2000	
	VALORES	%	VALORES	%
1-Depósitos Totais/Activo	<u>23.411.692.930</u> 27.853.209.123	84,1%	<u>25.350.001.037</u> 30.882.489.621	82,1%
2-Crédito Clientes/Activo	<u>10.654.304.299</u> 27.853.209.123	38,3%	<u>10.441.647.136</u> 30.882.489.621	33,8%
3-Crédito C/Prazo/Activo	<u>1.462.339.000</u> 27.853.209.123	5,3%	<u>1.412.500.090</u> 30.882.489.621	4,6%
4-Crédito M/L.Prazo/Activo	<u>8.088.003.000</u> 27.853.209.123	29,0%	<u>7.880.304.754</u> 30.882.489.621	25,5%
5-Crédito Clientes/Depósitos Totais	<u>10.654.304.299</u> 23.411.692.930	45,5%	<u>10.441.647.136</u> 25.350.001.037	41,2%
6-Aplicações de Curto Prazo/Activo	<u>3.675.630.352</u> 27.853.209.123	13,2%	<u>3.976.208.190</u> 30.882.489.621	12,9%

a)-As Aplicações de Curto Prazo são constituídas pela soma das Aplicações no mercado monetário e em Instituições Financeiras, mais Dívida Pública cotada e Bilhetes de Tesouro adquiridos com acordos de recompra, mais Títulos negociáveis e Obrigações com reembolso em prazo inferior a um ano.

b)-Os Passivos Voláteis são constituídos pela soma de Depósitos à Ordem mais Depósitos nas Sucursais localizadas no estrangeiro, mais Bilhetes de Tesouro vendidos com acordos de recompra, mais Fundos obtidos junto do Banco Central, mais Fundos obtidos no mercado monetário.

ALGUNS RÁCIOS PRUDENCIAIS

1999/2000

RUBRICAS	1000ECV	
	1999	2000
	VALORES	VALORES
FUNDOS PRÓPRIOS	1.108.297	1.062.683
COBERTURA DO IMOBILIZADO C/ TCMF'S	14,8	14,8
COBERTURA DO IMOBILIZADO S/ TCMF'S	137,2	142,0
RÁCIO SOLVABILIDADE C/ TCMF'S	6,6	6,9
RÁCIO SOLVABILIDADE S/ TCMF'S	10,1	10,9

## Cabo Verde Telecom, S.A.

## Relatório e Contas 2000

Senhores Accionistas,

Nos termos legais e estatutários vem o Conselho de Administração da Cabo Verde Telecom, S.A., submeter aos Senhores Accionistas o seu Relatório e Contas relativo ao exercício do ano 2000.

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

Senhores Accionistas

No ano 2000 a Cabo Verde Telecom prosseguiu com a política definida no Plano de Desenvolvimento Empresarial, com o objectivo de transformar a Cabo Verde Telecom, SA numa empresa de excelência na prestação de serviços de comunicações, num mercado caracterizado por uma dinâmica de crescimento acentuado e progressivo nível de exigência.

Consciente da sua responsabilidade no mercado a Cabo Verde Telecom, SA posicionou-se como Empresa prestadora de serviços de qualidade, dinâmica e inovadora nas áreas das tecnologias de informação. A diversificação dos produtos e serviços propostos aos clientes, alargou o leque de soluções para os diversos segmentos do mercado, consolidando a imagem e o prestígio da Empresa.

Paralelamente, continuou a verificar-se uma evolução positiva na procura dos diversos serviços e produtos, dando uma perspectiva optimista do desenvolvimento do mercado e dos negócios da empresa.

Na perspectiva de melhoria da qualidade do serviço e de satisfação dos clientes a Empresa atribuiu uma importância especial à comunicação externa, procurando a aproximação aos seus clientes, que se traduziu no reforço da relação de confiança com os mesmos.

Internamente, realizou-se um processo de inventariação dos processos de negócio e da organização visando dotar a Empresa de uma estrutura mais adequada aos seus objectivos.

A nível estrutural, importantes realizações foram concretizadas perseguindo os objectivos de expansão, securização e modernização da Rede de Telecomunicações, bem como de introdução de novos serviços. A entrada em serviço comercial do sistema Atlantis-2, abriu novas perspectivas de desenvolvimento das comunicações e alargamento a novos mercados.

Ciente que o desafio de modernização da CV Telecom e o aumento da rentabilidade passa por sistemas de informação fiáveis, a Empresa deu continuidade ao seu Plano Estratégico de Sistemas de Informação com a implementação da aplicação SAP, para a área Administrativa e Financeira, e a continuação do projecto "Billing e Customer Care". Essas acções permitirão um salto qualitativo na melhoria de capacidade de resposta aos clientes, bem como uma maior e melhor dinâmica na gestão dos negócios.

O desenvolvimento dos Recursos Humanos continuou a ser um dos vectores fundamentais na estratégia de crescimento e modernização adoptada pela Empresa. A CV Telecom continuou a investir significativamente no aumento das competências dos seus quadros. Foram introduzidos na Empresa um novo Sistema Integrado de Carreiras e Salários (SICS) e um novo Sistema de Avaliação Profissional.

Concretizou-se mais uma fase de privatização, em que o Governo de Cabo Verde alienou 100 000 acções, correspondentes a 10% do capital social da CV Telecom. O Estado passou a deter cerca de 3,4% do capital social da Empresa.

O esforço que temos vindo a realizar tem sido reconhecido e premiado pelo mercado. Fruto da estratégia seguida em 2000, a Cabo Verde Telecom passou a contar com mais de 75,6 mil clientes, sendo que cerca de 55,9 mil são da rede fixa e mais de 19,7 mil na rede móvel terrestre, e registou um forte aumento do volume de negócios que permitiu elevar os resultados líquidos apurados no exercício a mais de 828 mil contos, traduzindo significativa melhoria dos indicadores de rentabilidade, a par da evolução positiva a nível do serviço ao cliente.

O Conselho de Administração a que presido, ciente das dificuldades inerentes ao mercado, tem por certo que as orientações estratégicas adoptadas continuarão a conduzir a Cabo Verde Telecom, SA no sentido da melhoria global do serviço oferecido, da diversidade de serviços e da rentabilidade da empresa.

Apostamos no aumento dos nossos clientes e, estamos certos que continuaremos a contar com a dedicação, competência e profissionalismo de todos os trabalhadores, com o apoio dos Membros dos Órgãos Sociais e, com a confiança dos Senhores Accionistas, encararemos o futuro com optimismo.

Eugénio Augusto Pinto Inocêncio

## I. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

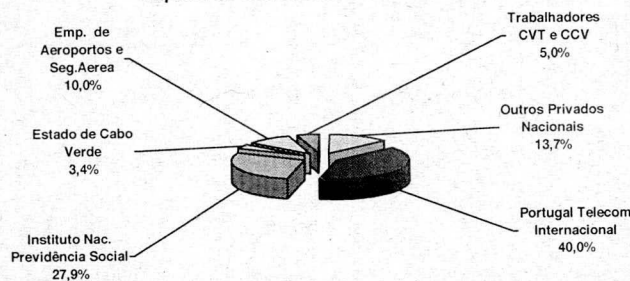
## 1. ENQUADRAMENTO GERAL

A Cabo Verde Telecom, SA desenvolveu a sua actividade numa conjuntura económica bastante favorável, marcada, por uma taxa de inflação com reduções progressivas ao longo do ano, pela manutenção da paridade entre o Escudo Cabo Verde e o Escudo Português e pela redução da taxa de desemprego.

	1996	1997	1998	1999	2000
População	371 404	377 532	381 336	428 230	434 812
Taxa de Inflação	6,0	8,9	4,3	4,3	(2,4)
Taxa Crescimento					
PIB	4,0	5,0	5,6	5,5	N/D
Câmbio USD	83,0	93,4	98,8	102,3	118,5

Prosseguindo com a sua política de privatizações o Governo de Cabo Verde, autorizou através da Resolução no 72/2000, a alienação de 100,000 acções, correspondentes a 10% do capital social da CV Telecom, directamente à Empresa de Aeroportos e Segurança Aérea (ASA). O Estado ficou assim detentor directo de acções representativas de 3,4% do capital da Empresa, que oportunamente serão alienadas em leilão competitivo.

## Capital Social da Cabo Verde Telecom



A nível regulamentar, foi empossado o Conselho de Administração da Agência de Regulação Multisectorial, que assumiu as funções de Regulador do Sector das Comunicações, para além de outros sectores.

A Assembleia Geral de accionistas da Cabo Verde Telecom, SA elegeu um novo Conselho de Administração para o período 2000/2002, que na sua primeira reunião elegeu uma nova Comissão Executiva à qual conferiu uma ampla delegação de competências dos poderes necessários à Gestão da Sociedade.

1) Dados estimados

2) Recenseamento Geral 2000, resultados preliminares



## 2. A EMPRESA EM NÚMEROS

DADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS (10 <sup>6</sup> ECV)	1996	1997	1998	1999	2000
Volume de Negócios	2 020	2 456	2 918	3 538	4 529
Resultados Antes de Impostos	474	587	639	915	1 316
Resultado Líquido	286	377	396	552	827
Valor Acrescentado Bruto	1 303	1 603	2 067	2 621	3 401
Autofinanciamento %	54%	65%	105%	95%	116%
Investimento	1 281	1 490	1 131	1 620	1 572
Activo Líquido	3 460	4 937	6 380	7 487	8 532
Capital Próprio	1 359	1 622	2 687	3 051	3 602
Capital Social	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
Passivo	2 101	3 315	3 693	4 436	4 930
INDICADORES (%)					
Margem Bruta	74,2	72,9	79,7	82,5	84,7
Rentabilidade das Vendas	14,2	15,4	13,6	15,6	18,3
Rentabilidade dos Capitais Próprios	21,1	23,3	14,7	18,1	23,0
Autonomia Financeira	0,39	0,33	0,42	0,41	0,42
Estrutura do Endividamento	34,0	43,7	37,6	38,5	42,1
SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES (Parque)					
Telefónico Fixo	25 232	33 241	39 985	46 865	55 892
Telefónico Móvel GSM	0	0	1 020	8 068	19 729
Circuitos Alugados	0	54	80	108	125
Internet	0	474	1 139	1 654	2 456
SERVIÇO FIXO DE TELEFONE					
Postos Telefónicos Principais/100 habitantes	6,8	8,8	10,5	10,9	12,9
Postos Públicos (Cabines + P.P. Rurais)	307	425	407	411	394
Lista de Espera	9 644	10 802	7 431	5 814	4 391
Demora Média de Instalação (meses)	27,0	14,1	10,4	7,9	4,9
Tráfego Internacional (% Crescimento)	5,8	28,5	18,2	21,2	15,3
DIMENSÃO DA REDE BÁSICA					
Comutação Local (10 <sup>3</sup> Linhas de Rede)	32,0	43,4	50,5	56,9	68,3
% Digitalização	63,5	76,0	86,6	88,8	100
Rede Local (10 <sup>3</sup> Pares no Repartidor)	48,4	61,4	62,8	75,0	82,4
Rede Interurbana (% Digitalização)	63,7	96,5	99,2	99,4	100
Rede Internacional (% Digitalização)	100	100	100	100	100
RECURSOS HUMANOS					
Numero de Trabalhadores	408	409	423	433	483
PRODUTIVIDADE					
Valor Acrescentado/trabalhador (10 <sup>6</sup> )	3,2	3,9	4,9	6,0	6,9
Trabalhadores/1000 PP	16,1	12,3	10,6	9,2	8,6

## 3. CORPOS SOCIAIS DA CABO VERDE TELECOM

## MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Dr. José Manuel Briosa e Gala Presidente  
em representação da Portugal Telecom Internacional SGPS SA

Dr. Luis Pedro Maximiano Secretário  
Em representação do Estado de Cabo Verde

Sr. Augusto Vasconcelos Lopes Secretário  
Em representação dos Accionistas Privados

## CONSELHO FISCAL

Fiscal único: Dr. Eduardo Manuel Gigante Gassmann de Oliveira  
(efectivo)

Dr. Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro (suplente)  
em representação da Deloitte & Touche.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Eugénio Augusto Pinto Inocêncio Presidente

Eng.º António João Fernandes Pires Correia Vogal

Dr. Manuel Casimiro de Jesus Chantre Vogal

Dr. Luís José Ambrósio Madalena Vogal

Eng.º José Luís de Matos Duarte Almeida Vogal

Eng.º José Augusto Fernandes Vogal

Eng.º Tito Lívio Santos de Oliveira Ramos Vogal

## COMISSÃO EXECUTIVA

Eng.º António João Fernandes Pires Correia Presidente da  
Com. Executiva

Dr. Luís José A. Madalena Administrador  
Executivo

Eng.º José Luís de Matos Duarte Almeida Administrador  
Executivo

## COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Eng.º António Gomes de Azevedo, em representação da P.T.I.,  
SGPS, SA

Dr. Luís Pedro Maximiano em representação do Estado de Cabo  
Verde

Dr. David Hopffer de Almada, em representação dos accionistas  
privados

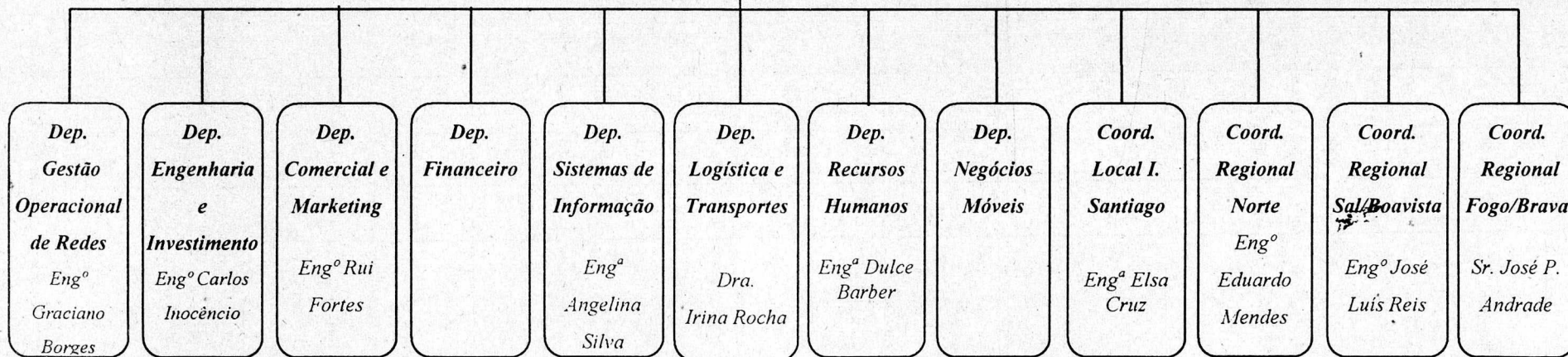
<sup>3</sup> Evolução do indicador afectado pela utilização das novas projecções de População do INE.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**COMISSÃO EXECUTIVA**

**Gabinete do Conselho de Administração**  
Eng<sup>o</sup> António P. de Sousa Lobo

**Gabinete de Planeamento e Controlo**  
Eng<sup>o</sup> Francisco Almeida





5. A ACTIVIDADE DA EMPRESA

5.1 Serviço Fixo de Telefone

O Serviço Telefónico Fixo representa o maior negócio da Cabo Verde Telecom não só pelo peso dos proveitos que gera e pela base de clientes que o suporta mas também pelos produtos e subprodutos dele derivados e que proporcionam oportunidades de negócio que têm vindo ao mercado nacional com resultados bastante satisfatórios.

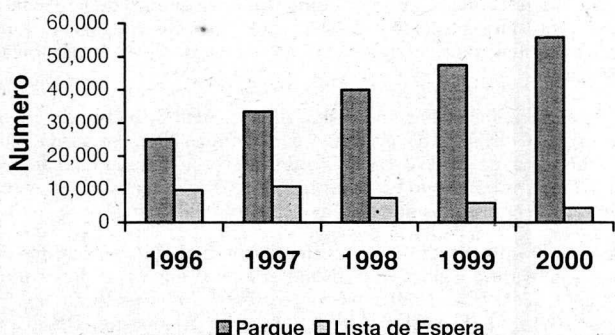
Assistiu-se ao longo de 2000 a um forte crescimento da procura, mais acentuada na Região Sul do País (64% do total), tendo-se registado a nível nacional um total de 11,2 mil novas requisições, ultrapassando em 69% o valor previsto para o ano e em 28% o verificado no ano anterior.

A Cabo Verde Telecom instalou cerca de 11 mil novos postos principais, correspondente a um grau de satisfação da procura de 96%, fixando-se o número de pedidos por satisfazer em 4,4 mil, após fiabilização da lista de espera, bastante acima do previsto. A demora média na instalação de postos principais situou-se em 5 meses.

No final do ano existiam 324 acessos básicos RDIS(AB) e 20 acessos primários RDIS (AP), equivalentes a 1 248 postos principais. Registou-se durante o ano um acréscimo de 229 acessos básicos e de 10 acessos primários, revelando uma maior adesão ao serviço.

O Parque telefónico ascendeu a 55 892 postos principais, sendo 54 644 linhas analógicas e 1 248 linhas digitais, apresentando um acréscimo de 18% relativamente a 1999. A densidade telefónica elevou-se para 12,9 p.p. por 100 habitantes, e o número de acessos por trabalhador atingiu os 115,7.

**Evolução do Parque Telefónico**



Conscientes da responsabilidade social da Empresa continuou a dar-se muita atenção aos Postos Rurais, dado ao impacto na resolução de necessidades das populações mais desfavorecidas, e por constituir um veículo por excelência da imagem e visibilidade da Empresa. Com efeito, procedeu-se à instalação de terminais Móvel - Fixo em vários pontos do país, com vista a servir todas as localidades com 200 ou mais habitantes.

Verificou-se um aumento da facturação a clientes na ordem dos 20%, relativo ao ano anterior, tendo-se atingido cerca de 2,3 milhões de contos.

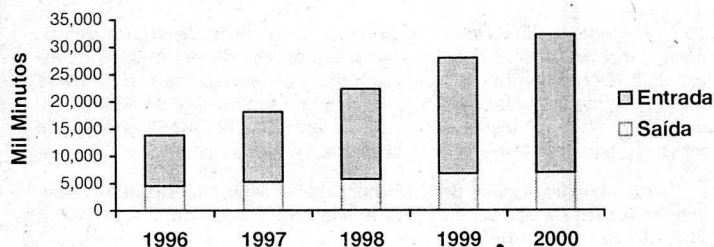
A evolução da facturação reflecte o crescimento do parque telefónico e o aumento do consumo médio por posto, cuja tendência é de crescimento, fomentado pelo incremento das actividades económicas do país e pelo tráfego dirigido à rede móvel.

A facturação média por posto registou um aumento de 2,5% face ao ano anterior, situando-se em 3,7 mil escudos.

Durante o ano continuou a verificar-se uma grande oscilação no tráfego internacional de entrada com os diversos correspondentes directos, indiciando práticas de "refile", para as quais, o esforço levado a cabo na prossecução de acordos com redução e equilíbrio das taxas de contabilização não se tem mostrado eficaz.

O tráfego internacional teve uma evolução positiva ao longo do ano, apresentando um crescimento de 15,3% relativo ao ano de 1999.

**Evolução do Tráfego Internacional**



O tráfego de entrada, representando 78% do total de tráfego curado, registou um crescimento de cerca de 19% face ao ano anterior. O tráfego de saída experimentou um crescimento mais moderado, de 3,5%, justificado sobretudo pela necessidade urgente do rebalanceamento tarifário, por um lado, e pelas insuficiências constatadas nos registos de tráfego entretanto resolvidas.

Com a entrada em serviço do Sistema de Cabos Submarino Atlântis 2, foram implementados durante o ano mais 279 circuitos, melhorando significativamente a capacidade e a segurança de escoamento do tráfego. O número total de circuitos dedicados ao serviço telefónico comutado ascendeu a 478, representando um crescimento de 140%.

Foi também dada continuidade à política definida para a negociação das taxas de contabilização nas rotas directas e nas de trânsito por forma a se atingir um equilíbrio que permitisse manter níveis de rentabilidade que satisficam os interesses da Empresa.

Para além de progressos obtidos a nível do atendimento, foram conseguidas melhorias na qualidade de serviço, com contributo não só dos investimentos realizados ao nível da rede básica, mas também de processos de reorganização interna, que se traduziram na redução do número de avarias participadas por 100 p.p. A média dos últimos doze meses situou-se em 4,3%, observando uma redução de 0,3 pontos percentuais relativo ao ano anterior.

A velocidade de reparação de avarias em dois dias apresentou uma degradação de 0,8 ponto percentual face ao ano anterior, situando-se em 92,3%.

O número de reclamações dos clientes por 1000 postos principais sofreu uma degradação de 1,7 pontos, passando de 15,1 em 1999 para 16,8 no ano 2000, devido essencialmente à complexidade e níveis cada vez mais elevados de exigência dos clientes.

Serviço fixo de telefone	1996	1997	1998	1999	2000
Requisições Entradas	5 093	9 907	8 837	8 787	11 215
Postos Telefónicos Instalados	4 279	9 210	8 539	8 784	10 714
Postos Telefónicos Desmontados	680	1 161	1 893	2 307	2 694
Lista de Espera	9 644	10 802	7 431	5 814	4 391
Demora Média (meses)	27,0	14,1	10,4	7,9	5,0
Parque de Postos Telefónicos - analógico	25 232	33 241	39 985	46 865	54 644
Parque RDIS AB - digital	0	0	0	95	324
Parque RDIS AP - digital	0	0	0	10	20
Parque de Postos Públicos (Cabines+Postos Rurais)	307	425	407	411	394
Densidade Telefónica (Postos Telefónicos/100 Habitantes)	6,8	8,8	10,5	10,9	12,9
Tráfego Internacional Total-Crescimento (%)	5,8	28,5	18,2	21,2	15,3
Tráfego Internacional Saída-Crescimento (%)	14,5	17,0	7,8	18,1	3,5
Tráfego Internacional Entrada-Crescimento (%)	2,1	34,0	22,6	22,4	19,0
Serviço Telefónico Facturado-Crescimento (%)	12,5	19,1	19,1	18,2	19,5
Participações de Avarias/100 Postos Telefónicos	3,7	3,9	3,7	4,6	4,3
Avarias Reparadas em dois dias (%)	87	87,9	91,2	93,1	92,3
Eficácia das Chamadas Locais	80,5	80,8	71,9	74,7	76,2
Eficácia das Chamadas Interurbanas	44,0	50,0	58,6	62,4	60,2
Eficácia das Chamadas Internacionais	53,5	54,5	52,1	52,6	50,6

4) A redução global deriva da diminuição de cabines em algumas ilhas, motivadas por critérios de rentabilidade.

5) Evolução do indicador afectado pela utilização das projecções de População di INE.

6) Evolução do indicador afectado pela utilização do resultado preliminar do CENSO 2000.

## 5.2 Cartões de Chamada

O Phone Card continuou a manter uma posição de destaque na carteira dos negócios da Empresa tendo, no ano, apresentado um crescimento real de vendas na ordem dos 8,7%. O volume das vendas ascendeu a cerca de 295 mil contos o que corresponde a cerca de 7% dos negócios da CVT.

O parque de cabines beneficiou de uma renovação a nível nacional, com impacto directo na melhoria da qualidade de serviço e diminuição de perdas de receitas. Paralelamente, foram levadas a cabo diversas acções tendentes à sensibilização dos utilizadores para a necessidade de preservação e conservação das cabines.

O ano 2000 marca o lançamento do serviço Pré-Pago – cartão Telefácil, no âmbito da estratégia da empresa de diversificar os produtos oferecidos e melhor servir os seus clientes.

Durante o ano 2000 e como resultado de constrangimentos de ordem técnica experimentados, o volume das vendas foi de 12,7 mil contos, ficando muito abaixo do valor planeado.

## 5.3 Serviço de Aluguer de Circuitos

Os circuitos alugados continuam a ser um dos meios mais utilizados para a interligação de redes informáticas locais, pelo que a dinâmica da informatização dos serviços públicos e privados permitiu um aumento assinalável da procura deste serviço.

O parque de clientes atingiu um total de 153 circuitos sendo 79 locais, 67 nacionais e 7 internacionais.

O volume das vendas ascendeu a 82,6 mil contos, apresentando um crescimento aquém do previsto, de apenas 6,1% face a 1999, a que não será alheio, a revisão tarifária verificada no início do ano, com reduções de 16% e 29 %.

## 5.4 Serviço de Dados

A evolução da actividade económica do país, associada à informatização gradual dos serviços, tem proporcionado um aumento progressivo da procura do serviço, destacando-se o sector Bancário (nomeadamente a rede ATM), onde já se verifica uma grande dependência deste serviço.

O volume de facturação atingiu os 33,4 mil contos, apresentando uma quebra de 1,3% face ao ano anterior, explicada pela redução do tarifário.

O serviço continuou a dar indícios de boas potencialidades de desenvolvimento, tendo sido observado um crescimento do parque na ordem dos 40%, situando-se em 56 o total de clientes.

## 5.5 Serviço Internet

O serviço de Internet apresentou níveis de crescimento acima das expectativas, tendo sido registadas ao longo do ano 1 196 novas adesões, cerca de 49% do parque de clientes. A base de clientes elevou-se para 2 457, apresentando um crescimento de 48% face ao ano anterior.

O volume de facturação assinalou um crescimento significativo, de 105,8% relativo ao ano anterior, situando-se nos 80,6 mil contos.

Verificou-se ainda um aumento da procura de acessos IP para interligação de Intra-Nets, tendo sido instalados mais 4 acessos. Foram também alojadas mais 6 páginas nos servidores da Empresa, demonstrando a tendência de crescimento desta actividade.

## 5.6 Serviço Móvel Terrestre

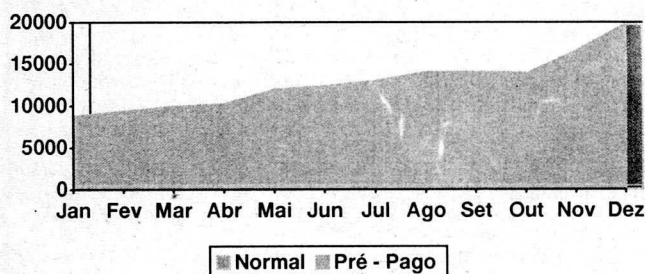
Com a expansão da rede móvel a todas as ilhas povoadas do arquipélago, o serviço continuou a observar crescimentos muito acima das expectativas, atingindo diversas camadas sociais e segmentos de mercado.

Foram registadas ao longo do ano 14 418 novas adesões ao serviço, contra 7 603 no ano anterior, elevando a taxa de penetração para cerca de 5 telemóveis por 100 habitantes.

Entretanto assistiu-se a um elevado número de rescisões, representando 25% das novas adesões, motivadas sobretudo pela falta de recarregamento dos cartões pré-pago.

No final do ano, o número total de clientes de telefones móveis atingiu os 19 729 clientes, registando no intervalo de um ano um crescimento do mercado de utilizadores na ordem de 145%.

## Evolução do Parque de Clientes em 2000



O Serviço Pré-Pago, destinado ao mercado com níveis de utilização mais reduzidos, continua a ter um peso crescente na carteira de clientes, representando 98% do total. No final do ano apresentava 19 268 clientes, contra 8 068 registado no ano anterior.

Assistiu-se ao longo do ano 2000 ao lançamento de dois novos serviços, "Grilo Profissional" (serviço pré-pago vocacionado para instituições e empresas) e Serviço de mensagens curtas (SMS).

O tráfego cursado observou um crescimento de 164% relativo ao ano anterior, apresentando no final do ano um total de 8,3 milhões de minutos. O consumo médio mensal dos clientes Plano Normal foi de 300 minutos e os do Pré-Pago 43 minutos.

Durante o ano de 2000 o mercado de telemóveis movimentou cerca de 555 mil contos, apresentando um crescimento de 116% face ao ano anterior, posicionando-se como um dos negócios mais dinâmicos da empresa, representando já cerca de 13% da prestação de serviços.

A receita média global anual por cliente, ARPU, incluindo clientes do plano Normal e do pré-pago e excluindo as receitas de roaming, foi cerca de 36 170 CVE, sendo que o ARPU mensal foi de 3 000 CVE, contribuindo os clientes do plano normal com cerca de 17 800 CVE e os clientes do pré-pago com 2 500 CVE.

Durante o ano entraram em regime comercial catorze acordos de Roaming, elevando a dezassete o número total dos operadores parceiros da CVMÓVEL. Cobrimos com estes acordos, sete países da Europa (Portugal, Espanha, Áustria, França, Alemanha, Bélgica e Reino Unido), três do continente africano (África do Sul, Senegal e Moçambique) e dois da Ásia (Hong Kong e Macau).

A facturação do Roaming atingiu o montante de 68,4 mil contos, sendo 80% proveniente de clientes dos Operadores Portugueses TMN, Telecel e Optimus.

## 5.7 Outros Serviços

Atendendo às perspectivas de desenvolvimento do serviço de Videoconferência, foram adquiridos sistemas completos de Video Conferência a serem instalados nos principais centros urbanos do país, Praia, Mindelo e Espargos, e que permitirá a oferta de um serviço de melhor qualidade.

Em finais de Novembro, e durante a Feira Internacional de Mindelo, foram lançados os serviços de Linha Verde e Linha Azul, essencialmente dirigidos ao segmento empresarial.

## 5.8 Preços

O atraso na implementação do rebalanceamento tarifário, que de acordo com o Governo deve aguardar pela implementação da contabilidade analítica que irá proporcionar um melhor conhecimento da estrutura de custos da Empresa e assim a determinação de tarifas melhor ajustadas, vem causando sérios constrangimentos com impacto negativo em termos de imagem e de gestão da Cabo Verde Telecom, limitando seriamente a capacidade de promoção de medidas de incentivo à utilização dos produtos e serviços da Empresa.

O sistema tarifário do serviço móvel foi objecto de alguns reajustes, com introdução de tarifa reduzida aos fins de semana (descontos de 5 CVE por minuto nas chamadas nacionais). Para além disso foram realizadas campanhas promocionais nos meses de Maio, Novembro e Dezembro, com descontos de 30% nas chamadas nacionais e bonificação de 3 mil CVE no preço dos cartões.

O tarifário do serviço de Circuitos Alugados foi objecto de revisão, com reduções na ordem dos 23% nos circuitos nacionais e de 16% a 29% nos circuitos internacionais.



### 5.9 Cooperação e Assistência Técnica

Foi dado continuidade à estratégia de reforço da parceria estratégica, tendo sido realizadas acções diversas em cooperação com Empresas do grupo Portugal Telecom, nomeadamente nas áreas operacionais, de gestão e formação.

Em parceria com a UIT, foi realizado na cidade da Praia um Workshop sobre Gestão, em "Business Plan", com a participação de dirigentes e quadros da Empresa e representantes de empresas de Telecomunicações de vários países africanos, membros da UIT.

### 5.10 Relações Internacionais

Continuou a merecer muita atenção a integração internacional da Empresa, verificando-se um aumento da actividade junto de certas organizações como a INTELSAT e a UIT. De realçar a adesão da CV Telecom a organizações internacionais de manutenção de cabos submarinos ACMA e SCARAB.

## 6. RECURSOS

### 6.1 Infraestruturas

Em 2000 continuou a assistir-se ao elevado esforço de investimento em infraestruturas da rede básica, mantendo-se a predominância dos investimentos na rede fixa, reflexo das estratégias definidas pela empresa, assente em:

Desenvolvimento e modernização continua da rede, visando a satisfação da procura e o continuo alargamento a novos serviços;

Realização de projectos direccionados para a securização das principais artérias;

Realização de projectos no domínio de Sistemas de Informação, orientados para a gestão e o desenvolvimento da rede e novos serviços;

No ano 2000 concretizaram-se alguns objectivos específicos que representam marcos históricos no desenvolvimento das infraestruturas, nomeadamente:

A Cobertura da rede móvel GSM a todo o território nacional;

Digitalização total da Comutação;

A entrada em serviço do Sistema Atlantis-2;

A extensão da rede de Telecomunicações a todas as localidades rurais com mais de 200 habitantes.

Outras acções e projectos importantes foram realizados com impacto significativo na qualidade e diversificação da oferta de serviços junto dos clientes; A capacidade de escoamento do trafego Internet foi triplicada acompanhando o crescimento significativo do parque de clientes; A rede de transmissão continuou a desenvolver-se em tecnologia SDH suportada em fibra óptica, numa perspectiva de constituição a médio prazo de uma rede totalmente integrada, flexível e segura; A introdução do sistema de sinalização CCITT N7 em toda a extensão da rede nacional e internacional possibilitou a introdução de novos serviços, para além de conferir uma maior fiabilidade às transações entre os sistemas da rede nacional.

Rede básica	1996	1997	1998	1999	2000
<b>Comutação Local</b>					
Capacidade	32 042	43 472	50 490	56 888	68 402
Taxa de Ocupação (%)	78,7	76,5	79,2	82,4	83
Taxa de Digitalização (%)	63,5	76,0	86,6	88,8	100
<b>Rede Local</b>					
Capacidade de Pares no Repartidor	48 388	61 388	62 800	75 000	82 400
<b>Rede Transmissão Nacional</b>					
Capacidade (circuitos)	1 177	2284	2584	2898	3189
Taxa de Digitalização (%)	63,7	96,5	99,2	99,4	100
<b>Rede Internacional</b>					
Capacidade (circuitos)	216	223	223	263	501
Taxa de Digitalização (%)	100	100	100	100	100

O grau de realização dos projectos de infraestruturas em 2000 foi satisfatório, tendo representado um esforço significativo para atingir os objectivos de crescimento propostos para 2000. Factores externos à empresa, como sejam o não cumprimento de prazos de alguns fornecedores, condicionaram a conclusão de alguns projectos.

A 31 de Dezembro, os projectos de infraestrutura programados para o ano estavam concluídos na sua generalidade atingindo-se uma taxa de realização física elevada, nomeadamente:

#### Rede Fixa

##### Comutação

'Upgrade' da infraestrutura de comutação (SN) na Praia e ampliação em Mindelo por forma a permitir ampliações futuras motivadas pelo crescimento do mercado;

Ampliação das centrais telefónicas do País num total de 15 232 Linhas analógicas, 96 RDIS(AB) e 12 RDIS (AP);

Ampliação e alargamento da sinalização CCITT N. 7 a um maior número de rotas nacionais e correspondentes internacionais;

Abertura de duas novas áreas de rede, nomeadamente nas cidades da Praia (Achada S. Filipe) e de Mindelo (Ribeira de Julião).

##### Transmissão

Upgrade das Estações terminais Cabo Submarino da Praia e Mindelo, ampliação e extensão da capacidade de transmissão SDH (STM1) a novas Estações de Mt. Verde (S.Vicente) e Mt. Tchota (Santiago);

Ampliação da rede nacional de Feixes Hertzianos incluindo reanejamento de ligações existentes numa óptica de utilização mais racional dos recursos disponíveis na rede;

A rede terrestre em fibra óptica continuou a ser ampliada com a realização de projectos de transmissão em tecnologia SDH nomeadamente, nas ilhas de Santiago, S.Vicente. Os sistemas instalados criaram capacidade para as necessidades de crescimento da rede de transporte assim como irão, do ponto de vista estrutural, formar gradualmente anéis visando a securização da rede;

Conclusão da instalação e testes de aceitação do Upgrade do sistema de cabos submarinos Atlantis-2 para sua capacidade máxima de 8 comprimentos de onda.

#### Rede de Acesso

Os objectivos ambiciosos a que a CV Telecom se propôs em 2000 implicava projectos de criação e ampliação de redes locais na generalidade do território nacional, totalizando um acréscimo de 8000 pares no repartidor, dos quais destacamos:

A Construção da primeira fase das novas redes de acesso de Achada S. Filipe (Santiago) e Ribeira de Julião (S. Vicente);

A ampliação das redes da Praia, Mindelo, Pedra Badejo, S. Domingos, R. Grande, Fajã, Santa Maria, Mosteiros;

A extensão da rede de cobertura rural terrestre a novas localidades, antes desprovidas do serviço telefónico nomeadamente no interior das ilhas de Santiago, Santo Antão e Fogo.

#### Rede Móvel GSM

Computador, com uma capacidade inicial para 10 000 clientes foi ampliado para 25 000 clientes afim de responder ao crescimento de clientes verificado durante o ano;

A Rede Inteligente (IN) foi objecto de 'upgrade' tendo sido introduzidas novas funcionalidades ligadas a melhoria da gestão dos clientes e serviços;

O serviço móvel GSM foi estendido a todas ilhas do País, com a instalação de 10 novas estações base (BTS) em 6 ilhas. O número de BTS em funcionamento no final do ano era de 28;

A plataforma de suporte ao Serviço de Voice Mail foi ampliada para 20 000 clientes.

### Rede Internet

Os POP's da Praia e Mindelo foram alvo de uma migração de tecnologia analógica para digital, com a instalação de acessos RDIS e RTC integrados.

A nível internacional foi triplicada a capacidade para acesso directo ao Backbone Europeu passando de 512Kb/s para 1 536Kb/s

### Rede de Dados

Iniciou-se o projecto de Upgrade e reestruturação da rede nacional de comunicação de dados, por forma a dar resposta à tendência de crescimento do volume de tráfego e à maior exigência do mercado, nomeadamente a nível dos débitos disponibilizados pela Empresa.

### 6.2 Pessoal

Os desafios de modernização e melhoria da qualidade a que a CV Telecom se propõe fazem dos seus RH uma pedra basilar na prossecução dos objectivos estratégicos. O ano de 2000 caracterizou-se pela continuidade da política de desenvolvimento / valorização dos trabalhadores com a realização de diversas acções em todos os domínios e, essencialmente orientados para apoiar as mudanças estruturais e tecnológicas em curso na empresa.

Na política de contratações primou-se pela admissão de jovens quadros superiores perpectivando a renovação gradual do efectivo tendo para o efeito, prevalecido o mecanismo de rescisão de contratos por mútuo acordo.

A dinâmica das mutações em curso na empresa nos domínios organizativos e de desenvolvimento dos negócios fazem do factor comunicação interna um elemento chave na prossecução dos objectivos estratégicos da CV Telecom. Nesse capítulo, a comunicação interna continuou a merecer uma atenção especial em 2000, sendo de realçar a realização do workshop em Mindelo tendo como tema principal a Qualidade.

### Efectivos

No fim do ano a empresa tinha 483 trabalhadores ao serviço o que representa um desvio negativo de 8,5 %, relativamente ao planeado (445), essencialmente devido a contratos a termo, de duração não superior a 1 mês, realizados no último trimestre do ano.

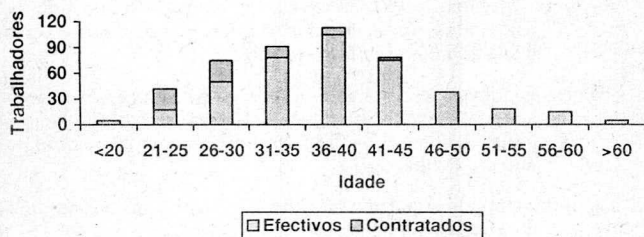
Dos 483 colaboradores ao serviço, 329 são do sexo masculino e 154 do sexo feminino, o que representa uma taxa de emprego feminino de 32%.

O indicador Trabalhadores/1000 postos telefónicos principais teve uma evolução positiva, passando de 9,2 em 1999 para 8,6 no final de 2000.

Recursos humanos	1996	1997	1998	1999	2000
Efectivos	388	385	396	393	401
Contratos a prazo	17	21	24	37	79
Pessoal requisitado à PTI	2	2	2	2	2
Pessoal requisitado a Outras Entidades	1	1	1	1	1
TOTAL	408	409	423	433	483
TRABALHADORES/1000 LINHAS	16,1	12,3	10,6	9,2	8,6

Com um nível etário médio de 38 anos a empresa tem um potencial humano jovem. Cerca de 68% do pessoal tem idade igual ou inferior a 40 anos conforme demonstra o quadro seguinte. No fim de 2000 a taxa de emprego de jovens era de 9,8%, 18% acima do ano de 1999 (8%).

Distribuição Etária dos Trabalhadores



### Formação

Durante o ano 2000 a CV Telecom continuou a consagrar recursos significativos nos domínios da maior capacitação e formação profissional. O processo de modernização em curso na Empresa determinou o conteúdo do plano de formação para 2000 dando particular relevo a áreas tecnológicas, nomeadamente tecnologias de informação.

Paralelamente, a Empresa continuou a realizar actividades de formação em domínios mais abrangentes de natureza técnica e comportamental visando sobretudo a consolidação da cultura empresarial assente nos valores da CV Telecom. Destacam-se as acções em Aperfeiçoamento da Qualidade de Serviço Administrativo, Qualidade de serviço, Sensibilização em Higiene e Segurança e Gestão de Equipas e de Pessoas.

Formação	Ações	Participações	Custos (19 <sup>3</sup> )
Nacional	38	638	18,0
Internacional	16	24	7,5
TOTAL	51	380	25,5

O volume de formação foi de 2 660 dias formando com uma taxa de formação de 2,9% )

Objectivando a elevação do nível académico a CV Telecom continuou a incentivar os seus trabalhadores à auto-formação.

### 6.3 Sistemas de Informação

As actividades no domínio de sistemas de informação referente ao ano 2000 centraram-se essencialmente na implementação de projectos de Sistemas de Informação, enquadrados no Plano Estratégico de Sistemas de Informação.

Nesse âmbito, em 2000 entraram em funcionamento os sistemas aplicativos de suporte à actividade da empresa nomeadamente o SAP R3 para a área Financeira, Logística e Recursos Humanos. Tratando-se de um sistema integrado e abrangente, permitindo informatização e automatização de um largo leque de actividades da empresa, o mesmo contou com a envolvimento intensivo de todas as áreas funcionais da empresa.

Foi adjudicado o desenvolvimento e fornecimento do Sistema Integrado de Atendimento, Facturação e Cobrança, prevendo-se a entrada em funcionamento do sistema em início de 2001. Esse projecto teve os seguintes desenvolvimentos em 2000: Especificações Funcionais do Sistema, e aquisição do 'Hardware' de suporte.

Realçam-se ainda as actividades referentes à implementação dos sistemas de suporte aos Serviços da Rede Fixa, instalados na Plataforma de Rede Inteligente com ênfase na instalação e configuração dos sistemas para o suporte dos serviços Pré-pagos da Rede Fixa, nomeadamente, Telefácil Cartão e Crédito e os serviços Numeros Verde e Azul.

Complementando as acções mencionadas acima outras actividades foram desenvolvidas de onde se destaca:

A instalação de uma nova versão da aplicação de Gestão do Serviço Pré-Pago Móvel que trouxe funcionalidades acrescidas à nível de diversificação da oferta do serviço.

O Alargamento da rede WAN permitiu abertura de terminais em Mindelo e Espargos, facilitando assim a Gestão de Clientes do serviço Móvel e Internet da Região Norte e Sa 1 - Boa Vista.

Realização do programa de manutenção das infraestruturas de toda a rede Informática LAN e de Softwares Instalados.

De referir ainda, o acompanhamento, durante o 1º trimestre, do funcionamento dos sistemas existentes considerando o problema do Bug 2000.

### 6.4 Investimento

O recursos afectos ao investimento em 2000 enquadram-se nos pressupostos orientadores do Plano de Desenvolvimento Empresarial e reflectem as grandes metas fixadas nos domínios de desenvolvimento das infraestruturas, diversificação de negócios e qualidade de serviço. A vitalidade que caracteriza a indústria de comunicação e informação obriga, igualmente, a um contínuo investimento de modernização.

O montante total investido durante 2000 foi de 1 571,2 mil contos, dos quais 22,6 mil contos em acréscimos de imobilizado incorpóreo em curso.



Os investimentos em Equipamentos Técnicos traduzem as ampliações da infraestrutura da rede fixa e móvel, a digitalização da comutação local e o programa de modernização dos Sistemas de Informação em curso.

Investment (10 <sup>6</sup> ECV)	1996	1997	1998	1999	2000
Investimento Corpóreo	1 281,1	1 490,3	1 131,5	1 518,2	1 571,7
Equipamento Técnico	1 234,4	1 452,0	974,9	1 431,0	1 151,0
Terrenos e Edifícios	16,2	12,0	71,9	1,3	11,4
Out. Imob. Corpóreas/Incorp.	30,5	26,3	84,7	85,9	409,3
<b>TOTAL</b>	<b>281,1</b>	<b>1 490,3</b>	<b>1 131,5</b>	<b>1 518,2</b>	<b>1 571,7</b>

### 7. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO EXERCÍCIO

A actividade da empresa, durante o exercício do ano 2000, foi bastante positiva, tendo os Resultados alcançados ultrapassado as expectativas e contribuído para melhoria da situação financeira e patrimonial da empresa.

#### 7.1 Resultados e Rentabilidade

O Resultado Líquido ascendeu a 827,2 mil contos, correspondente a um resultado líquido por acção no exercício de 827,2 CVE e, proporcionando uma rentabilidade média do Capital Próprio de 23,0% quando em 1999 fora de 18,1%.

O Resultado Líquido ultrapassou o planeado em cerca de 200 mil contos, situando-se a 49,7% acima do resultado do ano anterior.

O Imposto sobre Rendimento evoluiu de 362,1 mil contos em 1999 para 488,9 mil contos em 2000, correspondente a uma taxa efectiva de imposto de 37,1%, representando um aumento de 35%, fundamentalmente devido ao acréscimo dos resultados, bastante satisfatórios.

Os Resultados antes de Impostos aumentaram cerca de 401 mil contos, atingindo cerca de 1,3 milhões de contos, revelando um crescimento na ordem de 43,9% face a igual período do ano anterior.

Para melhoria dos Resultados antes de Impostos contribuiu fundamentalmente a evolução bastante positiva ocorrida nos Resultados Correntes (+352,1 mil contos), que registaram crescimentos de 38,7%, e os Resultados Extraordinários (+49,3 mil contos), variações relativamente ao ano anterior mais favoráveis do que o previsto.

Os Resultados Operacionais ascenderam a 1,7 milhões de contos, correspondente a uma margem bruta de 37,4% quando em 1999 fora de 30,5%, registando, com efeito, um crescimento de 57,1% em relação ao ano anterior e ultrapassando o previsto em 38,7%.

Os Resultados Financeiros ascenderam a -432,6 mil contos, 263,8 mil contos acima do valor registado no ano anterior, absorvendo cerca de 26% dos Resultados Operacionais da Empresa. A sua evolução reflecte o peso do serviço da dívida, derivada do elevado volume de investimentos dos últimos anos com recurso ao crédito, e as diferenças cambiais originadas principalmente pelos financiamentos obtidos em USD, que atingiram o valor de 380 mil contos.

Os Resultados Extraordinários rondaram os 55,3 mil contos, representativos de 4,4% do Resultado Corrente e referem-se essencialmente a correcções de estimativas de exercícios anteriores.

Demonstração de resultados (10 <sup>6</sup> ECV)	1996	1997	1998	1999	2000	Var 99/00
<b>RESULTADOS OPERACIONAIS</b>						
Resultados Operacionais	527,6	583,8	781,2	1 077,4	1 693,3	57,1
Resultados Financeiros	-42,1	-43,4	-160,1	816,8	-432,6	-156,2
<b>RESULTADOS CORRENTES</b>						
Resultados Correntes	585,6	540,5	621,1	908,6	1 260,7	38,7
Resultados Extraordinários	-11,7	46,7	17,4	6,0	55,3	818,6
<b>RESULTADOS ANTES</b>						
Resultados antes de Impostos	473,9	587,2	638,5	914,6	1 316,0	43,9
Imposto s/ Rendimento	187,4	210,0	242,7	362,1	488,9	35,0
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>286,5</b>	<b>377,2</b>	<b>395,8</b>	<b>552,5</b>	<b>827,2</b>	<b>49,7</b>

Como consequência de um crescimento bastante acentuado dos Resultados Líquidos (+49,7%) e de um crescimento de apenas 18,1% dos Capitais Próprios a Rentabilidade dos mesmos elevou-se para 23,0%, quando no exercício anterior era de 18,1%.

A Rentabilidade líquida das vendas registou um aumento de 3 pontos percentuais face ao ano anterior, atingindo 18,3%, o que significa que a empresa pôde manter níveis de rentabilidade bastante satisfatórios.

RENTABILIDADE	1996	1997	1998	1999	2000	Var 99/00
Rentabilidade das Vendas e Serviços (%)	14,2	15,4	13,6	15,6	18,3	16,9%
Rentabilidade dos Capitais Próprio (%)	21,0	23,3	14,7	18,1	23,0	26,8%

#### 7.2 Proveitos e Ganhos

O total de Proveitos e Ganhos ascendeu a 4,9 milhões de contos, +1,2 milhão de contos acima do registado no ano anterior, o que revela um crescimento de 32,8% face ao ano anterior

Os Proveitos Operacionais apresentaram um acréscimo de 29% face ao ano anterior, totalizando 4,6 milhões de contos, sendo as maiores contribuições dadas pelo serviço fixo de telefone (72,7%), e pelo serviço móvel de telefone que se apresenta como o segundo negócio da empresa, com uma quota de 12,2% dos Proveitos Operacionais. O Phone Card viu reduzido a sua quota, passando de cerca de 8% em 1998 e 1999 para 5,5% em 2000. Note-se que nos anos anteriores era considerado na conta Prestação Serviços do Phone Card o total de receitas desse serviço e, a partir de 2000, passou a considerar-se apenas o tráfego vendido nos cartões.



A evolução dos proveitos no serviço telefónico deve-se, por um lado, à expansão do serviço (aumento do Parque) e, por outro, ao impacto do serviço móvel (tráfego fixo - móvel) que tem contribuído para uma tendência de crescimento do tráfego nacional.

De referir que a facturação nacional representa cerca de 75% do volume de negócios e o tráfego internacional cerca de 25%. O tráfego nacional do telefone fixo continua a ser a componente mais importante na carteira dos negócios da empresa, representando cerca de 70% da facturação nacional total, enquanto que o tráfego do serviço móvel já representa 15% na carteira dos negócios da CVT.

O crescimento relativo mais significativo ocorreu nos proveitos gerados pelo serviço móvel (116%), confirmando a tendência de evolução prevista, e deve-se principalmente ao crescimento do mercado dos pré-pagos, à expansão da rede de vendas e à política de marketing implementada com vista a estimular o consumo e maior utilização do serviço.

Os proveitos de Aluguer de Circuitos apresentaram no exercício de 2000 um crescimento moderado, de 6,1%, contrariamente ao previsto, devido ao impacto da redução do tarifário nas receitas.

Os proveitos do serviço Internet revelaram um crescimento significativo (111%) face ao ano anterior, onde o serviço Dial Up se destaca com uma facturação de cerca de 80 mil contos.

Os proveitos de Trabalhos para a Própria Empresa, inseridos na rubrica Outros Proveitos Operacionais, totalizaram 34,7 mil contos contra 28,4 mil contos registados um ano antes, reflectem a afectação de recursos internos à actividade de investimento.

Os proveitos Financeiros referem-se fundamentalmente a diferenças de câmbio favoráveis, resultantes das operações em USD e ao rendimento de participação financeira na Intelsat.

Os proveitos e ganhos Extraordinários rondaram 138,2 mil contos e referem-se basicamente a correcções de estimativas de exercícios anteriores.

Proveitos e ganhos (106 ECV)	1996	1997	1998	1999	2000	Var 99/00
Vendas		6,8	11,0	3,6	76,7	2006,6
Prestação de Serviços	1 854	2 449,5	2 907,5	3 534,1	4 452,7	26,0
Telefone	1 795	2 189,4	2 482,0	2 766,5	3 407,9	23,1
Phone Card		186,2	226,4	275,7	249,1	-9,6
Cartões de Chamada		-	-	-	12,5	
Móvel			66,8	256,8	554,9	116,0
Aluguer de Circuitos	41,2	40,5	46,7	77,9	81,1	6,1
Internet		1,7	20,1	39,2	82,7	111,0
Dados		-	-	33,8	33,4	-1,3
Outros	17,8	68,6	65,4	84,2	31,1	-63,7
Outros Proveitos Operacionais	8	35,2	28,9	38,1	83,7	119,7
Total dos Proveitos Operacionais	2 028	2 491,5	2 947,4	3 575,9	4 613,1	29,0
Proveitos e Ganhos Financeiros	9	18,4	15,8	21,0	165,4	688,2
Proveitos e Ganhos Extraordinários	17	254,3	297,1	105,0	138,2	30,1
<b>TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS</b>	<b>2 054</b>	<b>2 764,2</b>	<b>3 260,3</b>	<b>3 701,9</b>	<b>4 916,7</b>	<b>32,8</b>

### 7.3 Custos e Perdas

O total de Custos e Perdas ascendeu a cerca de 3,6 milhões de contos, o que corresponde a um crescimento de 29,2% relativamente ao ano anterior e reflecte um aumento da actividade da empresa.

Os Custos Extraordinários tiveram uma evolução favorável, reduzindo-se em 16,2 mil contos, correspondente a -16,4%.

Os Custos Financeiros foram fortemente afectados pela componente cambial e sofreram uma evolução negativa passando de -189,8 mil contos, no ano anterior, para -598 mil contos no exercício de 2000.

Os Custos Operacionais aumentaram em 16,9%, passando de 2,5 milhões de contos em 1999 para 2,9 milhões de contos em 2000.

Em Outros Custos Operacionais destacam-se: os Custos de Mercadorias Vendidas e Consumidas que se situaram-se a 13,6% acima do ano anterior, traduzindo o acréscimo do consumo de cartões de chamada (Fixo e móvel); a Renda da Concessão, directamente relacionada com o aumento da prestação de serviços, registou um incremento de 22,7% face ao ano anterior, situando-se nos 138,2 mil contos; as Provisões mantiveram-se sensivelmente ao mesmo nível do ano anterior, 128 mil contos.

Os Subcontratos aumentaram 8,8% face ao ano anterior e representam custos de telecomunicações.

Os Fornecimentos e Serviços Externos tiveram um crescimento de 48,3%, associado fundamentalmente ao aumento da actividade da empresa.

Os Custos com o Pessoal, aumentaram em 19,5% em relação ao ano anterior, e ficaram ligeiramente abaixo do orçamentado (-1,6%), reflectindo o aumento de efectivos, progressão nas carreiras e aumento salarial.

As Amortizações registaram um acréscimo de 6,3% em relação a 1999, elevando-se a 917,6 milhares de contos em resultado do forte investimento realizado nos últimos anos.

Custo e perdas (10 <sup>6</sup> ECV)	1996	1997	1998	1999	2000	Var 99/00
Subcontratos	395	500,1	415,1	415,5	452,0	8,8%
Fornecimento e Serviços de Terceiros	204	210,9	279,1	311,2	461,9	48,3%
Custos com o Pessoal	354	420,7	459,0	527,5	630,3	19,5%
Amortizações	403	590,9	734,0	862,8	917,6	6,4%
Outros	145	185,1	278,9	381,4	457,9	20,0%
<b>Total dos Custos Operacionais</b>	<b>1 501</b>	<b>1 907,7</b>	<b>2 166,1</b>	<b>2 498,4</b>	<b>2 919,7</b>	<b>16,9%</b>
Custos e Perdas Financeiras	51	61,8	175,9	189,8	598,1	215,0%
Custos e Perdas Extraordinárias	29	207,5	279,7	99,0	82,8	-16,4%
<b>TOTAL DE CUSTOS E PERDAS</b>	<b>1 581</b>	<b>2 177,0</b>	<b>2 621,7</b>	<b>2 787,3</b>	<b>3 600,6</b>	<b>29,2%</b>

### 7.4 Cash Flow e Autofinanciamento

O Cash Flow Líquido atingiu os 1,8 milhões de contos, equivalente a 41,1% das Receitas de Exploração, correspondente a um aumento de cerca de 300 mil contos em relação a 1999 (+19,5%), e permitir do uma cobertura do Investimento de 113,7%.

Cash flow e autofinanciamento (10 <sup>6</sup> ECV)	1996	1997	1998	1999	2000	Var 99/00
Resultados antes de Impostos	474	587	638,5	914,6	1316,0	43,9%
Amortizações	403	591	734,0	862,8	917,6	6,4%
Variações das Provisões			54,9	120,0	128,0	6,6%
Cash Flow Bruto	877	1 178	1 427,5	1 897,4	2 361,6	24,5%
Imposto sobre Rendimentos	187	210	242,7	362,1	488,9	35,0%
Cash Flow Líquido	690	968	1 184,8	1 535,3	1 872,7	19,5%
Investimento	1 281	1 490	1 131,5	1 620	1 614,3	0,2%
Autofinanciamento (%)	0,54	0,65	1,05	0,95	1,14	20,0%

### 7.5 Valor Acrescentado Bruto

A contribuição da CVTelecom para o PIB nacional aumentou de 2,6 milhões de contos em 1999 para 3,3 milhões de contos em 2000, registando um aumento de 27,2% relativamente ao ano anterior.

O VAB per capita (trabalhador) conheceu um crescimento de 14%

Produto Gerado	2 032,5	2 486,1	2 946,1	3 566,2	4 564,1	26,0%
Volume de Negócios	2 020,5	2 456,3	2 918,5	3 537,8	4 529,4	26,1%
Outros Proveitos	12,0	29,8	27,6	28,4	34,7	22,0%
Custos de Produção	730,0	883,0	879,4	945,4	1 163,1	22,8%
Consumos	69,0	81,7	81,6	91,7	103,6	11,7%
Subcontratação	394,0	500,1	415,2	415,5	452,0	8,8%
Outros Custos	266,0	301,2	382,6	438,2	607,5	38,5%
<b>VALOR ACRESCENTADO BRUTO (VAB)</b>	<b>1 303,5</b>	<b>1 603,1</b>	<b>2 066,7</b>	<b>2 620,9</b>	<b>3 401,0</b>	<b>29,8%</b>
VAB per capita	3,2	3,9	4,9	6,1	7,0	14,7%

### 7.6 Balanço e Estrutura Patrimonial

O Activo Líquido no valor de 8,5 milhões de contos evidencia um aumento de 1 milhão de contos (+14%) relativamente ao ano anterior.

Esta evolução deve-se fundamentalmente a variações positivas (milhões de escudos) das rubricas:

Imobilizado Líquido	+ 564,8
Activo Circulante	+ 546,3



Balanço de Estrutura Patrimonial (10 <sup>6</sup> ECV)	1996	1997	1998	1999	2000	Var 99/00
<b>ACTIVO</b>						
Disponibilidades	211 080	310 888	359 571	574 345	447 765	-22,0%
Devedores Curto Prazo	927 414	1 187 130	1 292 138	1 524 620	1 944 628	27,5%
Existências	46 326	46 439	42 764	33 750	211 699	527,3%
Devedores ML/Prazo	21 798	24 526	24 145	28 406	24 710	-13,0%
Imobilizações	2 455 748	3 360 764	4 650 178	5 311 116	5 879 808	10,7%
Custos antecipados	8 900	7 015	11 648	14 665	23 181	58,1%
Total do Activo	3 460 186	4 936 763	6 380 444	7 486 902	8 531 791	14,0%
<b>PASSIVO</b>						
Dividas Curto Prazo	714 444	1 447 060	1 367 028	1 707 415	2 073 719	21,5%
Dividas ML/Prazo	1 386 410	1 867 768	2 326 397	2 856 572		4,7%
Total do Passivo	2 100 854	3 314 829	3 693 425	4 436 329	4 930 291	12,8%
Capitais próprios	1 072 863	1 244 745	2 291 191	2 498 075	2 774 322	11,1%
Resultado Líquido Exercício	286 469	377 189	395 828	552 498	827 178	49,78%
Total do Passivo e Sit. Líquida	3 460 186	4 936 763	6 380 444	7 486 902	8 531 791	14,0%

### 7.7 Financiamento

Continuaram a ser amortizados os empréstimos concedidos pelo Estado de Cabo Verde e os contraídos junto do Banco Comercial do Atlântico e Caixa Económica de Cabo Verde.

O aumento da dívida externa relaciona-se principalmente com o projecto do Cabo Submarino Internacional, Atlantis 2, ainda em período de carência em que somente estão a ser liquidados juros.

Financiamento (10 <sup>6</sup> ECV)	Saldo 31/12/99	%	Saldo 31/12/00	%	Varição 99/00
Divida Interna	1 663	56,8	1 611	51,3	-4,6%
Curto Prazo	172	6,0	176	5,6	20,9%
Médio e Longo Prazo	1 491	51,8	1 435	45,7	-7,6%
Divida Externa	1 215	42,2	1 531	48,7	28,1%
Curto Prazo	-	-	132	4,2	-
Médio e Longo Prazo	1 215	42,2	1 399	44,5	17,3%
TOTAL	2 878	100,0	3 142	100,0	9,2%

### 7.8 Rácios

A capacidade da empresa em solver os seus compromissos a curto, médio e a longo prazos é confirmada, respectivamente, pelos rácios de liquidez e de solvabilidade.

A nível de liquidez, embora com algum decréscimo, os rácios apresentam índices satisfatórios e evidenciam aumentos do Capital Permanente e do Activo Fixo. O índice da cobertura dos encargos financeiros registou um aumento de 18,3 pontos percentuais relativamente a 1999 (+103,9%) o que revela o peso dos custos de financiamento no Resultado Operacional.

Rácios	1996	1997	1998	1999	2000	Var 99/00
Liquidez Geral	2,5	1,07	1,23	1,26	1,24	-1,3%
Liquidez Reduzida	1,4	1,04	1,20	1,24	1,14	-7,8%
Cobertura de Encargos Financeiros %	12,0	10,6	22,5	17,6	35,9	103,9%
Endividamento (Div. a L. Prazo / Capital próp.)	1,02	1,15	0,86	0,89	0,78	-12,4%

### 8. PERSPECTIVAS FUTURAS

O negócio das telecomunicações apresenta um dinamismo cada vez mais acentuado derivado da globalização da economia e liberalização dos mercados, da convergência com as novas tecnologias de informação e da expansão da mobilidade.

A estratégia definida para a Cabo Verde Telecom, SA, que consigna,

- i. Desenvolver o Serviço Telefónico fixo, Móvel, Comunicação de dados e Internet através da expansão e modernização das respectivas redes e estímulo à sua utilização;
- ii. Prestar serviços de qualidade para a satisfação dos clientes, através da utilização de sistemas de informação eficazes e de acções orientadas para a melhoria do relacionamento e gestão de clientes, na operacionalidade das redes e na rapidez de resposta a pedidos de novos acessos e serviços e na reparação de avarias;
- iii. Diversificar o leque de negócios com o fornecimento de serviços avançados de telecomunicações;
- iv. Implementar um sistema tarifário dinâmico e orientado para os custos e o mercado;
- v. Consolidar o desenvolvimento institucional da CVT e dos seus recursos humanos criando uma força de trabalho altamente qualificada, produtiva e motivada;
- vi. Reforçar as sinergias com a parceria estratégica,

Associada a um controlo rígido dos custos e a avaliação criteriosa dos investimentos permitirá consolidar a posição da Empresa para enfrentar com sucesso os desafios futuros, optimizando continuamente a criação de valor para os Clientes e Accionistas.

### 9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da Cabo Verde Telecom, SA, de acordo com o estabelecido na Lei, nos Estatutos e no Contrato de Concessão e:

Considerando que no ano de 2000 a CVT continuou o esforço de investimento no desenvolvimento e expansão das infraestruturas de telecomunicações e que se prevê manter nos próximos anos;

Considerando que deve satisfazer as reais expectativas dos accionistas quanto ao valor do dividendo a distribuir por acção;

Considerando ainda que a manutenção de uma situação financeira saudável torna aconselhável o reforço das reservas para investimentos,

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral de Accionistas a seguinte aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício de 2000,

Resultados Líquidos do Exercício	82 177 669,00	100%
Reserva Legal	82 717 767,00	10%
Reserva para Investimentos	248 153 302,00	30%
Dividendos	496 306 600,00	60%

que corresponde a um aumento nos dividendos a distribuir de 79,8%, relativamente ao exercício anterior.

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Eugénio A. Pinto Inocêncio — António Pires Correia*

*Luis José A. Madalena — José Luís Almeida*

*José Augusto Fernandes — Tito Lívio S. O. Ramos*

*Manuel Casimiro J. Chantre —*

### II. CONTAS

Demonstração de Resultados

Balanço

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração de Resultados Extraordinários de Exercício

Demonstração de Resultados de Exercícios Anteriores.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2000

Unid.: ECV

		31 de Dezembro de 2000		31 de Dezembro de 1999		31 de Dezembro de 2000		31 de Dezembro de 1999	
32	Existências Iniciais								
	Mercadorias	39.762.631,00		52.282.162,20		76.690.020,00	76.690.020,00	3.649.923,00	3.649.923,00
36	Mat.Primas Subs.e Consumo	8.746.558,00		21.207.918,55					
31	Compras								
311	Mercadorias	81.757.044,00		49.654.793,68		4.452.650.017,00	4.536.199.647,00	3.534.139.052,12	3.572.078.394,62
312	Mat.Primas Subs. e Consumo	160.893.861,00		17.014.478,75		34.691.932,00		28.442.592,00	
						48.857.698,00		9.496.750,50	
38	Regularização Existências								
	Mercadorias	10.425.082,00				708.859,00		509.800,20	
	Mat.Prima Subs. e Consumo	28.490.466,00				21.236.808,00		20.480.972,47	
						189.930,00	22.135.597,00	141.074,50	21.131.847,17
							4.635.025.264,00		3.596.860.164,79
32	Existências Finais								
	Mercadorias	65.659.654,00		39.762.630,72					
36	Mat.Prima Subs. e Consumo	160.798.882,00		8.746.557,50					
61	Custo Exis.Vend.Consumidas								
611	Mercadorias	66.285.103,00		62.174.325,16					
612	Mat.Primas Subs. e Consumo	37.332.003,00	103.617.106,00	29.475.839,80	91.650.164,96				
62	Subcontratos	452.033.146,00		415.511.874,83		215.577.825,00		36.344.361,54	
63	Fornecimento Serviços Terceiros	461.891.432,00		311.216.545,45		157.508.685,00	373.086.510,00	91.126.994,67	127.471.356,21
64	Impostos	80.614.086,00		42.741.518,00					
65	Despesas com Pessoal	630.340.117,00		527.543.540,44					
66	Despesas Financeiras	217.965.477,00		189.843.451,43					
67	Outras Despesas e Encargos	145.669.627,00	1.988.513.885,00	126.998.346,20	1.613.855.276,35				
68	Amortizações Reint.Exercícios	917.581.873,00	917.581.873,00	862.765.812,89	862.765.812,89				
69	Provisões do Exercício	128.000.000,00	128.000.000,00	120.000.000,00	120.000.000,00				
	(A)		3.137.712.864,00		2.688.271.254,20				
82	Perdas Extra. Exercício	462.964.095,00		99.015.032,24					
83	Perdas Exercícios Anteriores	91.407.136,00	554.371.231,00	22.433.453,75	121.448.485,99				
	Provisões Imposto s/Lucros		488.850.010,00		362.114.123,28				
	Resultados Líquidos		827.177.669,00		552.497.657,53				
	TOTAL		5.008.111.774,00		3.724.331.521,00		5.008.111.774,00		3.724.331.521,00
2000	(1) Resultado Cor. do Exercício	1.497.312.400,00				908.588.910,59			
	(2) 82 - Resulta.Extra Exercícios	-247.386.270,00				-62.670.670,70			
	(3) 83 - Resulta.do Exer.Anterior	66.101.549,00				68.693.540,92			
	Resultados Antes Impostos	1.316.027.679,00				914.611.780,81			
1999	(1) Resultado Cor. do Exercício								
	(2) 82 - Resulta.Extra Exercícios								
	(3) 83 - Resulta.do Exer.Anterior								
	Resultados Antes Impostos								

Praia, aos 31 de Janeiro de 2000

O Conselho de Administração

O Departamento Financeiro



BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000

Unid.: ECV

ACTIVO		ACTIVO BRUTO	PRO.AMORT.REINT	ACTIVO LIQUIDO	1999	PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	2000	1999
<b>DISPONIBILIDADE</b>						<b>DÉBITO A CURTO PRAZO</b>		
11	Caixa	2.687.085,00		2.687.085,00	7.700.132,70	Fornecedores c/correntes	726.714.648,00	416.990.227,80
12	Depósito a Ordem	445.077.432,00		445.077.432,00	566.645.209,37			
		<b>447.764.517,00</b>		<b>447.764.517,00</b>	<b>574.345.342,07</b>			
<b>CRÉDITO A CURTO PRAZO</b>								
14	Depósito a Prazo	10.871.333,00		10.871.333,00	168.870.180,00	Empréstimo Bancário	168.807.470,00	6.473.756,00
21	Clientes c/Gerais	2.041.058.659,00	(459.581.197,00)	1.581.477.462,00	1.090.277.791,79	Estado e Outras Entidades	138.907.288,00	165.856.089,19
23	Empréstimos Concedidos	19.435.481,00		19.435.481,00	14.387.908,04	Sector Público Estatal	177.497.660,00	134.182.643,97
26	Outros Devedores	332.843.940,00		332.843.940,00	251.084.361,17	Accionistas	41.300.110,00	41.249.646,41
		<b>2.404.209.413,00</b>	<b>(459.581.197,00)</b>	<b>1.944.628.216,00</b>	<b>1.524.620.241,00</b>	Credores p/Forn.mobilizado	18.126.571,00	153.802.452,31
						Outros Credores	144.510.672,00	356.692.203,91
						27 Acréscimo de Custos	152.399.220,00	
						281 Prov. p/Impostos s/Lucros	505.455.646,00	432.078.293,28
							<b>2.073.719.285,00</b>	<b>1.707.415.312,87</b>
<b>EXISTÊNCIAS</b>						<b>DÉBITO A MÉDIO/L PRAZO</b>		
32	Mercadorias	65.659.654,00	(7.475.516,00)	58.184.138,00	32.287.114,57	Empréstimo Bancário	1.398.950.552,00	1.226.652.381,32
36	Matérias Prim. de Consumo	160.798.882,00	(7.284.001,00)	153.514.881,00	1.462.556,77	Empréstimo Estado Out. Ent. Pública	1.435.569.523,00	1.480.009.656,25
		<b>226.458.536,00</b>	<b>(14.759.517,00)</b>	<b>211.699.019,00</b>	<b>33.749.671,34</b>	Accionistas	22.052.084,00	22.052.083,72
							<b>2.856.572.159,00</b>	<b>2.728.914.121,29</b>
<b>CRÉDITO A M/L PRAZO</b>								
23	Empréstimos Concedidos	24.709.917,00		24.709.917,00	28.406.012,96			
<b>IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS</b>						<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>4.930.291.444,00</b>	<b>4.436.329.434,16</b>
411	Participações Financeiras	101.251.143,00	(4.917.000,00)	96.334.143,00	96.334.142,68	<b>CAPITAL E PRES. SUPLEMENTARES</b>		
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>						<b>CAPITAL ESTATUTÁRIO</b>	<b>1.000.000.000,00</b>	<b>1.000.000.000,00</b>
421	Terrenos e Rec.Naturais	14.536.032,00		14.536.032,00	13.717.231,50	<b>RESERVA:</b>		
422	Edit.e Out.Construções	645.025.117,00	(257.858.586,00)	387.166.531,00	405.825.863,23	Reservas Legais e Estatutárias	231.793.065,00	176.543.299,20
423	Eq. Bas. Out. Maq. Instalações	8.200.687.660,00	(3.502.182.295,00)	4.698.505.365,00	4.429.528.504,37	Reservas de reavaliação de Imob.	895.917.963,00	895.917.963,98
424	Ferramentas e Utensílios	50.504.864,00	(39.266.658,00)	11.238.206,00	6.591.446,52	Reserva Livre	646.611.251,00	425.613.359,85
425	Mat. Carga e Transporte	223.074.566,00	(121.770.494,00)	101.304.072,00	85.240.855,29	Resultados transferidos		
426	Equip. Adm. Soc. Mob. Diverso	262.274.492,00	(137.056.098,00)	125.218.394,00	94.585.167,62	<b>TOTAL</b>	<b>1.774.322.279,00</b>	<b>1.498.074.622,03</b>
427	Taras	288.000,00	(287.900,00)	100,00	3.500,00			
429	Outras Imob. Corpóreas	769.174,00	(27.834,00)	741.340,00	1.192.643,95			
		<b>9.397.159.905,00</b>	<b>(4.058.449.865,00)</b>	<b>5.338.710.040,00</b>	<b>5.036.655.212,28</b>	<b>RESULTADOS LÍQUIDOS</b>		
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>						Resultados Correntes do Exercício	1.497.312.400,00	908.588.910,58
433/10	Reorganização da Empresa	30.042.108,00	(1.201.884,00)	28.840.224,00	0,00	Resultados Extra. do Exercício	-247.388.270,00	-62.670.670,70
433/90	Outras Despesas de Instalação	41.876.556,00	(41.876.556,00)	0,00		Resultados Exercícios Anteriores	66.101.549,00	68.693.540,92
434	Estudos e Projectos	23.129.552,00	(925.182,00)	22.204.370,00	2.078.225,20	<b>Resultados Antes Impostos</b>	<b>1.316.027.679,00</b>	<b>914.611.780,81</b>
435	I.I. Programas Informáticos	212.150.678,00	(17.047.256,00)	195.103.422,00		Provisões p/ Impostos s/ Lucros	488.850.010,00	362.114.123,28
		<b>307.198.894,00</b>	<b>(61.050.678,00)</b>	<b>246.148.216,00</b>	<b>2.076.225,20</b>	<b>Resultados Liq.Depois Impostos</b>	<b>827.177.669,00</b>	<b>552.497.657,53</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES EM CURSO</b>						<b>Total da Situação Líquida</b>	<b>3.601.499.948,00</b>	<b>3.050.572.279,56</b>
442	Obras em Curso	42.887.739,00		42.887.739,00	36.586.662,14			
443	Imobilizações Inc. em curso	155.411.204,00		155.411.204,00	90409000,3			
449	Imob. c/ Adiantamentos	317.220,00		317.220,00	49.053.368,00			
		<b>198.616.163,00</b>		<b>198.616.163,00</b>	<b>176.049.030,44</b>			
<b>CUSTOS ANTECIPADOS</b>								
27	Despesas Antecipadas	5.417.370,00		5.417.370,00	3.963.248,88			
47	Conservação Plurienal	17.763.791,00		17.763.791,00	10.702.586,85			
		<b>23.181.161,00</b>		<b>23.181.161,00</b>	<b>14.665.835,73</b>			
<b>TOTAL PROVISÃO</b>			(479.257.714,00)					
<b>TOTAL AMORTIZAÇÃO</b>			(4.119.500.543,00)					
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>13.130.549.649,00</b>	<b>(4.598.758.257,00)</b>	<b>8.531.791.392,00</b>	<b>7.486.901.713,72</b>	<b>Total Passivo e da Situação Líquida</b>	<b>8.531.791.392,00</b>	<b>7.486.901.713,72</b>

Praia, aos 31 de Janeiro de 2001

O Conselho de Administração  
CABO VERDE TELECOM

O Departamento Financeiro

Relatório e Contas

0,00

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO DE 2000

Unid.: ECV

	2000	1999
<b>SALDO INICIAL</b>	<b>743.215.522</b>	<b>359.570.918</b>
<b>RECEBIMENTOS DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>3.182.612.799</b>	<b>3.123.031.660</b>
De Clientes	2.730.419.427	2.343.005.668
Outros	452.193.373	780.025.992
<b>PAGAMENTOS DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>1.331.900.464</b>	<b>1.197.597.869</b>
Fornecedores	394.409.743	477.303.314
Pessoal	350.735.117	253.311.261
Impostos	237.563.009	134.393.929
Outros	349.192.595	332.589.365
<b>SALDO DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>1.850.712.336</b>	<b>1.925.433.792</b>
<b>RECEBIMENTOS EXTRA-EXPLORAÇÃO</b>	<b>28.812.706</b>	<b>39.065.121</b>
Rendimento Aplicações Financeiras	0	0
Amortização de Empréstimos Concedidos	23.288.767	20.247.457
Outros	5.523.939	18.817.664
<b>PAGAMENTOS EXTRA-EXPLORAÇÃO</b>	<b>2.292.692.566</b>	<b>1.986.007.371</b>
Encargos Financeiros	147.543.667	176.617.622
Amortização Empréstimos Obtidos	181.821.804	207.331.804
. Investimento	181.821.804	207.331.804
. Outros	0	0
Pagamento de Dividendos	253.767.978	230.624.334
Investimentos	1.295.414.041	1.193.467.994
Outros	0	0
Impostos s/ lucros	414.145.076	177.965.618
<b>SALDO EXTRA-EXPLORAÇÃO</b>	<b>-2.263.879.860</b>	<b>-1.946.942.251</b>
<b>EXCESSO/NECESSIDADE DE FUNDOS</b>	<b>-413.167.525</b>	<b>-21.508.459</b>
<b>ENTRADAS DE FUNDOS</b>	<b>280.683.844</b>	<b>425.140.077</b>
Empréstimos Obtidos	280.683.844	425.140.077
. Investimento	280.683.844	425.140.077
. Outros	0	0
Desmobilização Aplicações Financeiras	0	0
Aumento de Capital	0	0
Outras	0	0
<b>SAIDAS DE FUNDOS</b>	<b>152.095.992</b>	<b>19.987.014</b>
Constituição Aplicações Financeiras	0	0
Empréstimos Concedidos	18.041.000	19.987.014
Outros	134.054.992	0
<b>SALDO FINAL</b>	<b>458.635.850</b>	<b>743.215.522</b>

Praia, aos 31 de Janeiro de 2001.

O Conselho de Administração:

O Departamento Financeiro



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS DO EXERCÍCIO DE 2000

CÓDIGO			CÓDIGO			Unid.: ECV
82700010/12	Multas e O. Penal. Legais	108.460,00	82100010	Sinistros - Imobilizações		
82800001	Perd. Div-P.Anorm.em Exist-Quebras	54.085.067,00	82200000	Alienação de Imob. Corp.	169.735,00	
82800002	Perd Div- P. Anorm. em Exist.-Outr	1.058.011,00	82900000	Ganhos Div-G. Anorm. Exist.-Sinistros	314.600,00	
82800020	Perd. Div- Menos Valias I. Corpóreo	999.500,00	82900009	Ganhos Div-G. Anorm.Exist.-Outras	56.224.462,00	
82800030	Perd. Div- O. Perd I.C. e Incorp.	9.882.500,00	82900020	Ganhos Div- Mais Valja Imob.Corp.	7.886.547,00	
82800040	Perd. Div- Dif.Câmbio Desfav.Empresa	321.184.338,00	82900030	Ganhos Div- O. Ganho Imob.Corp.	518.000,00	
82800041	Perd. Div- Dif.Câmb.Desfav.Out.Dif.	58.930.579,00	82900040	Ganhos Div- Dif. de Câmbio Fav-Emp.	5.323.313,00	
82800060	Perd. Div- Donativo e Quot. n/Obrig.	14.704.765,00	82900041	Ganhos Div-Dif. Câmbio Fav-Out.Dif.	124.567.047,00	
82800090	Perd. Div- P. Div. n/ Especif.	2.010.875,00	82900050	Ganhos Div- Benef. Penal. Contract.	18.935.124,00	
			82900090	Ganhos Div- Ganho Extra n/ Especif.	100.000,00	
					1.538.997,00	
						462.964.095,00
	Resultados Extraordinários					-247.386.270,00
						<b>215.577.825,00</b>
						<b>215.577.825,00</b>

Praia, aos 31 de Janeiro de 2001.

O Conselho de Administração

O Departamento Financeiro

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXERCÍCIOS ANTERIORES EM 2000

CÓDIGO			CÓDIGO			Unid.: ECV
83810000	O. Perdas- Anul. Vendas E. Ant.	52.817,00	83910000	Out. Ganhos- Anul. Custos E. Ant	12.047.201,00	
83810010	O. Perdas- Anul. Serv. Prest. E. Ant.	9.462.706,00	83910020	Out. Ganhos- Vend. Serv.. E. Ant.	3.011.984,00	
83812000	Prestados Ex.Ant.(Concessionados C.C)	42.282.825,00	83910090	Out. Ganhos- G. n/Especific. O. Proveit.	33.506.900,00	
83813000	Prestados Ex. Ant. - Outros	50.988,00	83992000	Ex. Ant. (Concessionados C.C.)	107.869.328,00	
83890000	Perdas n/Especif- Fornec. Exerc. Ant.	23.154.689,00	83993000	Ex. Anteriores - Outros	1.073.272,00	
83890010	Perdas n/Especif- Serv. Terc. E. Ant.	3.290.323,00				
83890020	Perdas n/Especif- D. Pessoal E. Ant.	1.843.163,00				
83890090	P. N/ Especif- O. Custos Exerc. Ant.	11.269.625,00				
						91.407.136,00
	Resultados Exerc. Anteriores					66.101.549,00
						<b>157.508.685,00</b>
						<b>157.508.685,00</b>

Praia, aos 31 de Janeiro de 2001.

O Conselho de Administração

O Departamento Financeiro

### III. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Accionistas da

Cabo Verde Telecom, S.A.R.L.

#### RELATÓRIO DE AUDITORIA

1. Fomos solicitados para auditar as demonstrações financeiras, da Cabo Verde Telecom, S.A.R.L., que se encontram nas páginas 1 à 23, as quais compreendem os balanços em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, a demonstração dos resultados líquidos referentes aos períodos findos nas mesmas datas, e as respectivas notas anexas. Estas demonstrações financeiras são da inteira responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base nas auditorias que efectuámos.

2. Excepto quanto às limitações mencionadas no parágrafo 3, a nossa auditoria foi realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria, as quais exigem que esta seja planeada e executada de forma a concluirmos, com uma margem de segurança razoável, se as demonstrações financeiras contêm ou não distorções que possam ser consideradas materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, numa base de amostragem, da evidência comprovativa dos valores e das informações constantes das demonstrações financeiras. Uma auditoria compreende, ainda, a apreciação da adequação dos princípios contabilísticos adoptados, a avaliação das estimativas efectuadas pelo Conselho de Administração na sua preparação, assim como a apreciação global da sua forma de apresentação. Consideramos que a auditoria que efectuámos proporciona uma base razoável para a expressão da nossa opinião.

3. Não nos foi possível, concluir quanto a correcção dos valores registado na conta de clientes, bem como concluir quanto a adequidade da provisão para clientes de cobrança duvidosa. A informação

que suporta o processamento de clientes no novo sistema informático, implementado recentemente pela empresa, decorre de um sistema paralelo de informação, cuja integridade não nos foi possível validar. Também não conseguimos efectuar procedimentos alternativos com vista a validar aqueles saldos.

4. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação referida no parágrafo 3, as demonstrações financeiras supra referidas apresentam de forma adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira da Cabo Verde Telecom, S.A.R.L. em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, bem como os resultados das suas operações referentes aos períodos findos nestas datas, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde, consignados no Plano Nacional de Contabilidade e expressos nas notas anexas.

5. Sem afectar a nossa conclusão expressa no parágrafo 4, chamamos a atenção para o facto de, em 1998, a Cabo Verde Telecom, S.A.R.L. ter procedido à reavaliação do seu património, com base num trabalho de inventariação e avaliação dos diversos bens que o compõem, realizado por uma entidade independente, com referência aos valores de 30 de Junho de 1997 e homologado pelo Ministério das Finanças em 1998. Tal reavaliação contribuiu para uma correcção do valor do imobilizado corpóreo líquido de amortizações e reintegrações acumuladas em 895.918 contos, dando origem a uma correspondente Reserva de reavaliação extraordinária do mesmo valor.

6. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 1999, apresentadas para efeitos comparativos, foram auditadas por nós, cujo relatório sobre as mesmas, datado de 28 de Janeiro, expressa uma opinião sem reservas.

DELOITTE & TOUCHE

15 de Março de 2001